



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**CLASSES DE APERFEIÇOAMENTO: ENSAIO DA ESCOLA ATIVA NO ENSINO
PRIMÁRIO EM SERGIPE (1932-1933)**

JULIANA SANTOS FONTES

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLASSES DE APERFEIÇOAMENTO: ENSAIO DA ESCOLA ATIVA NO ENSINO
PRIMÁRIO EM SERGIPE (1932-1933)

JULIANA SANTOS FONTES

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do Título de Mestre em
Educação no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe,
sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Neide
Sobral.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Fontes, Juliana Santos
F883c Classes de aperfeiçoamento : ensaio da Escola Ativa no ensino primário em Sergipe (1932-1933) / Juliana Santos Fontes ; orientador Maria Neide Sobral. – São Cristóvão, 2018. 143 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Educação – História - Sergipe. 2. Ensino - Metodologia. 3. Ensino de primeiro grau – Sergipe. 4. Prática de ensino. 5. Política pública. 6. Decroly, Ovide, 1871-1932. I. Sobral, Maria Neide, orient. II. Título.

CDU 37.014(813.7)(091)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



JULIANA SANTOS FONTES

**“CLASSES DE APERFEIÇOAMENTO: ENSAIO DA ESCOLA ATIVA NO ENSINO
PRIMÁRIO EM SERGIPE (1932-1933)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em:

Prof.^a Dr.^a Maria Neide Sobral (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos
Departamento de Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida Bretas
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Andrea Karla Ferreira Nunes
Programa de Pós-Graduação em Educação/UNIT

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018**

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata por todas as experiências vivenciadas ao longo desses dois anos de estudo, e nomear as contribuições que recebi se faz fundamental neste momento de finalização. Não existe a possibilidade de o pesquisador desenvolver sua trajetória no singular, são os plurais que lhe integra em seu percurso. Na trilha que tracei muitas foram as contribuições recebidas favorável ao meu crescimento, e agradecer é necessário.

Incansavelmente agradeço a Deus, que em sua infinita misericórdia me permitiu a benção dessa conquista, me sustentando diariamente e me fortalecendo quando meu espírito parecia não mais suportar os desníveis da vida, suprimindo sempre as minhas necessidades.

Aos meus pais, obrigada por me instruírem da melhor forma que vocês puderam, pois mesmo sem entender a grandiosidade deste mundo acadêmico me permitiram e me deram sustentação para permanecer até o fim. A ausência e o isolamento foram respeitados da melhor forma possível, compreendendo a necessidade e a importância da educação na vida de uma pessoa.

A minha irmã e ao meu cunhado, obrigada por acreditarem no meu potencial e por terem me presenteado com o motivo da minha maior alegria e dos meus alívios nos momentos de tensão, meu Enzo Gabriel, que me traz tanta paz nos momentos mais necessários.

Agradeço a minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Neide Sobral, por ter me acolhido, e ter sido mais que uma inspiração acadêmica. Obrigada por não ter anulado o meu lado humano e por me permitir fazer escolhas, mesmo quando elas não eram tão convenientes. Suas contribuições e sua confiança no que eu poderia desenvolver me trouxeram até aqui, e poderá me levar mais longe. Obrigada por todas as oportunidades.

Ao professor Dr. Fábio Alves, agradeço por toda paciência que teve com minhas angústias imatura e pelas tantas leituras e observações realizadas no meu texto. Obrigada por trazer esclarecimentos nos momentos mais necessários, e por demonstrar acreditar em mim, até quando eu não acreditava.

A Professora Dr^ª. Silvana Bretas, agradeço pela leitura cuidadosa que teve com o meu texto, e pelas contribuições apresentadas em minha pesquisa. A senhora tem sido, desde a graduação, uma referência de mulher e profissional a ser seguida.

Agradeço a minha amiga, Rosemeire Marcedo, pela paciência, por ter sido uma parceira, por ser minha conselheira e minha mais bela referência. Seu apoio foi muito importante para nesta caminhada, obrigada por existir em minha vida.

A minha irmã de coração obrigada que mesmo de longe conseguia tirar o melhor de mim. Eline, a sua presença física me fez bastante falta, mas eu sabia que a qualquer momento poderia contar contigo para o que precisasse.

Aos meus amigos de jornada: Jailton, agradeço a Deus por sua vida, e por você ter compartilhado comigo cada momento, de conquista e de confusões. Marcos Batinga; Marcos Antônio;

Larissa; Tathiana; Maria de Lourdes; Ana Cláudia; Vocês tornaram a caminhada mais prazerosa e atraente.

Aos colegas da turma de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED-UFS/2016. Obrigada pela companhia durante esses dois anos.

Agradeço aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial a professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Josefa Eliana Souza; aos professores Joaquim Tavares da Conceição e Edmilson Menezes. Seus ensinamentos sempre me acompanharão.

Agradeço a equipe do PPGED, pela atenção oferecida sempre que solicitada, as orientações e a competência demonstrada nas funções que desenvolvem. Assim como, aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Sergipe e do SEGRASE pelas fontes disponibilizadas para a construção do meu estudo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento da minha pesquisa através de uma bolsa de estudo.

O interesse de saber por saber, de pensar pelo prazer do livre jogo do pensamento, é necessário para emancipar-nos da vida prática, para torná-la próspera e frutífera (DEWEY, 1979, p. 221).

RESUMO

Neste estudo, procurei investigar o processo de disseminação do ensino Ativo por meio da implementação das Classes de Aperfeiçoamento, instaladas nos grupos escolares e nas escolas isoladas no Estado de Sergipe, nos anos de 1932 e 1933. Nas Classes de Aperfeiçoamento foram desenvolvidos os centros de interesse, criados por Decroly e adotados no Regulamento de 1931. Alinhado a História Cultural, a investigação fundamentou-se no conceito de cultura escolar, defendido por Julia (2001), como princípio norteador para a análise do conjunto das práticas docentes que incorporadas nas referidas Classes em Sergipe. Além disso, discuti as orientações pedagógicas a partir da obra de Moura (1931), manual que instruiu o uso dos centros de interesse. Na metodologia utilizada, de natureza histórica descritiva, busquei em fontes documentais, como termos de visita dos inspetores do ensino, relatórios dos diretores escolares, programa para o ensino primário, Regulamento de 03 de fevereiro de 1931 e notas do Diário Oficial dos anos referente a esta investigação, entre outras fontes, os dados necessários para responder a questão de pesquisa: como se deu o processo de disseminação do ensino Ativo por meio da implementação das Classes de Aperfeiçoamento instaladas nos grupos escolares e nas escolas isoladas no Estado de Sergipe, nos anos de 1932 e 1933? Constatei que as Classes de Aperfeiçoamento tiveram sua proposta apresentada pelo professor José Augusto da Rocha Lima, após viagem realizada ao Estado de São Paulo, no ano de 1931 e foram implementadas em 32 Classes, no período de 1932 e 1933, na capital e no interior de Sergipe. Verifiquei ainda que as escolhas das docentes para dirigir a Classe nos grupos escolares, em sua maioria, tiveram como critério a demonstração de “competência” no desenvolvimento do método. O propósito das Classes de Aperfeiçoamento foi cumprido na medida em que difundiu a prática do método Ativo Intuitivo Analítico, com o uso dos centros de interesse de Decroly, o que pode ser certificado nas práticas das docentes nos anos de 1933 e 1934.

Palavras Chave: Centros de Interesse. Classe de Aperfeiçoamento. Escolas Isoladas. Grupos Escolares. Método Ativo Intuitivo Analítico.

ABSTRACT

In this study, I sought to investigate the dissemination process of teaching Active, through the implementation of Improvement Classes, installed in school groups and in isolated schools in the State of Sergipe, in 1932 and 1933. In the Classes of Improvement were developed the centers of interest, created by Decroly and adopted in the Regulation of 1931. Aligned with Cultural History, the research was based on the concept of school culture, defended by Julia (2001), as the guiding principle for an analysis of the set of teachers practices that incorporate in the Classes in Sergipe. In addition, discussed the pedagogical guidelines through the work of Moura (1931), carried out by teaching inspectors. In the methodology used, of a descriptive historical nature, I searched in documentary sources, such as terms of visit of the inspectors of education, information of the school directors, primary education program, Regulation of February 3, 1931 and notes of the Official Gazette of this research, among other sources, the data needed to answer the research question: how did occurred the process of dissemination of Active teaching through the implementation of the Improvement Classes installed in school groups and in isolated schools in the State of Sergipe in the years 1932 and 1933? I noticed that the Classes of Improvement had their proposal presented by Professor José Augusto da Rocha Lima, after a trip to the State of São Paulo in 1931 and were implemented in 32 Classes, in the period of 1932 and 1933, in the capital and in the interior of Sergipe. I also verified that the teachers' choices to direct the Class in the school groups, for the most part, had as criterion the demonstration of “competence” in the development of the method. The purpose of the Improvement Classes was fulfilled insofar as it disseminated the practice of the Intuitive Analytical Asset method with the use of Decroly centers of interest, which can be certified in the practices of teachers in the years 1933 and 1934.

Key words: Centers of Interest. Improvement Class. Isolated Schools. School Groups. Intuitive Analytical Active Method

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Relação dos Relatórios Anuais enviados a Diretoria Geral da Instrução Pública pelos responsáveis dos Grupos Escolares em Sergipe – 1932.....	21
Quadro 02 - Relatórios anuais dos Inspectores de Ensino enviados a Diretoria Geral da Instrução Pública – 1931 a 1933.....	22
Quadro 03 - Notas de informes da educação no Diário Oficial no ano de 1932.....	23
Quadro 04 – Grupos escolares atuantes na terceira década do século XX.....	51
Quadro 05 – Implementação das Classes de Aperfeiçoamento nos Grupos Escolares (1932-1933).....	63
Quadro 06 – Quadro demonstrativo das escolas isoladas do Estado de Sergipe (1932).....	65
Quadro 07 – Implementação das Classes de Aperfeiçoamento nas Escolas Isoladas (1932).....	76
Quadro 08 – Relação do uso dos Centros de Interesse no ensino em Sergipe (1933).....	116

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Sobre o caminho da pesquisa: modo de fazer	19
2. PEDAGOGIA RENOVADA: DISSEMINAÇÃO DO MÉTODO ATIVO	30
2.1 Instrução Nova: breves relatos	30
2.2 Os ensaios do método ativo: Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	35
3. A IDEIA APLICADA: AS CLASSES DE APERFEIÇOAMENTO EM SERGIPE	43
3.1 Professor José Augusto da Rocha Lima: a viagem de estudo	43
3.2 O ensaio da Escola Ativa em Sergipe: as Classes de Aperfeiçoamento em atuação	45
3.3 O novo modelo de escola primária que foi veiculado com a República	47
3.4 A implementação de Classes em Sergipe: os grupos escolares	53
3.5 A implementação de Classes em Sergipe: as escolas isoladas	63
3.6 As escolhas das docentes	78
4. O SISTEMA DECROLY EM SERGIPE: O FUNCIONAMENTO DAS CLASSES	83
4.1 As ações desenvolvidas para aperfeiçoar o método	83
4.2 O Regulamento da Instrução Pública em Sergipe	88
4.3 Os centros de interesses nas Classes de Aperfeiçoamento	99
4.4 Desenlace: saem às modelos, ficam as práticas	112
5. APONTAMENTOS GERAIS	125
REFERÊNCIAS	132

1. INTRODUÇÃO

O meu interesse em estudar as Classes de Aperfeiçoamento implantadas no estado de Sergipe surgiu em decorrência da produção de um estudo monográfico a respeito da Inspeção Escolar para conclusão do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, no segundo semestre letivo de 2014 (FONTES, 2015).

Na referida monografia, investiguei o processo de difusão dos métodos pedagógicos da Escola Nova, realizado pela Inspeção Escolar em Sergipe, no ano de 1932. Para isso, foi preciso identificar os inspetores responsáveis pela fiscalização no ano citado, suas descrições dos processos de atuação junto aos distritos e a forma de organização do ensino em Sergipe. A principal fonte utilizada foram os chamados Termos de visita. Eram registros realizados pelos inspetores nas escolas, nos quais, obrigatoriamente, estes deveriam descrever observações das vistorias realizadas, assim como outras anotações que consideravam necessárias ao bom andamento da reforma da instrução pública em vigor.

No período relatado, o estado de Sergipe estava dividido em quatro distritos e tinha como responsável um inspetor por cada localização, sendo eles: o Inspetor Geral de Ensino, José de Alencar Cardoso¹, pelo primeiro distrito; o inspetor Ascendino Argolo,² pelo segundo distrito; o inspetor Florival de Oliveira³, pelo terceiro distrito e o inspetor José Sebrão de Carvalho Sobrinho⁴, pelo quarto distrito.

¹ Nasceu em 18 de abril de 1878, no município de Estância, desenvolveu seus estudos preparatórios no colégio Atheneu Sergipense, em Aracaju. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha, de onde foi expulso, em 1904, por se envolver na revolta da vacina. Aos 31 anos criou na cidade de Estância o “Colégio Tobias Barreto”, com a ajuda de seu pai e do seu tio, e voltou a estudar na Escola Militar da Praia Vermelha. Mudou-se para Aracaju em 1912 para assumir a função de Escriurário da Saúde dos Portos, e entre os anos de 1918 a 1922 assumiu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública Primária, entre outros cargos públicos que tomou posse. Aposentou-se em 1946, e mudou-se para a cidade de São Cristóvão onde residiu até a sua morte, em 04 de maio de 1964 (AZEVEDO, 2013; MANGUEIRA, 2003).

² Nascido em 03 de maio de 1889, no município de Propriá, Ascendino Xavier Ferrão de Argolo fez seus estudos primários em Penedo e na Bahia, e o curso preparatório no “Liceu Alagoano” em Maceió. Formou-se em 1911 na Faculdade de Direito de Recife. Retornou para Sergipe onde inaugurou o “Instituto 24 de outubro”, atuando como diretor até 1912. Foi designado como inspetor do ensino em 1913, e desempenhou a função de auditor de guerra na circunscrição militar de Sergipe, e por Decreto, de 18 de dezembro de 1922, foi nomeado membro efetivo do Conselho Superior do Ensino. Realizou diversas publicações na imprensa sergipana e fora do estado. Não foram encontrados dados a respeito da data de sua morte (GUARANÁ, 1925).

³ Florival de Oliveira nasceu na cidade de Laranjeiras, em 11 de janeiro de 1889, onde estudou. Aos 10 anos de idade foi para a casa do seu irmão no Rio de Janeiro, retornando para Sergipe anos depois. Em 1911 formou-se

A partir das leituras realizadas nos Termos de Visita, foi identificado o registro de inaugurações das “Classes Experimentais”, em treze grupos escolares atuantes em Sergipe. Eram notas convocando docentes, para que elas frequentassem a Classe mais próxima de sua escola a fim de que obtivesse acesso às novas práticas metodológicas de ensino. Posteriormente, foram localizadas mais 19 Classes inauguradas em escolas isoladas no Estado.

Os Inspectores do Ensino e suas ações não foram temas que receberam grande destaque quanto a pesquisas acadêmicas, apesar de sua significativa atuação junto a Diretoria Geral de Instrução Pública. Porém, atualmente têm ganhado visibilidade de alguns pesquisadores em busca do melhor esclarecimento a respeito das ocorrências nas instituições de ensino, as descobertas a respeito de sua atuação junto a Instrução Pública e sua colaboração para o processo educacional no Brasil (BARBOSA 1997; MENESES 1977; PEREIRA 2012). Em Sergipe, o trabalho de Almeida (2009) abordou sobre a importância dessa personagem na ação educativa.

Almeida (2009, p. 39) analisou o procedimento de propagação do ideário da Escola Nova junto aos grupos escolares, entre os anos de 1934 a 1961. Neste estudo, a autora destacou as práticas educativas desenvolvidas pelos inspetores, particularmente, como orientadores de docentes a respeito do preceito escolanovista: “A propagação de tais ideias nos grupos escolares de Sergipe ficava a cargo dos inspetores, os quais tinham a função de verificar como se encontravam os estabelecimentos de ensino e oferecer informação sobre os novos métodos educacionais”.

no curso superior de Farmácia no Estado da Bahia. Foi morar em Itabaiana em 1914 e, ocupou o cargo de inspetor escolar, farmacêutico e advogado, falava francês e italiano. Chegou a cursar medicina, porém não concluiu. Porém, abandonou suas funções por questões de saúde, faleceu em 16 de junho de 1965 (MENEZES, 2014; ITNET, 2014).

⁴ Nasceu em 06 de agosto de 1898, na cidade de Itabaiana, onde estudou o ensino primário. Coursou até o terceiro ano do ensino preparatório no Ateneu Sergipense em Aracaju. Atuou como professor de escolas primárias em sua terra natal, foi secretário do Conselho de Intendência Municipal e promotor Público e, em 1926, foi nomeado Inspetor Escolar Estadual. Mudou-se para Aracaju, onde escreveu em vários jornais a respeito de variados assuntos, com destaque para a história sergipana. Atuou como inspetor do ensino, e nas passagens pelos municípios realizava coletas de dados para suas escritas nos jornais. Morou por mais de uma década, já aposentado, na cidade de Maruim, terra natal de sua esposa, retornando para Aracaju onde faleceu em 15 de março de 1972 (GUARANÁ, 1925; ITABAIANA, 1998).

A Inspeção teve no presente estudo lugar privilegiado. Considerando a importância das fontes elaboradas nas fiscalizações realizadas, desenvolvendo assim os Termos de visita, e na atuação dos inspetores do ensino junto as Classes de Aperfeiçoamento implementadas nos Grupos Escolares e nas escolas isoladas, nos anos de 1932 e 1933. Considerei procedente a afirmação de Melo (2010, p. 17) de que “a investigação histórico-pedagógica, a exemplo de qualquer outra investigação de caráter histórico, não se realiza sem o apoio de fatos, dados e informações contidos em fontes”.

Na primeira revisão de literatura, observei que em relação às Classes de Aperfeiçoamento haviam algumas notas e indicações de inauguração, porém, não havia estudos focados nessa temática o que me levou a empreender essa investigação.

Na tentativa de descobrir o que foram as Classes de Aperfeiçoamento, busquei pesquisar um nome que muitas vezes era citado para inaugurações das Classes. Nos registros dos inspetores, os Termos de Visita, aparecia o nome do então Técnico da Instrução Pública do Estado, o professor José Augusto da Rocha Lima.⁵ Sobral (2010) registrou a viagem do professor da Escola Normal, José Augusto da Rocha Lima, em 28 de março de 1931, para o Estado de São Paulo, a fim de estudar os preceitos pedagógicos modernos e adaptá-los à Sergipe. Após retornar para solo sergipano o professor apresentou um relatório onde

⁵ Filho de Manuel Alves Monteiro da Rocha e Laura Alves da Rocha, José Augusto da Rocha Lima nasceu em 22 de julho de 1897, no povoado Lagoa Funda na cidade de Gararu. Ainda pequeno, e com o contato que teve com o Padre Francisco Gonçalves Lima, aprendeu o ofício de coroinha. Mudou-se aos 7 anos, após a morte do seu pai, para Penedo onde foi matriculado no Colégio Onze de Janeiro. Em 1911 foi encaminhado pelos seus padrinhos, para a Bahia a fim de estudar no Seminário de Santa Tereza, onde cursou Humanidade e Filosofia. Habitou em Santana de Ipanema, em Alagoas, no mesmo ano, ao contrair uma doença esteve com seus padrinhos até cura-se. Retornou, em 1912 para Aracaju, para o Seminário Sagrado Coração de Jesus, onde seu protetor religioso fora nomeado “Capelão”. Em 1913, compõem a primeira turma no recém fundado Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus. Foi presidente da Academia de São Tomás de Aquino em 1919, e no ano seguinte foi eleito “sócio-benemérito”. Em 29 de junho de 1919 foi ordenado “subdiácono”, e no ano seguinte realiza seu primeiro ato litúrgico. Foi grande colaborador dos impressos sergipanos e pela significativa participação que teve no governo Graccho Cardoso (1922-1926) foi nomeado, em 1926, catedrático da Escola Normal, sendo transferido para o Colégio Atheneu Sergipense na década de 30. Neste mesmo período foi professor do Colégio Tobias Barreto e do Colégio Jackson de Figueiredo. No ano de 1929 foi indicado como primeiro presidente da Hora Literária Santo Antônio, quando este passou a funcionar como a Academia Sergipana de Letras. Em 1931, abandonou a batina e casou-se, tendo duas filhas. Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1941 e 1944, com duas presidências seguidas, passando depois a ser vice-presidente no período de 1943-1945. Foi diretor do Colégio de Sergipe entre os anos de 1942 a 1944. Em 1956, já aposentado, mudou-se para Salvador onde atuou por 10 anos (1956-1967), no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. José Augusto da Rocha Lima faleceu em 14 de agosto de 1969, aos 72 anos de idade (SOBRAL, 2010).

descreveu sua visita a São Paulo, considerado como referência para o ensino no país, e apontou mudanças significativas que poderiam ser moldadas ao ensino em Sergipe. Dentre elas, a implementação das Classes de Aperfeiçoamento.

Rocha Lima (1931) apresentou como dificuldade para a execução das novas práticas pedagógicas de ensino nas escolas públicas de Sergipe, a falta de conhecimento das docentes a respeito da técnica apresentada pelos novos métodos, o grande número de alunos por classe, registrando ainda, a baixa condição econômica do Estado sergipano, esclarecendo que, devido ao alto custo do método proposto, ficaria impossível que a prática fosse executada em escolas sem estrutura e sem recursos pedagógicos.

No entanto, quanto ao cumprimento do aprimoramento dos métodos pedagógicos o professor Rocha Lima considerou que seria difícil estabelecer a proposta ativa em todo o estado sergipano, e lançou como recomendação que ela fosse executada nas principais cidades do Estado, nos Grupos Escolares e na Escola de Aplicação (ROCHA LIMA, 1931). Essa proposta teve execução no ano seguinte, com normativa inicialmente destinada aos grupos escolares e, logo em seguida, expandida para todo o estado, sendo então realizada a abertura das Classes de Aperfeiçoamento.

Sobral (2010) apontou que no ano de 1932 já existiam diversas “Classe Experimentais” em atuação, tanto na Capital quanto no interior do estado. Assinalou ainda, a respeito de um “Convite Circular⁶”, lançado pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Helvécio de Andrade⁷, para que as docentes comparecessem nas Classes com o intento de assistir à exposição realizada pelo Professor Rocha Lima a respeito dos “Centros de Interesse”.

⁶ Convite Circular nº 20, 01/06/1932, por Helvécio de Andrade. Arquivo Público/SE.

⁷ Filho de José Ferreira de Figueiredo e D. Tereza de Jesus Andrade, nasceu em 06 de maio de 1864, no município de Capela/SE. Realizou o curso preparatório na Bahia, entre os anos de 1876 a 1880, nos Colégios Santo Antônio e Pedro II. Em 1881, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1886. Após morar em Propriá/SE, em 1887, vai para Santos/SP onde atuou medicina até 1900. Nessa mesma data volta para Sergipe, precisamente para Maruim, onde exerce medicina até 1910, quando é transferido para Aracaju. Na capital sergipana exerce os cargos de Delegado Fiscal do Governo Federal no Ateneu Sergipense, e em 1911 é nomeado Lente da Escola Normal. Em 1913 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, exercendo função até 1918. Voltou ao cargo entre os anos de 1926 a 1927, por seis meses de atuação, e entre o período de 1930 a 1935. Além de médico e educador também foi grande colaborador da imprensa sergipana. Morreu em 19 de agosto de 1940, aos 76 anos (GUARANÁ, 1925; OLIVEIRA, 2008).

Busquei ainda, outros trabalhos que indicassem como foram essas Classes, no entanto, não foi encontrado nenhum outro registro além do de Sobral (2010), que fizesse menção ao desenvolvimento das Classes de Aperfeiçoamento no Estado de Sergipe. Contudo, os Termos de Visita e as notas do Diário Oficial, coletados para a pesquisa monográfica já apontavam o que seriam essas Classes. Assim, partindo desses dados, precisaria buscar novas fontes que esclarecesse melhor sua existência, entretanto, para a escrita monográfica não foi possível aprofundar a pesquisa, e o estudo a respeito das Classes de Aperfeiçoamento ficou em aberto para pesquisas posteriores. Logo que surgiu a possibilidade de adentrar no Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação me propus a estudar o desenrolar dessas Classes junto aos Grupos Escolares e das escolas isoladas do estado de Sergipe, nos anos de 1932 e 1933. Inserindo-se na linha de pesquisa em História da Educação, na área de História, Sociedade e Pensamento Educacional.

A ideia de elaborar um estudo de História da Educação despertou-me para a construção do seguinte problema de pesquisa: Como se deu o processo de disseminação do ensino Ativo por meio da implementação das Classes de Aperfeiçoamento instaladas nos grupos escolares e nas escolas isoladas no Estado de Sergipe, nos anos de 1932 e 1933?

Considerando as afirmações apresentadas pelo professor Rocha Lima, em que o processo de ensino não expandia devido à ausência de preparo docente, a grande quantidade de alunos por sala, e a falta de recursos financeiros, buscaram-se ainda entender, como foi o processo de execução das Classes de Aperfeiçoamento diante de toda essa problemática no Estado. Elaborei assim como objetivo geral compreender o processo de disseminação do ensino Ativo por meio da implementação das Classes de Aperfeiçoamento instaladas nos grupos escolares e nas escolas isoladas no Estado de Sergipe, nos anos de 1932-1933. Tracei, então, os seguintes objetivos específicos: descrever a proposta e o processo de implementação das referidas Classes, definindo a ideia de sua instalação junto ao método renovado; destacar o desenvolvimento de atividades pedagógicas executadas nas Classes, e por fim, elucidar seu procedimento junto ao ensino sergipano.

Defini como marco temporal para esta pesquisa o período de 1932 e 1933, pois, segundo as fontes analisadas, as Classes de Aperfeiçoamento tiveram suas primeiras inaugurações nos Grupos Escolares e nas escolas isoladas do Estado de Sergipe no ano de 1932 e seus últimos registros de atuação foram no ano de 1933. Porém, a precisão dessa data não impediu o diálogo com anos anteriores ou subsequentes ao marco pré-estabelecido.

Ao iniciar esse estudo, além das fontes já elencadas, procurei também referências a respeito das Classes de Aperfeiçoamento no TEDE - Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da UFS, assim como nos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, PPGED, do mesmo modo que no PPED – Programa de Pós Graduação na Universidade Tiradentes -UNIT, com filtros referentes a “classes experimentais”, “Classes de Aperfeiçoamento”, “grupos escolares”, “educação renovada”, “escola nova”, “método ativo”, “centros de interesse” e “método intuitivo analítico”. Porém, não foi encontrado nenhum registro a respeito das Classes de Aperfeiçoamento funcionando no estado de Sergipe. Em busca geral no banco de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoas do Nível Superior - CAPES, também não foi encontrado nenhum estudo que abordasse a respeito das Classes ou de proximidades dessa prática devolvida no ensino primário.

A Classe de Aperfeiçoamento foi a designação aplicada a atividade desenvolvida em uma escola isolada ou em uma classe de um grupo escolar, predeterminada por um representante do Estado, que realizou a prática do ensino ativo por meio dos centros de interesse proposto por Decroly, para servir de modelo para as docentes de todo o Estado sergipano, que observavam as ações desenvolvidas pela representante da escola ou da classe do grupo e deveria executá-las em sua escola.

As Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe apareceram na maior parte dos enunciados como classes experimentais, entretanto, também foram notificadas como aulas experimentais ou Classes de Aperfeiçoamento como foi estabelecida por sua Portaria de implementação (nº11/32). Essas diferentes atribuições de termos as Classes se devem ao fato de sua heterogeneidade quanto as localizações onde foram implantadas; a forma como cada grupo

escolar ou escola isolada direcionou o seu funcionamento, especialmente, considerando o que era mais viável para cada Direção dessas instituições escolares e a falta de um regulamento que regesse o seu funcionamento.

Neste trabalho, as Classes foram denominadas de “Classe de Aperfeiçoamento”, primeiro por que foi assim apresentada na Portaria de sua instauração, segundo, porque em sua estrutura integral não houve experimento ou análise de ações e, sim, aplicações de preceitos pré-estabelecidos, proposta de difusão e de aperfeiçoamento de método.

O objetivo das Classes de Aperfeiçoamento era a uniformização do ensino, buscando assim fazer com que todas as docentes fossem apresentadas ao método ativo intuitivo analítico, adotado em Sergipe, com o uso dos “Centros de interesse”, que foi estabelecido como ponto de partida de todo o ensino. Por conseguinte, as visitas as Classes eram prescritas pela Diretoria da Instrução Pública do Estado, e assim era definido que: “Nenhuma professora se poderá furta ao dever dessa pratica, que tem por fim a generalização da *escola ativa* e a possível uniformidade do ensino em sua marcha e finalidade” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3574, 1932, grifo do autor).

Segundo o inspetor Florival de Oliveira (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 4), as classes de aperfeiçoamento tinham o objetivo de “incorporar ao espirito das professoras, metódica, pacientemente, os principios, a prática da escola que tem vida uma concepção integral, porque lhe torna o verdadeiro sentido”. Nas reuniões realizadas pelos inspetores eram feitas demonstrações de Centros de Interesse, através do uso de técnicas para associação das matérias, permanecendo a docente inteirada dos novos métodos que propunha a Diretoria da Instrução Pública.

Ferrière (MOURA, 1931, p. 13) esclareceu que o sistema Decroly exigia da docência “atividade criadora e reflexiva, com a capacidade para a renovação dos centros de interesse, e a possibilidade de se manter conectado espiritualmente com os educandos, afim de que pudesse ser desenvolvida uma prática efetivamente ativa”.

Ao propor o ensaio da escola ativa em Sergipe, em seu Relatório de viagem, o professor Rocha Lima (1931) também mencionou a respeito do “espírito docente”. Segundo ele, as professoras poderiam assumir uma “atitude espiritual” em relação aos problemas do ensino, e acrescenta que, por meio das práticas que iriam se realizar “O professorado irá transformando o espirito primeiramente e depois, pouco a pouco, irá reformando sua técnica”

As Classes foram tomadas com tamanha diligência que os inspetores estavam incumbidos de aplicar penas regulamentares em que não cumprisse o que estabelecia as Portarias: “A falta injustificada de qualquer docente às reuniões da classe importará em manifestações de espirito de indisciplina, que será tomada em consideração”. O inspetor Florival de Oliveira era incessante em convocar as docentes para comparecerem às Classes experimentais, segundo ele nessas Classes as professoras aprenderiam “técnica do ensino globalizado através dos centros de interesse” (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira. 1932, p. 2).

Deste modo, entendeu-se que a implementação da Classe de Aperfeiçoamento foi mais uma das abordagens das propostas de renovação do ensino no estado, com destaque para as propostas escolanovistas, que ocorria também em outros estados brasileiros. Lourenço Filho (1978, p. 176) descrevendo tentativas de implantação de preceitos da Escola Nova no Brasil, relatou que após algumas reformas na década de 1920 e 1930 foram realizados experimentos de renovação dos procedimentos pedagógicos em alguns estados brasileiros:

Assim, no Ceará, em 1922; no Distrito Federal, a partir do ano seguinte e, mais vigorosamente, em 1927; na Bahia e Pernambuco, desde 1925; em Minas Gerais, alguns anos depois com o estabelecimento da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico; em São Paulo, na Escola Experimental Rio Branco e em Classes da Escola Modelo, anexa à Escola Normal da Praça da República [...] já depois de 1930, no Rio Grande do Sul e outros Estados e, novamente, em intenso movimento no Distrito Federal.

Partindo dessas informações, busquei trabalhos que esclarecessem a respeito da prática de aperfeiçoamento do ensino em outros Estados. Diante do mapeamento, até o momento realizado, foram encontrados indícios de implantação da “Escola de Aperfeiçoamento” em Minas Gerais, no ano de 1929, após reforma realizada por Francisco Campo em 1927, o “Curso Normal Pós-Médio” destinado para a formação de uma elite de professores (PRATES,

2000). No Ceará, foi identificada a “Escola de Aplicação” implantada em 1910, que buscava pôr em exercício a chamada “prática científica-experimental”, ou executar os métodos renovadores inicialmente realizados na Escola Normal (ALMEIDA, 2009). No Rio de Janeiro, foi registrada a “Escola de Professores” no Instituto de Educação, criada em 1932, que além da formação do professor primário em nível superior, previa o aperfeiçoamento do magistério já em exercício (SCHAFFEL, 1999). Em São Paulo, em 1927, foi implantada a “Escola Experimental Rio Branco”, dirigida por Lourenço Filho, onde foram colocados em prática os princípios deweyano (FIGUEIRA, 2010).

Embora os textos acima mencionados não tenham como abordagem direta as “Classes de Aperfeiçoamento”, do modo ao qual estiveram empreendidas em Sergipe, eles apresentaram nas reformas existentes em cada Estado princípios escolanovistas, desse modo, dentro dessas reformas, os textos apontaram a atuação da tentativa de aperfeiçoamento pedagógico do professorado público, o que possibilitou entender um quadro geral da situação no Brasil.

1.1 Sobre o caminho da pesquisa: modo de fazer

Essa pesquisa se constituiu de caráter histórico descritiva e fez uso da legislação escolar e de seus produtos como fonte de estudo possível de esclarecimento em relação ao contexto educacional presente no período aqui perscrutado. Entendendo legislação escolar, segundo aponta Faria Filho (1998, p. 101) “como um ordenamento jurídico específico e, ao mesmo tempo, relacionado a outros ordenamentos”. Foram utilizados ordenamentos como: Regulamento, Programa do Ensino Primário, Decretos, Portarias e Normativas expedidas por meio da Diretoria da Instrução Pública. Assim como os produtos elaborados partindo dessas sistemáticas, como: Relatórios anuais e semestrais, Termos de Visitas e ofícios elaborados pelos agentes executores das disposições.

As fontes usadas como base para responder a questão central deste estudo se apresentam, segundo o que nos propõe Stephanou e Bastos (2011, p. 419), quando constituem

um movimento teórico e metodológico da história em “desnaturalizar as fontes”, onde ocorreu uma reflexão a respeito da documentação analisada, considerando que esses documentos indicam um teor de “interesse” em sua construção, “não são transparentes nem inocentes, foram produzidos segundo determinados interesses e estratégias”.

Desse modo, foram os relatos dos inspetores, diretores, docentes e do assistente técnico que me levou ao entendimento da problemática deste estudo. Contudo, considerei que as falas desses agentes não eram neutras das funções ao qual exerciam. Eram agentes portadores de “poder”, representantes da educação, e, em suas atribuições, falavam pelo Estado. Nessa direção, concordei com Faria Filho (1998, p. 95):

[...] especialmente em se tratando dos relatórios das diretoras e dos inspetores, nossos documentos significam a própria lei em sua dinâmica de realização e, portanto, de ordenação das relações socioculturais. Neste último aspecto reside, por exemplo, o fato de os relatórios serem comumente utilizados como indicadores significativos para que os ocupantes de posições de comando [...] pudessem aferir o quanto a lei estava ou não sendo cumprida, ou seja, realizada.

Uma das fontes que permitirá o esclarecimento da movimentação do ensino nas instituições do Estado sergipano foram os termos de visita, que detalhavam as ações ocorrentes, por meio da “visão” dos inspetores do ensino. Para o entendimento do funcionamento do ensino em Sergipe, pela visão dos inspetores, foram localizados, no ano de 1932, 187 termos de visita referente aos quatro distritos, destes, foram utilizados 34 termos que registravam orientações a respeito do uso do Centro de Interesse e indicações das Classes de Aperfeiçoamento. Nos anos seguintes foram localizados 261 termos, referente a 1933, no entanto, somente 3 foram utilizados para esclarecimento das Classes e do método.

Para a elucidação do problema, também foram localizados, treze relatórios anuais enviados pelos diretores dos grupos escolares a Diretoria Geral da Instrução Pública, com base na solicitação do ofício de nº 95, de 29 de agosto de 1932, onde foi requisitado que os responsáveis pelos grupos enviassem um relato dos movimentos escolares, administrativos e didáticos. No quadro 01, organizei os relatórios localizados no Arquivo Público do Estado de Sergipe, APES, onde estão descritos: Abertura das aulas, matrícula geral, divisão de seções, promoções de alunos, média da frequência, corpo docente e administrativo, visitas escolares,

festas escolares, método de ensino, caixa escolares (quando houve), entre outros registros considerados pertinentes pelos seus responsáveis.

Quadro 01 – Relação dos Relatórios Anuais enviados a Diretoria Geral da Instrução Pública pelos responsáveis dos Grupos Escolares em Sergipe – 1932

Grupo Escolar	Enviado	Diretor(a) Responsável	Localizado
“General Siqueira”	22/09/1932	Dr. Acrísio Cruz	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Dr. Manoel Luiz”	29/09/1932	D. Virginia Freire de Farias Almeida	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“José Augusto Ferraz”	27/09/1932	D. Maria Amelia Fontes	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“General Valadão”	13/09/1932	D. Maria Emilia de Melo	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Vigário Barroso”	24/09/1932	D. Aurora Fontes de Oliveira	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Barão de Maroim”	01/09/1932	D. Maria da Anunciação Teixeira	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Severiano Cardoso”	22/09/1932	D. Maria Vitalina da Soledade	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Gumercindo Bessa”	11/08/1932	Dr. Jessé de Andrade Fontes	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Silvio Romero”	23/09/1932	D. Enedina Cesar Santos	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Fausto Cardoso”	22/09/1932	Dr. Marcos Ferreira de Araujo	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Coronel João Fernandes”	26/09/1932	Dr. Etelvino de Menezes Tavares	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Olimpio Campos”	15/09/1932	Padre Artur Alfredo Passos	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
“Coelho e Campos”	16/09/1932	Bruno Manoel de Carvalho	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios dos Grupos Escolares de 1932: APES.

Os documentos produzidos pelos agentes e analisados neste estudo, foram em cumprimento a uma legislação e foram estabelecidos como fontes oficiais. Em vista disso, Azevedo (2009, p. 46) apresentou essas fontes elaboradas com base nos atos legais, isto é, na lei, por meio do Regulamento ou do Programa de Ensino, como “legislação derivada”, onde é possível perceber a lei na prática, do modo ao qual está sendo executada. Levando-se em consideração a importância das narrativas que é apresentada por meio do uso da legislação escolar, e a correlação dessas fontes com o contexto social e suas regências, Miguel (2006, p. 5) afirmou que:

A consulta aos relatórios dos Inspectores de Ensino, sejam eles paroquiais ou inspetores gerais, possibilita a verificação do modo como tais leis encontraram viabilidade na realidade, bem como as impossibilidades de sua

aplicação, ou ainda, as contradições entre a expressão legal das intenções do Estado e a vivência das leis nas condições impostas pela realidade.

Faria Filho (1997, p. 118) esclareceu que os agentes legais, inspetores e diretores, realizam por meio desses registros “uma intensa e fundamental tarefa de dar visibilidade às escolas isoladas e aos grupos escolares através de registros detalhados, de uma escrituração que permitia, a uma só vez, a observação, o controle e a intervenção nas atividades docentes e discentes desenvolvidas no cotidiano escolar”. O uso das fontes selecionadas para essa pesquisa se fará profícuo na possibilidade em analisar os agentes discursivos, as práticas relatadas e a apropriação da legislação nas condutas educativas desenvolvidas nas instituições de ensino.

Foram localizados também relatórios anuais enviados pelos inspetores do ensino à Diretoria Geral da Instrução Pública, também em cumprimento ao ofício de nº 95, como pode ser visto no quadro 02. Estavam descritos registros das escolas e grupos visitados, evidenciando alguns acontecimentos como: ausência da docente no dia da visita, substituições e dispensas das professoras, situações da estrutura das escolas, alta ou baixa da frequência, realização de exames, entre outros registros.

Quadro 02 - Relatórios anuais dos Inspectores de Ensino enviados a Diretoria Geral da Instrução Pública – 1931 a 1933

Enviado	Inspetor	Nº de páginas	Localizado
23/06/1931	Florival de Oliveira (1º Semestre)	11	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
10/11/1931	José Alencar Cardoso	07	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
23/11/1931	Florival de Oliveira (2º Semestre)	09	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
26/09/1932	Florival de Oliveira	11	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
25/11/1932	José Sebrão de Carvalho sobrinho	04	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
26/06/1933	José Alencar Cardoso	04	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
27/06/1933	Florival de Oliveira (1º Semestre)	11	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
10/08/1933	José Sebrão de Carvalho sobrinho	04	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146
23/11/1933	Florival de Oliveira (2º Semestre)	11	APES: Fundo E ⁶ – Vol. 1146

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios dos inspetores do ensino de 1931 a 1933: APES.

Conforme afirmou Faria Filho (1997, p. 113):

Observe-se que assim, a questão deixa de ser a de compreender a educação pública através dos relatórios, e passa a ser, também, a de compreender os relatórios como uma das possíveis estratégias de produção do campo pedagógico. Neste caso, é o documento mesmo que se transforma no objeto da pesquisa, e o no qual e a partir do qual, se situa a relação teoria-empíria [...].

Os relatórios utilizados nesta pesquisa foram analisados por questionamentos, considerando que, o que estava descrito tratava-se da representação do desempenho das funções dos inspetores, e não somente das docentes, pois estes tinham encargo de fazer com que o ensino fosse executado o mais normativo possível, e se isso não estivesse ocorrendo sua posição também estava vulnerável. Miguel (2006, p. 11) estabeleceu a legislação educacional como a fonte que permite o incentivo para a reflexão, auxiliando ainda “a compreensão de tendências, continuidade e rupturas do sistema educacional brasileiro; auxilia ainda a perceber os cotejamentos da história regional e história nacional enquanto formadoras de uma unidade, mas permite também outras considerações”.

Além dos termos de visita e dos relatórios, procurei elencar em um impresso local, responsável pelas publicações oficiais do governo, sobre notícias, notas, avisos e outras publicações a respeito das Classes de Aperfeiçoamento. No quadro abaixo apresento um panorama geral das notas emitidas no Diário Oficial no ano de 1932 que apresentavam relação com as Classes como: Sua Portaria de lançamento nº 11, orientações aos inspetores por meio de circulares, registros de inauguração por meio de ofícios, esclarecimento de execução, entre outros.

Quadro 03 - Notas de informes da educação no Diário Oficial no ano de 1932-1933

D. O.	Data	Tema de destaque	Localizado
Nº 3493	09/01/1932	Convite	SEGRASE
Nº 3498	15/09/1932	Reunião de professores	SEGRASE
Nº 3534	01/03/1932	Portaria nº 11	SEGRASE
Nº 3541	09/03/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 3542	10/03/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 3547	19/03/1932	Ofícios Despachados	SEGRASE
Nº 3567	14/04/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE

Nº 3571	19/04/1932	Portaria nº 22	SEGRASE
Nº 3574	22/04/1932	Portaria nº 23	SEGRASE
Nº 3583	04/05/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5413 ⁸	12/06/1932	Circular nº 8/ Telefonema/ Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5417	17/06/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5421	22/06/1932	Convite Circular	SEGRASE
Nº 5422	23/06/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5425	29/06/1932	Ofícios recebidos/ Reunião Pedagógica	SEGRASE
Nº 5429	05/07/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5434	12/07/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5441	21/07/1932	Ofícios recebidos/ Portaria nº 37	SEGRASE
Nº 5443	23/07/1932	Ofícios recebidos/ Circular nº 12	SEGRASE
Nº 5462	14/08/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5464	18/08/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5472	27/08/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5474	30/08/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5476	01/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5483	10/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5486	14/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5487	15/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5489	17/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5494	23/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5496	24/09/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5509	12/10/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5532	11/11/1932	Ofícios recebidos	SEGRASE
Nº 5699	07/06/1933	Circular nº 7	SEGRASE
Nº 5739	02/08/1933	Noticiário – O ensino Primario em Sergipe	SEGRASE

Fonte: Elaborado com base nas fontes coletadas: Diário Oficial do Estado de Sergipe – 1932-1933.

Assim, as fontes levantadas que apontam a respeito das Classes de Aperfeiçoamento foram muitas, embora fragmentadas, não há uma documentação que a defina ou que descreva de modo detalhado o seu funcionamento. Para tanto, foram feitas interpretações das descrições existentes em relatórios, termos de visitas e notas do Diário Oficial para uma

⁸ A partir dessa edição a numeração passou a ser inversa, 53 ao invés de 35 e, assim, seguiu até o final do anuário.

recomposição de sua existência e de suas práticas junto aos grupos escolares e escolas isoladas em Sergipe.

Este estudo fez uso do conceito de cultura escolar para estudar as Classes de Aperfeiçoamento, cuja perspectiva tem sido de importante contribuição para a História da Educação. Cultura escolar entendida por Julia (2001, p. 10-11, grifo do autor) como sendo:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Como aspectos da cultura escolar foram tomados como abordagens desse campo, a necessidade apresentada na normativa que estabeleceu as Classes de Aperfeiçoamento e, o recurso do uso dos centros de interesse, mediante a utilização de objetos ou circunstâncias aplicáveis, na busca da incorporação da prática ativa, no entendimento de uma nova “conduta a inculcar”, através de um conjunto de procedimentos que pretendia-se aperfeiçoar o comportamento do professorado primário sergipano, com o uso das Classes.

Salientando a participação dos agentes atuantes na aplicação das “normas” e “práticas” estabelecidas com a implementação das Classes de Aperfeiçoamento, estas, eram regidas por um corpo de executores responsáveis por essa “inculcação”. Entendo que esses agentes eram: o Técnico da Instrução, idealizador e propagador da proposta de implantação dessa prática no Estado; os inspetores do ensino, que se apresentaram em seu contexto pedagógico buscando incorporar uma prática renovada quanto à utilização dos dispositivos educacionais; e por fim, as docentes nomeadas para ministrarem os centros de interesse nas Classes, que deveriam apresentar-se com uma prática agradável aos olhos de seus observadores, a fim de serem apontadas como modelos diante das demais docentes.

No papel pedagógico exercido por esses agentes, suas atuações funcionavam mediante o “inculcamento” de uma prática que precisava ser aperfeiçoada, “inculcar” no sentido de

esclarecimento e aprofundamento do método, para o desenvolvimento adequado do ensino. Logo, na compreensão instrutiva, entendia-se que a partir do momento em que as docentes tivessem conhecimento dos novos métodos a serem executadas, com base na nova regulamentação e por meio das Classes implantadas nos grupos escolares e nas escolas isoladas, tenderiam a refletir suas próprias práticas.

No entanto, precisava-se levar em consideração o que é explanado por Souza e Faria Filho (2006, p. 40, grifo do autor), quando esclareceram que “ao articularmos os grupos escolares com a instituição de uma *nova cultura escolar*, não podemos descuidar do fato que a escola e as culturas escolares são os lugares sociais e culturais por excelência daquilo que pouco e muito lentamente se transforma”. Ou seja, mesmo que a proposta inicial tenha sido de modificar a prática pedagógica docente, esse resultado pode ter ocorrido de modo lento e subtil.

O manual pedagógico produzido por Abner de Moura (1931) foi uma referência para a prática do ensino ativo. A publicação apresentava orientações a respeito da execução do ensino ativo, com o uso dos centros de interesse. Assim, em Sergipe, alguns exemplares foram distribuídos pelos inspetores do ensino, para as docentes, afim de que fosse utilizado como parâmetro para a prática do ensino. O autor apresentou a obra como “[...] sugestões para aulas globalizadas apenas com o fim de indicar directrizes, aos de alma dubitativa, em primeiro lugar mostrando de como é possível iniciar já, em qualquer parte, a renovação da escola” (MOURA, 1931, p. 14).

Para o entendimento do que foram os grupos escolares, destaquei neste estudo os trabalhos de Souza (1998), Vidal (2006); Teive e Dallabrida (2011), Azevedo (2006) e Azevedo e Stamatto (2012), norteando como se dava o funcionamento do Programa do Ensino Primário, a organização, a atuação docente, a administração, o ensino, o uso dos recursos pedagógicos, e as demais ações que compunham este modelo de escola graduada. Para embasamento e entendimento dos métodos pedagógicos que se pretendia difundir por meio das Classes de Aperfeiçoamento serão utilizados: Dubreucq (2010), Dewey (1973; 1979), Decroly (1929; 1931) e Valdemarin (2010).

Para esclarecer sobre as reformas educacionais realizadas foram utilizados autores como Nagle (1974) que desenvolveu em sua obra um relato da situação educação/sociedade no período da Primeira República (1889-1929), descrevendo as reformas que permearam esse período e a entrada da Escola Nova no cenário brasileiro. Faria Filho; Nascimento e Santos (2010) auxiliaram no entendimento das diferentes abordagens existentes nas reformas no contexto educacional da escola pública no Brasil. Assim como Mate (2002) que realizou uma releitura a respeito dos acontecimentos a partir dos anos 30 do século passado no Brasil.

Para a compreensão da composição educacional da Escola Nova fiz uso de ideias de Vidal (2000), sobre a importância estabelecida ao escolanovismo. Zaia Brandão (1999) que em sua obra realizou uma releitura das interpretações sobre o papel do Movimento da Escola Nova no Brasil, abordando a contribuição do Pioneiro da Educação, Paschoal Lemme. Além de Lourenço Filho (1978) que analisou as bases da Escola Nova, em seu conteúdo histórico, didático, pedagógico, seus autores e suas problemáticas.

Para elucidar a situação em que se encontrava o Estado de Sergipe autores como Nunes (2008), Mendonça (1958), Sobral (2010) e Almeida (2009) auxiliaram no entendimento do contexto educacional e social sergipano diante de todas as reorganizações existentes no período da primeira república. Assim como, a contribuição oferecida por Helvécio de Andrade por meio das autoras: Oliveira (2008), que destacou a participação do educador no processo educacional em Sergipe; e Valença (2006), que semelhante, analisou a contribuição do educador nos princípios das ações pedagógica nas três primeiras décadas do século XX.

Para a elaboração deste trabalho foi realizado inicialmente uma pesquisa bibliográfica que se estabeleceu em três momentos: o primeiro, a respeito dos Grupos Escolares e das escolas isoladas, para que fosse possível entender o que foram esses estabelecimentos de ensino; em seguida, um estudo a respeito das abordagens referente aos principais narradores dessa pesquisa: os inspetores, diretores dos grupos e o técnico de ensino, o professor Rocha Lima, para que assim suas narrativas não se desvinculassem de suas atuações, e assim pudesse ser realizada uma leitura coerente; por fim, foi pesquisado a respeito da abordagem teórica da

Escola Nova no estado de Sergipe, para que fosse possível compreender o contexto Estado/Escola no período estudado.

Em seguida, foi realizado o levantamento das fontes já descritas anteriormente. No Arquivo Público do Estado de Sergipe foram coletados os termos de visitas dos grupos escolares e das escolas isoladas, os relatórios anuais encaminhados pelos Diretores para a Instrução Pública, o Regulamento de 1931, vigente no período dessa pesquisa, o Relatório de Viagem do Professor José Augusto Rocha Lima, Leis, Circulares Oficiais. No Serviços Gráficos de Sergipe, SEGRASE, foi coletado o Diário Oficial.

Deste modo, o trabalho foi estruturado em quatro seções. Em nota introdutória, justifiquei o estudo da temática, a importância da inspetoria do ensino na difusão de métodos pedagógicos no Estado de Sergipe, e os primeiros passos para o entendimento do objeto. Expus a questão norteadora da pesquisa, assim como os objetivos gerais e específicos, esclarecendo o marco temporal estabelecido. Em seguida, apresentei breves notícias do que foram as Classes de Aperfeiçoamento, as fontes estudadas e sua relação com a legislação escolar e, por fim, suas possíveis abordagens dentro da História da educação brasileira.

Na segunda seção, busquei esclarecer a respeito das abordagens da pedagogia Renovada, apresentando ainda, o processo de aperfeiçoamento dos novos métodos introduzidos nos Estados do Ceará (1922), Minas Gerais (1927), Rio de Janeiro (1932) e São Paulo (1921), por meio da remodelação das instruções do ensino primário com base nos ensinamentos escolanovistas.

Na terceira seção, procurei destacar o que foram as Classes de Aperfeiçoamento, com a ideia inicial de sua instalação em Sergipe, apresentada pelo Assistente Técnico da Instrução Pública José Augusto da Rocha Lima, após sua viagem de estudo para o Estado de São Paulo. Discuti sobre as inaugurações das Classes de Aperfeiçoamento nos grupos escolares, tidos como modelos da escola republicana, e nas escolas isoladas, consideradas inapropriadas para o processo de ensino, mas que alfabetizava o maior número de crianças no Estado sergipano. Destaquei ainda, os critérios para a seleção das docentes que ministravam as Classes de Aperfeiçoamento.

Na quarta seção, apresentei o sistema de Decroly e o uso dos centros de interesse, proposta base para o desenvolvimento da prática educacional nas Classes de Aperfeiçoamento. Expus ainda, alguns princípios da Pedagogia Renovada, adotados em Sergipe, com base no Regulamento de 1931 e no Programa de Ensino Primário (1931). Esclarecendo também, o trabalho com os centros de interesse desenvolvido nas Classes de Aperfeiçoamento e suas aplicações. Por fim, enfoquei sobre o desfecho das Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe e as consequências dessa ação em Sergipe.

2. PEDAGOGIA RENOVADA: DISSEMINAÇÃO DO MÉTODO ATIVO

Nesta seção discuti sobre a disseminação do método ativo em alguns estados do Brasil, provenientes das reformas locais, contextualizando o cenário de que as reformas empreendidas pelos governos locais apresentavam anseios similares sobre a renovação de ensino. Era, de fato, a necessidade de acompanhar os novos ventos sobre os métodos pedagógicos que vinham modificavam a visão de interesse e de atividade em relação as teorias educacionais oriundas da chamada Pedagogia Moderna.

2.1. Instrução Nova: breves notas

Inicialmente senti necessidade de distinguir Pedagogia Moderna da Pedagogia Renovada, tomei como elementos a natureza do método para assinalar essa diferenciação, visto que o meu objeto está centrado nas Classes de Aperfeiçoamento cujo fundamento principal de mudança era o método. Até então havia o predomínio do método intuitivo, instituído desde Comenius, na chamada Pedagogia Moderna até o ideário da Escola Nova. Esse ideário pôs em cheque alguns elementos desse método, especialmente, as concepções de atividade e de interesse, mudando significativamente sua percepção.

A chamada Pedagogia Moderna originou-se em Comenius (1592-1670), que defendeu uma educação dos sentidos, por meio da observação de fatos conhecidos pelas crianças, tendo assim a experiência como ponto de partida para a obtenção do conhecimento (VALDEMARIN, 2010). Foi Comenius (2011, p. 233) que defendeu a educação para todos através de um método natural, ligando as palavras as coisas (e imagens) de modo a apontar sua utilidade e a despertar o interesse dos estudantes, afirmando que:

O conhecimento tem sempre início necessariamente nos sentidos (pois nada há no intelecto que não tenha passando antes pelos sentidos): por que a instrução deveria começar pela explicação verbal das coisas e não pela observação direta? Só depois que o objeto for mostrado é que pode ser explicado melhor com palavras.

Posteriormente, o uso dos sentidos para a obtenção do conhecimento por meio da experiência da vida da criança foi defendido por outros educadores, com algumas perspectivas diferenciadas, a exemplo de Rousseau (1712-1778). Este apresentou em seus escritos a

criança como um ser com experiências próprias, e, assim, fundamentou seu método na capacidade do preceptor de saber desenvolver, no contato da criança com as coisas, a experiência necessária para seu desenvolvimento, desse modo, ao associar a vida à educação seria possível “criar as condições para o desenvolvimento dos atributos naturais do homem”, possibilitando por meio da educação uma provável “transformação social” (VALDEMARIN, 2010, p. 18).

Elias (2000, p. 18) expôs que após o lançamento do *Emílio ou da Educação* (1762), principal obra de Rousseau, os demais autores que despontaram tiveram como base os seus princípios, sobretudo ao que viria ser destaque como objeto da escola nova:

Em todas encontramos enunciados da proposta russeauniana. Embora tais escolas pareçam liberais, fundamentadas em valores como o respeito à personalidade, à espontaneidade da criança e a inteira confiança na natureza, propõem uma educação que dirige, influencia e determina aonde a criança deve chegar.

Rousseau (2017), por sua vez, destacou uma pedagogia não diretiva, natural, cujo método intuitivo foi desenvolvido na sua obra referida, em diferentes etapas do desenvolvimento do ser humano, observando e orientando desde a infância, a puerícia, pré-adolescência, adolescência, adulto do Emílio. Interesse e atividade estiveram presentes em toda a sua obra, entre o privado e o particular; entre o que é útil e diversão; em um romance que vai desfilando a formação idealizada de um nobre, de um cidadão. A experiência é central no processo de aprendizagem da personagem, pois com ela aprendeu a aprender e a procurar e encontrar a verdade, reconhecendo, quando a idade da razão chegou (fase adulta).

Leitor de Rousseau, Pestalozzi (1746-1827) foi particularmente afetado por seus escritos. O teórico tinha seus princípios baseados na intuição, na observação, no saber fazer, no poder e no amor. Segundo ele, a intuição era considerada a base para o conhecimento, tendo como fundamento a observação, a experimentação prática e a vivência dos alunos para a obtenção do conhecimento, assim, o ensino partiria do saber do aluno para o desconhecido. Pestalozzi orientava o uso de objetos concretos, dos mais simples para os mais complexos, os trabalhos manuais, as excursões na natureza e a ginástica (ELIAS, 2000). Por trazer

experiências pedagógicas de uma pedagogia popular, com alguns insucessos, porém deixou um legado em relação ao método que adotou, especialmente os materiais e as técnicas para observar a natureza infantil. Também postulou os princípios do método intuitivo no qual deveria ensinar as crianças a considerar cada objeto em sua unidade, estabelecer relação com outros objetos, em suas medidas e proporções e familiarizar as crianças com objetos através de seus nomes e do reconhecimento dos mesmos.

A Escola Nova dentro da chamada Pedagogia Renovada reviu os conceitos de interesse e atividade, mudando o cenário dos métodos até então. Especialmente com Dewey e aqueles que se embasaram em suas ideias na construção do ideário escolanovista.

Valdemarin (2010) confirma isso quando destacou que a prática com o ensino que se desenvolveu por meio da experiência da criança ganhou maior evidência no século XX, sendo seu maior influenciador o filósofo John Dewey, defensor absoluto da ideia de que a escola deveria ter seu ensino fundamentado no interesse da criança. Para Dewey (1973), a troca de experiência só se concretizaria naturalmente em um ambiente de esfera democrática. Anísio Teixeira, um dos estudiosos de Dewey, esclareceu que na visão do filósofo: “[...] somente sociedades democráticas, que procurem dar a maior liberdade aos membros que as constituem e criar o mais largo espírito de solidariedade social e de comunhão de interesse, podem, conscientemente, aceitar e estimular o dinamismo reconstrutor da teoria exposta” (DEWEY, 1973, p. 31).

Desse modo, a proposta democrática deveria ser realizada também dentro das instituições escolares, como a representação de uma sociedade em miniatura, onde fosse possível a vivência e a resolução de problemas comuns na vida privada e em grupo. Portanto, Dewey considerava o ambiente escolar democrático próprio para a experiência educativa, resultando assim, por meio da integração dos indivíduos no espaço, a aprendizagem efetiva. Na introdução do livro de Dewey (1973), Anísio Teixeira (DEWEY, 1973, p. 30) definiu a prática educativa como a:

[...] experiência inteligente, em que participa o pensamento, através do qual se vêm a perceber relações e continuidades antes não percebidas. Todas as vezes que a experiência for assim reflexiva, isto é, que atentarmos no antes e

no depois do seu processo, a aquisição de novos conhecimentos mais extensos do que antes, será um dos seus resultados naturais. A experiência alarga, deste modo, os conhecimentos, enriquece o nosso espírito e dá, dia a dia, significação mais profunda à vida.

Assim, a experiência e o interesse passaram a receber destaque nos discursos de outras intelectuais. Para Montessori o interesse parte da livre atividade individual. A educadora defendeu que a inserção da criança em ambientes adequados, junto à liberdade que lhe for concedida, ocasionará assim um interesse de modo natural. Defensora da ideia de auto-educação, a médica italiana acreditou que os indivíduos já nascem com potenciais próprios para aprender, “[...] o que deve permitir é o desenvolvimento das manifestações espontâneas da criança, ou, em termos práticos, que a liberdade se identifique como atividade” (LOURENÇO FILHO, 1978, p, 182-183).

Lourenço Filho esclareceu que a liberdade em Montessori se caracterizou como seu princípio geral, logo, a criança não precisaria mover-se mediante orientações prévias ou adapta-se a meios que não correspondiam à sua esfera, antes, é o livre desenvolvimento infantil que deve ser respeitada pelo educador: “A vida é desenvolvimento, e educar será permitir esse desenvolvimento. Para isso, dever-se-ia pôr as crianças à vontade” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 182).

Por conseguinte, o ambiente oferecido para a criança deveria ser apropriado e propício para que ela pudesse exercer sua liberdade, criar interesse e se desenvolver de modo natural. Montessori defendia que são os estímulos externos que formariam o desenvolvimento psíquico da criança. Segundo sua teoria, o interesse é acionado quando o indivíduo encontra coisas que consigam relacionar a sua vida prática, ou seja, a criança age com interesse de acordo com as suas necessidades de desenvolvimento interior (LOURENÇO FILHO, 1978).

Se até o final do século XIX, o método intuitivo reinou nos discursos e nas práticas pedagógicas, fundamento nas ideias de demonstração de interesse e atividade, relação entre palavras e coisas, a escola nova modificou sensivelmente isso, em consequência, o próprio conceito de experiência, que implicava no aprender fazer fazendo.

Em seu manual, Moura (1931, p. 15) expõe que a prática do aprender a fazer fazendo, em Decroly, proporcionava o controle da indisciplina: “Á criança sobra energia, vitalidade que merece ser canalizada para que se não disperse na indisciplina. De sua própria natureza a infancia aprende a fazer fazendo. A actividade nella há de repintar do interesse espontaneo, que, todavia, deve ser normal”.

Porém, havia, segundo Lourenço Filho (1978) uma zona intermediária do ponto de vista do método entre a Pedagogia Moderna e a Escola Nova, que foi os chamados Centros de Interesse de Decroly, pois era considerado como um método de transição abraçando a intuição e os passos formais de Herbart, sobretudo, mais com uma lições globalizadas.

Para Sobral (2010, p. 168-169) a diferença entre o método intuitivo, já estabelecido, e a proposta defendida pela Escola Nova, introduzida no Estado por meio do novo regulamento instituído mediante decreto, era que: “[...] Os adeptos a Pedagogia Renovada procuravam fazer uma ruptura com a Pedagogia Moderna, em especial, quanto ao entendimento do interesse e da atividade, já que para os escolanovistas a ação dirigia o interesse da criança para o objeto, enquanto para os herbartianos o ensino deveria criar interesse e orientá-los para ação”.

Lourenço Filho (1978, p. 149) esclareceu que a proposta pedagógica elaborada por Herbart tinha um elemento funcional que objetivava harmonizar o processo de ensino, unindo o intelecto ao ato. Desse modo, Herbart nomeou esse componente de “*interesse*”. O conceito de interesse defendido por Herbart não se aplica ao qual vai ser executado pela escola ativa posteriormente, mas, “Para ele, o interesse existia no plano das idéias, levando cada uma delas a encontrar associação com outras, e, nessa associação, certo equilíbrio. [...] para Herbart, o ensino deveria criar interesse e orientá-los para a ação no plano das idéias”.

Em contraposição ao uso do interesse como ficou estabelecida por Herbart, mas, considerando seu uso necessário para o processo de ensino, Dewey defendeu “o caráter ativo do interesse, como reflexão de necessidades vitais, em impulsão e desejos”. Dessa forma, iniciou-se uma reestruturação da aplicação desse conceito e seu modo de uso, por conseguinte, “[...] deslocando-se do plano intelectualista em que o havia colocado Herbart,

para o da observação das atividades naturais das crianças e de sua capacidade em modificá-la pela aprendizagem” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 150).

2.2 Os ensaios do método ativo: Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

Os anos de 1920 foram momentos de grande impasse econômico e conseqüentemente mudanças no contexto social. Com isso, se caracterizou como um período de amplas propostas de Reformas, principalmente no que diz respeito à educação, espaço onde sempre esteve relacionado “[...] a ideia de que ao se reformar a escola, se reformaria a própria sociedade” (FARIA FILHO; NASCIMENTO; SANTOS, 2010, p. 7).

Nagle (2009, p. 209) caracterizou o período entre 1920 e 1929 no Brasil como o momento de atuação “progressista”, onde as estâncias escolares eram reformadas e remodeladas com base nas propostas defendidas pela Escola Nova. Assim, diante do seu entendimento:

O esforço para reformar a instrução pública, portanto, se processa juntamente com o esforço para proceder à remodelação. Propõe-se o quadro da nova concepção de infância, quando se ressalta a importância das características do desenvolvimento “natural” do educando e, como consequência, todo o esforço se faz para alterar o papel do educador, a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender; enfim, procura-se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares.

Moura (1931, p. 13) afirmou que, no ano de 1931 já existiam no Brasil, vários Estados que tinham adotado a prática da escola ativa, sendo um deles extremista em suas ações, transplantando assim “[...] para a calidez de nosso ambiente programmas applicaveis só em outras terras”. O papel da formação do educador primário adquire ênfase considerando as perspectivas apresentadas pelas reformas educacionais existentes, pois, para a execução dos novos preceitos e métodos estabelecidos através das reformas realizadas, exigiam-se novas posturas, novas técnicas de ensino e, o aprimoramento do entendimento pedagógico.

Por conseguinte, uma das propostas foi a reestruturação da Escola Normal. Nagle (2009, p. 239) esclareceu que diante das mudanças realizadas no ensino elementar, “a

preocupação com o professorado primário estimulou ampla discussão em torno da escola normal, e o motivo disso era um só: diante das responsabilidades da escola primária, tornava-se necessária a reformulação dos padrões de ensino na escola normal, a fim de que o novo professor tivesse condições para executar sua nova situação”. No entanto, o que poderia ser feito com as docentes que já estavam em atuação? Seria preciso assim, promover aperfeiçoamento no quadro docente. Foi isso que tratamos em alguns Estados e no Distrito Federal.

A tentativa de aperfeiçoamento do método de ensino no Ceará se deu por meio da Reforma realizada em 1922, pelo Professor Lourenço Filho. Convidado a compor o corpo docente da Escola Normal cearense, por meio da solicitação de seu atual diretor, Dr. Hippolyto de Azevedo e Sá, o professor Lourenço Filho ao realizar preleções a respeito das inovações pedagógicas que tinha conhecimento, fez com que o governador Justiniano de Serpa o convidasse a realizar naquele Estado a Reforma da Instrução Pública.

Nagle (2009, p. 273) certificou o pioneirismo da reforma cearense na apropriação de sistemas do ideário da Escola Nova, esclarecendo que as condições em que se encontrava o Estado, com seu sistema escolar escasso, não favoreceram para que fosse identificado a realização do ideário escolanovista no programa primário.

Desse modo, em 02 de agosto de 1922, sob a Lei nº 1.953 a Instrução Pública do Estado do Ceará é renovada. Sendo lançado novo Regulamento em 02 de janeiro de 1923, com base no Decreto 474. Defendendo a tese do pioneirismo do Ceará na implantação da proposta escolanovista, Oliveira (2013, p. 21, grifo meu) afirmou que:

[...] a relevância da Reforma de 1922 é indiscutível, diante da dinamização do ambiente escolar e da revitalização dos interesses educacionais. Além dos fatos aqui apresentados, outras importantes medidas foram implantadas, tais como: *a criação de cursos de formação de professores sobre a pedagogia nova*; a criação da Diretoria Geral da Instrução, dividindo o Estado em regiões administrativas; o reforço da inspeção escolar e um amplo e precursor recenseamento das escolas.

Nagle (2009) registrou que, a “escola-modelo” foi instituída com base no art. 91 do Regulamento da Instrução Pública, e tinha por função padronizar as novas práticas da escola

primária cearense, desse modo, as escolas de aplicação acabam sendo adotadas como instituições para treinamento pedagógico, sendo estabelecida como local do aperfeiçoamento didático.

Algumas práticas realizadas na Escola Normal, na Escola de Aplicação e no Curso Complementar fizeram com que fossem aprimoradas as práticas desenvolvidas por meio da proposta escolanovista. Almeida (2009, p. 109) apresentou que a Reforma executada procurava adequar o ensino a condição financeira do Estado, que naquele momento era precária e acabava repercutindo na execução real do ensino: “A política educacional do governo de Serpa tentou, pela via legal e institucional, uniformizar os métodos de ensino e trazer a escola para as condições corretas da realidade cearense”.

Segundo Jane Almeida (2009, p. 109, grifo meu) foram cinco os dispositivos utilizados para a realização da uniformidade do ensino no Estado:

[...] primeiro – a reforma didático-pedagógica da Escola Normal; segundo – *a reestruturação da Escola de Aplicação como escola-modelo para experimentação dos novos métodos de ensino*; terceiro – *o aprimoramento dos professores em de cursos especiais ministrados por Lourenço Filho*; quarto – a elaboração de livros didáticos apropriados às condições materiais e costumes do Estado e; quinto – uma fiscalização rigorosa de inspetores escolares, garantindo a efetivação de novos métodos no cotidiano escolar, aplicados na Escola Anexa ou Escola de Aplicação.

O uso da Escola de Aplicação como “escola modelo” para o experimento dos novos métodos pedagógicos de ensino se caracterizou como a tentativa de aperfeiçoamento dos métodos escolanovistas, assim como as palestras proferidas pelo professor Lourenço Filho, que permitiam que as professoras tivessem conhecimento e acesso às novas práticas docentes: “O trabalho de Lourenço Filho no Ceará se deu entre os anos de 1922 e 1923, quando foram organizados cursos e palestras que incentivavam um ensino ativo por parte do professorado” (ALMEIDA, 2009, p. 55).

A reforma Francisco Campos, que ocorreu em Minas Gerais em 1927, trouxe em sua essência, assim como outras reformas existentes no Brasil nesse período, características escolanovistas. Segundo Oliveira (2011, p. 30) “[...] essa reforma se destacou, de fato, pelas

muitas modificações que fez no ensino primário e normal e porque introduziu os ideais educacionais da ‘escola nova’, o que fez dela a pioneira no país”.

No Regulamento Primário de Minas Gerais (1927), constaram alguns princípios da nova modelação educacional republicana, entre eles, estava a necessidade do ensino ser elaborado do ponto de vista da criança, e não mais como era formulado, anteriormente, segundo a visão do adulto; assim como, o ensino deveria ser limitado a utilizar somente o que fosse útil para a criança e por meio dos “centros de interesse”; ademais, o processo de ensino deveria ser realizado de modo ativo, em cooperação professor e aluno (NAGLE, 2009).

Prates (2000, p. 71) destacou que o movimento escolanovista, em Minas Gerais, foi tido por vários educadores como a ferramenta educacional que possibilitou a criação de uma nova sociedade:

Tomando como referência os princípios desse movimento, Francisco Campos ampliou enormemente o número de escolas primárias existentes no Estado, reformou o programa do ensino primário e, para dar eficiência à sua reforma, atribuiu à formação do professorado um papel estratégico e relevante.

Para isso, a formação docente Francisco Campos tomou algumas iniciativas, como o envio de cinco professoras para Nova Iorque, mas, precisamente, para a Universidade de Colúmbia, onde efervescia o movimento da Escola Nova; reformou o ensino Normal; e enviou seu irmão a Europa para que selecionasse figuras que tivessem reconhecimento na área educacional para incorporar, por um tempo, ao ensino mineiro (PRATES, 2000).

Toda essa preparação resultou na criação do “Curso Normal Pós-Médio ao qual foi dado o nome de Escola de Aperfeiçoamento”. A composição dessa Escola se deu por meio das docentes que retornaram a Minas, após viagem a Nova Iorque, e do corpo de professores escolhido por seu irmão na Europa. Em 22 de fevereiro de 1929, o Decreto 8.987, estabeleceu a criação da Escola de Aperfeiçoamento do Estado de Minas Gerais, tendo seu Regulamento criado em 30 de agosto de 1930, sob Decreto 9.653, sendo assim, foi definido como Diretor da Escola o professor do ensino superior Lúcio José dos Santos (PRATES, 2000).

Nagle (2009, p. 245) esclarece que apesar do regulamento só ter sido aprovado em 1930, a execução de cursos de aperfeiçoamento já acontecia desde o ano de 1928, eram “Cursos de Aperfeiçoamentos para Assistentes Técnicos” e “Cursos de Aperfeiçoamentos para Professores Primários”, segundo ele, “[...] seria o Seminário Pedagógico, ‘destinado a treinar uma elite de professores, bem como assistentes técnicos, nos recentes métodos de ensino e em técnicas pedagógicas [...]’”.

Prates (2000, p. 82) esclareceu que por meio da Escola de Aperfeiçoamento mineira:

[...] pretendeu-se criar uma elite de ensino capaz de provocar transformações internas na escola primária mineira, pode-se considerar que a instituição teve grande sucesso. [...] Propondo ensinar a professora a ensinar pelo método ativo – levar o aluno a inquirir, planejar, fazer, avaliar, concluir – a Escola colocou a professora também ativa na sua própria aprendizagem.

No entanto, não era qualquer professora que poderia estudar na Escola de Aperfeiçoamento. Considerando a ideia da formação de um grupo de elite, somente as docentes que fossem indicadas por autoridades do ensino, “[...] Secretário, Inspetor Geral da Instrução [...]” entre outros, poderiam estudar nessa escola, além da apresentação de três atestados de idoneidade: “[...] religiosa, moral e da boa qualidade do serviço prestado ao magistério [...]”, que seriam concedidos pelo “[...] pároco e pelo juiz da cidade onde morava a professora e pela diretora da escola onde lecionava [...]” (PRATES, 2000, p. 72).

Com base na escola europeia e destinada a normalista que tivesse ao menos dois anos de atuação no magistério, a Escola de Aperfeiçoamento objetivou fazer com que a elite pedagógica que ali se formasse difundisse, no local onde exercia docência, as novas ideias aprendidas “teriam como responsabilidade difundir, como multiplicadores, as novas ideias e técnicas de ensino aprendidas por toda a área do Estado de Minas Gerais”, garantindo desse modo a reforma realizada, na medida em que os professores do interior também tivessem acesso às propostas modernas do ensino (PRATES, 2000, p. 68). A escola de aperfeiçoamento de Minas Gerais foi extinta em 1946.

O princípio reformador da Instrução Pública do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, durante a administração de Fernando de Azevedo, foi o “princípio da escola socializada”. Por

intermédio da Lei 3.281, de 23 de janeiro de 1928, e do Decreto 2.940, de 22 de novembro de 1928, se estabelece novo Regulamento do Ensino Público naquela unidade federativa. Nagle (2009, p. 218, grifo do autor) define que: “Não houve, portanto, filiação a esta ou àquela corrente do movimento escolanovista, a aceitação de uma ou outra com a conseqüente exclusão das restantes; tratou-se, isto sim, de aproveitar e combinar de maneira *sui generis* os elementos das diversas correntes em que se dividiu o amplo movimento da Escola Nova”

Quando, em 1931, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria Geral da Instrução do Distrito Federal considerou a relevância em promover o nível de ensino dos professores, assim, substituiu a antiga Escola Normal pelo Instituto de Educação, se constituindo esse espaço em 1932, como o estabelecimento destinado à formação de professores primário do Distrito Federal.

Schaffel (1999, p. 140) apresentou que o decreto de nº 3810 definiu que “o Instituto de Educação tinha por fim ministrar educação secundária a ambos os sexos, preparar professores primários e secundários e manter cursos de continuação e aperfeiçoamento para professores”. O instituto era considerado o campo de observação dos futuros mestres, nele foi instalado a “Escola de Professores”, e em anexo, o “Jardim de Infância”, o “Grupo Escolar” e a “escola secundária”, e tinha como Diretor o Professor Lourenço Filho.

Figueira (2010, p. 34) descreveu que Lourenço Filho, enquanto Diretor do Instituto de Educação, desenvolveu práticas pedagógicas que possibilitaram a experiência dos professores com práticas modernas de ensino:

Organizou e criou inquéritos, bibliotecas, aulas experimentais, dramatizações, cinema, circulação de jornais escritos e editados por alunos, excursões, clubes de leitura, escola anexa de aplicação para as professorandas, de modo a estimular a prática das teorias e aperfeiçoar a formação docente. Buscou fazer do instituto um grande laboratório para a elaboração, aplicação e reflexão sobre os novos métodos pedagógicos que deviam permear as práticas escolares assim como modelo para as demais escolas.

Fernando de Azevedo defendeu que por meio das observações existentes nesse estabelecimento de ensino, onde se propunha uma educação renovada diante dos preceitos modernos da Escola Nova, objetivava realizar um aperfeiçoamento no sistema “tradicional

escolar”, a fim de se atingir uma escola restaurada (LOPES, 2008). A proposta da introdução de novas práticas se fazia tão evidentes que alguns alunos que estudavam na escola de professores, por vezes, eram convidados a ministrarem os métodos ativos para as docentes já em atuação no ensino primário do Distrito Federal, sendo desse modo, condutores de mudanças (SCHAFFEL, 1999).

No Estado de São Paulo uma de suas reformas mais significativa foi a realizada por Sampaio Dória, com base na Lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920, e do Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921. Foram essas normativas, segundo Nagle (2009, p. 210), que modificou de modo mais profundo o sistema escolar naquele Estado, sendo assim estabelecido como o governo pioneiro nas reformas daquele período, onde:

[...] foi a única que resultou da prévia apresentação de princípios doutrinários, de natureza política, claramente expostos, bem como é a única em que se percebe a total sincronia entre os elementos que informaram e definiram o significado central das medidas adotadas e os elementos de natureza histórica e ideológica que melhor caracterizara a ambiência social do tempo.

Organizado e dirigido por Lourenço Filho, a Escola Experimental de Rio Branco foi estabelecida anexa ao Liceu Nacional de Rio Branco, em São Paulo. E ganhou registros de sua experiência na obra escrita de seu Diretor, que virou referência em estudos que abordam as propostas pedagógicas da Escola Nova. Ele buscou por meio da Escola Experimental do Rio Branco colocar em prática os princípios gerais deweyano, e estabeleceu por meio de práticas pedagógicas os sistemas de “Projetos”, que detalhadamente descreveu o funcionamento em seu livro (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 204).

Lourenço Filho, em 1930, escreveu em carta a Dr. João Hipólito, Diretor da Escola Normal do Ceará, sobre as dificuldades de implantação do método ativo nas escolas públicas, até mesmo na Escola Experimental de Rio Branco, e atribuiu essa complexidade a falta de inovação na mentalidade do professorado, que segundo ele, não teve compreensão do novo entendimento do comportamento infantil. Nessa direção, Olinda (2005, p. 119-120 *apud* ALMEIDA, 2009) destacou:

[...] é uma escola avançada, uma escola laboratório (a escola experimental anexa ao Liceu Rio Branco de São Paulo) e – fique desde já bem claro – impraticável no ensino público. Cada classe, nessa escola, tem de 20 a 25 alunos, tão somente. É freqüentado por filhos de pais abonados, a quem se pode pedir material em abundância. Dispõe de recursos de uma grande empresa, a do Liceu, mantendo laboratórios, bibliotecas, etc. Os professores são escolhidos por mim, e talvez sejam os professores que mais ganham no ensino primário em São Paulo [...] Não se iluda. Ter programas de centro de interesse, fazer excursões e outras práticas mais ou menos activas (sic), sem mudança, porém, da mentalidade do professor e sem compreensão da nova psicologia do comportamento (o behaviorismo dos americanos) pode degenerar em anarquia e diminuição do rendimento do ensino. Será substituir uma rotina por outra, com esta desvantagem: da rotina velha sabe-se o que é e o que dá. Da nova, ninguém o pode afirmar.

Não bastava que aparelhassem os estabelecimentos de ensino, era preciso fazer com que os professores entendessem o nobre significado das práticas que eles exerciam e quais os resultados que essas experiências teriam na aprendizagem dos alunos. O resultado se apresentou quando, Lourenço Filho descreveu em sua obra uma pesquisa realizada no Estado de Missouri, Região Centro-Oeste dos Estados Unidos. A pesquisa foi desenvolvida com 112 professoras que fizeram uso do sistema de projetos por um ano. O autor revelou resultados positivos em relação ao uso do sistema de projetos em substituição ao sistema tradicional (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 211). Foi essa a proposta que Lourenço Filho tentou executar na Escola Experimental de Rio Branco. Para Nagle (2009, p. 272):

[...] convém ainda considerar o papel que desempenharam as escolas de aplicação e escolas-modelos, que se tornaram significativo campo de treinamento e prática do novo ideário educacional, e também repartições essencialmente técnicas que se criaram nas inspetorias ou diretorias de instrução pública. Com o estabelecimento desses serviços foi possível à administração escolar interessar-se por determinados problemas da escolarização, além dos de natureza burocrática; houve melhores condições para estudar, traçar e mandar executar normas e programas de aperfeiçoamento do ensino, o que provocou não somente alguma alteração nos padrões de pensamento e atuação existentes, como também ambiente mais favorável á difusão do escolanovismo.

Os relatos de Aperfeiçoamento de métodos apresentados aqui serviram para figurar o quadro geral da Instrução Pública no Brasil, quanto à adequação da implantação e disseminação do ideário reformista da Escola Nova. Desse modo, seu amoldamento no Estado de Sergipe seguia, em linhas gerais, uma disposição nacional.

3. A IDEIA APLICADA: AS CLASSES DE APERFEIÇOAMENTO EM SERGIPE

Nessa seção, abordei a respeito da idealização e implementação das Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe, em consequência da viagem realizada por José Augusto ao Estado de São Paulo para estudar os métodos ativos, objetivando adequá-los a realidade da instrução pública de Sergipe. Em seguida, descrevi o processo de implantação das referidas Classes nos grupos escolares e nas escolas isoladas, evidenciando, por fim, a escolha das docentes para assumirem a regência.

3.1 Professor José Augusto da Rocha Lima: a viagem de estudo

Após a reforma da Instrução Pública realizada no Estado de São Paulo no final do século XIX, era comum o envio de técnicos do ensino ou de professores para outros estados, com a finalidade de que esses instruissem e realizassem reformas que instaurasse o que tivesse de mais moderno a respeito do ensino, a exemplo dos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, entre outros, que tinham em São Paulo um estado modelar para o ensino (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Da mesma forma, alguns estados conduziram professores a esse estado, para que eles pudessem observar, estudar e planejar ideias que poderiam ou não serem implantadas nos seus estados.

Em Sergipe os dois modos de atuação foram registrados. Entre tantas outras viagens, em 1909 chegou a esse estado o professor Carlos da Silveira, com a proposta que auxiliou na reorganização da instrução pública sergipana e planejou a construção de grupos escolares no estado. Sendo desse modo, estabelecido em 12 de agosto de 1911 o Regulamento nº 589 da Instrução Pública de Sergipe, que organizava, entre outras ocupações, o “serviço de inspeção escolar, a adoção dos novos métodos de ensino e a remodelação dos ensinos normal e secundário” (NASCIMENTO, 2006, p. 153).

O outro modo de viagem que foi registrado em Sergipe, foi o envio do professor José Augusto da Rocha Lima para o “Estado modelar”. O referido professor foi a São Paulo no ano de 1931 para observação do bom andamento da Reforma implementada no final do ano de 1930 naquele Estado, como assinalou Sobral (2010, p. 181):

Juarez Távora, interventor dos estados do norte, ansiava imprimir nessa região o modelo escolar paulista, na vanguarda desde o final do século XIX. Sugeriu, então, ao Interventor Augusto Maynard, a indicação de um professor para estudar em São Paulo e fazer a devida adaptação dos métodos e técnicas de Sergipe. José Augusto, então catedrático da Escola Normal, foi o escolhido.

Diante do convite do envio de um técnico para o Estado de São Paulo, Helvécio de Andrade (SERGIPE. Relatório Anual, 1931, p. 2) esclareceu que sua estadia naquele lugar não seria com o propósito de observar os progressos vivenciados por aquele Estado, mas de compreender as mudanças que ali ocorreram, pois, de acordo com sua análise a Escola Nova se fazia ainda como “objeto de experiências e tentativas, com relação á alguns dos seus preceitos, por ora inaplicáveis ao nosso meio e recursos”.

Ao retornar a Sergipe o professor Rocha Lima descreveu em seu Relatório de Viagem toda sua experiência vivenciada naquele estado. Como bom especialista dos assuntos educacionais, apresentou propostas e correções que poderiam, ou não, serem estabelecidas ao ensino sergipano. Mesmo tendo conhecimento que recentemente havia sido implantado em Sergipe um novo regulamento que conduzia a Instrução Pública de Ensino, o professor não se restringiu em propor alterações possíveis para a educação.

No relatório analisado, foi possível identificar algumas sugestões para a Diretoria da Instrução Pública, como: a adoção de Fichário para a organização da escrituração, a instalação do serviço de estatística, a adesão de um prédio próprio para o funcionamento da diretoria, a criação de uma Biblioteca Pedagógica, do Conselho de Educação, de uma Revista Pedagógica, a criação de um jardim de infância experimental e de caixas escolares junto aos grupos escolares. Outras colocações apontadas por Rocha Lima, em seu relatório, foram a respeito dos métodos de ensino observados nas instituições visitadas em São Paulo, lá o professor visitou o Jardim de Infância, grupos escolares, a Escola Normal, o Instituto Pedagógico e a Escola Profissional e Industrial (ROCHA LIMA, 1931).

A partir da experiência vivenciada e das leituras a que teve acesso, o professor Rocha Lima realizou propostas pontuais para o processo pedagógico em Sergipe. Em seu discurso o professor registrou que era preciso que as docentes adquirissem um espírito novo, e que não

era preciso realizar uma cópia do ensino instalado em São Paulo, mas que fosse preciso levar em conta a nossa população e a nossa economia.

Sobral salientou que o professor Rocha Lima não fez indicação direta da criação do cargo de Assistente Técnico, no entanto, realizou descrições da eficiente atuação dos técnicos em São Paulo, profissional considerado como uma necessidade para o processo de ensino. Afirmou Rocha Lima (1931): “Só um serviço de assistência técnica, desvelando-se pelo cultivo da psicologia aplicada e pela difusão da psicométrica escolar, expondo o seu emprego por meio de palestras entre professores, poderia efetivar esse desiderato, *punctum saliens* de toda a organização da escola nova”. Contudo, essa “foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo estadual, a de criar o cargo de assistente técnico na Diretoria Geral da Instrução Pública, Decreto nº 67, de 31 de junho de 1931” (SOBRAL, 2010, p. 192).

Sobral (2010) salientou que na função exercida após a chegada da viagem realizada a São Paulo, o Professor Rocha Lima, Assistente Técnico da Diretoria, desempenhou fielmente as funções propostas em relatório. A autora acrescentou ainda que o trabalho realizado no período de 1931 a 1942, pelo assistente técnico, “teve um papel singular na adoção das ideias paulistas na instrução pública sergipana. Muitas de suas sugestões feitas no relatório de viagem foram, gradativamente, incorporadas pela diretoria ao longo da década” (SOBRAL, 2010, p. 236). Assim ocorreu em relação à Classe de Aperfeiçoamento que, nove meses após a sua proposta, foi oficialmente normatizada pela Diretoria da Instrução Pública.

3.2 O ensaio da Escola Ativa em Sergipe: as Classes de Aperfeiçoamento em atuação

Partindo das experiências que teve contato em São Paulo, e diante de seu entusiasmo reformador, o professor Rocha Lima sugeriu em relatório de viagem, a Diretoria Geral, que fosse ensaiada a Escola Ativa no Estado de Sergipe. Evidenciou assim, a necessidade de incorporar o novo método pedagógico entre os docentes sergipanos, para isso, precisava antes apresentá-lo de modo prático e segui aprimorado-o.

A proposta das Classes de Aperfeiçoamento surgiu após a indagação realizada pelo próprio Rocha Lima (1931). O professor questionou se seria possível desenvolver em Sergipe a escola ativa, sua resposta esclarecia que seria preciso:

Antes de tudo evitemos o salto no escuro. Nosso professorado precisa de conhecer bem a escola ativa ou funcional. Varias razões, redutíveis todas às nossas condições econômicas e ao despreparo técnico do pessoal docente, impedem em quase todo Brasil a realização integral da escola ativa.

Fazer com que as docentes conhecessem a prática ativa foi a principal razão para a implementação das Classes de Aperfeiçoamento no Estado sergipano, e a elaboração da forma que aconteceu em Sergipe compreendia a situação financeira do Estado, considerando que o professor Rocha Lima pontuou a falta de recurso financeiro como um quesito para o impedimento da execução integral da escola ativa.

No manual, Moura (1931, p. 31), entendendo que o sistema Decroly não era uma prática de fácil aplicação, sugeriu que as mudanças fossem sendo realizadas gradualmente. Esclarecendo ainda que essas modificações deveriam ter início na cabeça dos docentes:

Se nem tudo é possível realizar já, alguma coisa o é. Antes de renovar a escola, cumpre, porém, ao mestre renovar a sua mentalidade, lendo, meditando, experimentando aos poucos. Tudo vai do iniciar. Tal é a alegria das crianças, postas desta nova escola, que o mestre verá despertar em si, a própria iniciativa.

O professor Rocha Lima acrescentou ainda como impedimento para a execução da escola ativa, o grande número de alunos por turma e o tempo curricular, condições essas que poderiam impossibilitar do professor trabalhar a espontaneidade das crianças. Em Sergipe, o Regulamento de 1931 previa uma matrícula de 50 alunos por turma, o que era definido como uma turma grande para desenvolver dos trabalhos solicitados pelo Programa da Instrução Primária. Assim, na procura de sanar uma das queixas apresentadas o professor considerou que: “não se poderá fazer escola ativa em todo o Estado, atualmente. Pode-se, entretanto, ensaiar a escola ativa na capital e nas principais cidades, nos Grupos Escolares e na Escola de Aplicação anexa à Escola Normal” (ROCHA LIMA, 1931).

Diante disso, por meio da Portaria de nº 11, em 29 de fevereiro de 1932, foi decretada a instituição das Classes de Aperfeiçoamento nos Grupos Escolares, pelo então Diretor Geral da Instrução Pública Helvécio de Andrade (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3534, 1932):

Atendendo á sugestão do tecnico dessa Diretoria, professor José Augusto, e considerando de vantagem para o aperfeiçoamento dos processos ativos da escola moderna, a instituição de Classes de Aperfeiçoamento, uma em cada Grupo, com a respectiva professora, sob orientação daquele professor, determino aos diretores de Grupos se entenderem com o referido tecnico para os fins propostos.

Não demorou muito para que os diretores de grupos solicitassem a implementação das referidas Classes em seus estabelecimentos de ensino. Houve solicitação da implantação da classe por parte do corpo docente do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, em 07 de março de 1932, que “[...] oficiou ao assistente tecnico desta diretoria pedindo a criação da Classe de Aperfeiçoamento naquele grupo [...]” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3542, 1932). Em novo ofício, o diretor comunica seu contato com o assistente técnico para a instalação da Classe de Aperfeiçoamento e faz indicação da docente que deveria dirigi-la, a professora Honorina Sales, que assumiu posteriormente a função.

No livro de registro do Grupo Escolar Coelho e Campos foi lançado o ofício, em 15 de março de 1932, com a solicitação do Diretor Bruno Manoel de Carvalho para a criação da anunciada Classe de Aperfeiçoamento. Em resposta ao diretor do grupo, o professor Helvécio de Andrade relatou que: “As Classes de Aperfeiçoamento ou experimentais nos Grupos do interior dependem da assistencia do tecnico desta Diretoria” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3547, 1932). Logo, essa função seria atribuída também aos inspetores escolares que tinham maior contato com as escolas e grupos em Sergipe.

3.3 O novo modelo de escola primária que foi veiculado com a República

Com a Proclamação da República em 1889, a responsabilidade do Estado com a educação, novas práticas e uma nova organização do ensino tornaram-se centrais. Bencostta (2011, p. 68) esclareceu que: “Com o golpe ao regime monárquico e o sucesso da tomada do

poder pelos republicanos coube, portanto, ao novo regime, repensar e esboçar uma escola que atendesse os ideais que propunham construir uma nova nação, baseada em pressupostos civilizatórios europeizantes que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus pilares de sustentação”. Na perspectiva de atender a grande demanda de analfabetos existente naquele período e estabelecer uma população civilizada, a escola primária ganhou destaque nos debates referente aos novos projetos republicanos, pressionados pelas mudanças ocorridas na Europa.

Desse modo, cada Estado e município estiveram responsáveis pela “organização, implementação e manutenção do ensino primário” (BENCOSTTA, 2011), seguindo a tradição advinda da Monarquia, embora com novos princípios. Cada um dos Estados realizou, segundo as suas finanças, as alterações necessárias na instrução pública para um modo de ensino que se adequasse ao novo molde da sociedade e a formação do cidadão republicano. Essas mudanças começaram a aparecer inicialmente no estado de São Paulo e no Distrito Federal (Rio de Janeiro), servindo assim de exemplo para os demais Estados.

A reforma realizada no Estado São Paulo, no ano de 1893, instituiu um tipo de escola graduada que se diferenciava da que até ali tinha sido estabelecido. Os chamados grupos escolares foi o modelo de escola que previu um novo tipo de organização do ensino, sendo seu conhecimento preparado de modo simultâneo e seriado, em oposição ao ensino mútuo e ao ensino individual⁹. Segundo Vidal (2006, p. 9-10):

Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais). Assumiu, especialmente nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de uma *escola de verdade* [...] a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e status.

⁹ O método lancasteriano ou ensino mútuo/monitoria foi implantado pelo iluminismo, e foi usado entre os anos de 1827 a 1854, objetivando atingir a extensão da educação a todas as classes sociais. O método reunia os alunos em idade e níveis de conhecimento diferente na mesma sala, e tinham os alunos-destaque como auxiliares dos professores. Foi considerado um método barato e eficiente, por atender um grande número de alunos em um curto espaço de tempo. No ensino individual cada aluno era ensinado separadamente, enquanto a lição estava sendo direcionada a um o outro trabalhava sozinho e em silêncio (BASTOS, 2009, p. 34-51).

A necessidade de estabelecer um local próprio para o ensino, a definição de uma metodologia diferenciada do que a que estava instituída, a exigência de novos recursos pedagógicos, a determinação de uma coordenação destinada a administrar o estabelecimento e o ensino, a exigência de uma formação docente, a fiscalização que esperava garantir que fosse cumprido o que estabelecia o regulamento, e a preocupação com a higiene e com a saúde das crianças, formava o modelo de escola republicana. Segundo Bencostta (2011, p. 69):

[...] para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas – ou grupos escolares, como vieram a ser denominados – foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por vezes, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal.

Azevedo (2006, p. 16) afirmou que: “os grupos, projetados para terem uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho, viriam a se tornar símbolos dos valores republicanos, sendo preciso torná-los evidentes, exhibi-los, solenizá-los”. Essas exhibições eram inevitáveis, pois a evidência dos grupos se fazia pela grandiosidade de seus prédios, e pelo local de destaque ao qual eles eram instalados.

Os grupos escolares foram implantados no Estado de Sergipe no mesmo ano da proposta de oficialização da função da inspetoria de ensino. No ano de 1911 foram inaugurados dois deles, eram o “Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central, denominado, em 1914, de Grupo Escolar General Siqueira” (AZEVEDO; STAMATTO, 2012).

A modernização do ensino primário em Sergipe, que teve início no governo de Rodrigues Dória (1908-1911), deu início ao processo de alteração do cenário educacional do Estado, apontando para uma nova ordem de ensino. Porém, um dos discursos apresentados para a lentidão na montagem e na inauguração de novos grupos no estado referiu-se a ausência de recurso financeiro para o preparo dos edifícios, tido como monumentais (AZEVEDO, 2006, p. 100).

Seis anos após a implantação dos dois primeiros grupos foram inaugurados outros, na capital e no interior, no entanto, não foi o suficiente para suprir a necessidade de matrículas no território sergipano, chegando à terceira década do século XX, com um número de quatorze grupos escolares, considerando ainda que, o chamado “Grupo Escolar Modelo”, localizado na capital aracajuana, deixou de existir desde 1924 (AZEVEDO; STAMATTO, 2012). A proposta de ensino apresentada para os grupos escolares se diferenciava do ensino realizado nas escolas isoladas. Direcionados pela Pedagogia Moderna, nos grupos, cada série era dirigida por um professor com uma programação específica para a classificação dos alunos, sendo essa uma de suas inovações.

Quando foram implantados em Sergipe os grupos escolares tinham como proposta pedagógica o método de ensino intuitivo. Considerado como o processo didático destinado a educação popular, que teve grande destaque no século XIX, o método intuitivo ou lições de coisas teve como base o ensino por meio dos sentidos. Para Schelbauer (2005, p. 133) o método intuitivo foi considerado como “o método pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar”.

Azevedo e Stamatto (2012, p. 56-57) reafirmam essa prática pedagógica existente nos grupos escolares com o uso do método intuitivo:

A prática docente a partir da institucionalização dos grupos escolares deveria pautar-se pelo método de ensino intuitivo, denominação dada a um conjunto de propostas diversas e difusas em várias obras e iniciativas. Tais propostas consistiam em um conjunto de procedimentos metodológicos destinados a orientar a prática pedagógica de professores da escola primária. De acordo com os princípios sobre a aprendizagem nos quais se fundamenta tal método, a ato de conhecer inicia-se nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior. A partir de tais operações, seriam produzidas as sensações e percepções sobre fatos e objetos, ponto de partida para a construção do conhecimento.

Buscando despertar a intuição natural do aluno através da experiência, o método intuitivo ganhou ênfase no Brasil no século XIX, sendo estabelecida como o método “mais adequado” para o ensino popular (SCHELBAUER, 2005, p. 132), considerada a prática moderna que distanciava o aluno do ensino livresco e memorizador. Em Sergipe, sua prática foi obrigatória por meio do Regulamento de 1924, no entanto, no ano de 1931 com a

implantação de novo regulamento para o ensino primário, ficou definido que junto ao método intuitivo, já em atuação, seria desenvolvido o método ativo, com a proposta de centros de interesse aplicado por Decroly.

No discurso apresentado pela Escola Nova repercutia a proposta de inovação indo contra o modelo escolar “tradicional”. Na concepção desses reformadores, a escola considerada tradicional era caracterizada pelo professor como centro do ensino, fundamentado na prática livresca, com base na memorização e tendo o aluno como um ser passivo. Buscava-se assim, por meio das reformas a realização de mudanças nas práticas e nos saberes da escola.

Assim, o movimento que se contrapôs ao que era executado pela pedagogia tradicional, defendendo uma renovação no ensino, propôs um ensino que segundo Vidal (2000, p. 498) tendo como:

[...] base da construção do conhecimento infantil. Devia a escola, assim, oferecer situações em que o aluno, a partir da visão (observação), mas também da ação (experimentação) pudesse elaborar seu próprio saber. Aprofundava-se aqui a viragem iniciada pelo ensino intuitivo no fim do século XIX, na organização das práticas escolares. Deslocado do “ouvir” para o “ver”, agora o ensino associava “ver” a “fazer”.

Vidal (2006) afirmou que a expressão “Escola Nova” teve uma simbologia que representa renovação para a escola, algo novo, que se fizesse distinto do que até então vinha sendo executadas nas escolas, as chamadas ações tradicionais, velhas, inadequadas. Ganhando assim, bastantes adeptos, indivíduos que buscavam inutilizar o que até então tinha sido realizado no processo de ensino brasileiro.

No ano de 1932 estavam em atuação quatorze grupos escolares em Sergipe, que compunham uma das ações de ensino, tanto na capital quanto no interior do Estado.

Quadro 04 – Grupos escolares atuantes na terceira década do século XX

Implantado	Grupo Escolar	Localização
1911	“General Siqueira”, anteriormente “Central”	Aracaju
1917	“Barão de Maroim”	Aracaju

1918	“General Valladão”	Aracaju
1918	“Coelho e Campos”	Capela
1923	“Gumercindo Bessa”	Estância
1923	“Olympio Campos”	Vilanova (Neópolis)
1923	“Vigário Barroso”	São Cristóvão
1923	“Sílvio Romero”	Lagarto
1924	“Manoel Luís”	Aracaju
1924	“Coronel João Fernandes”	Propriá
1925	“Fausto Cardoso”	Anápolis (Simão Dias)
1925	“Severiano Cardoso”	Boquim
1925	“José Augusto Ferraz”	Aracaju
1930	Senador Leandro Maciel ¹⁰	Rosario

Fonte: Azevedo (2006, p. 113) e Mendonça e Silva (2017, p. 83).

As pesquisas relacionadas aos grupos escolares têm sido destaque nas abordagens referentes a estudos em História da Educação no Brasil e em Sergipe. Trabalhos como os de Souza (1998), Faria Filho (2000), Pinheiro (2002), Bencostta (2005; 2011) e Vidal (2006) analisaram o processo de implantação dos grupos escolares em diferentes regiões do país, sendo pesquisados os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Distrito Federal, Curitiba, Paraná e Santa Catarina.

Com os estudos realizados em Sergipe não tem sido diferente com abordagem desse modelo de escola primária, dentre eles, o realizado por Alves Neto (2002), Silva (2002), Cruz (2002), Santos (2004)¹¹, Azevedo (2003; 2006; 2009), Almeida (2009), Santos (2005; 2009), Berger (2004; 2006; 2007; 2009), Nascimento (2006) e Silva (2015). Verificado a importância concedida aos grupos escolares e o interesse na descoberta a respeito dessa abordagem de ensino, considerada inovadora para o processo escolar, diversos trabalhos foram sendo realizado no Estado, porém, sem dar ênfase às Classes de Aperfeiçoamento.

¹⁰ Apesar da obra de Mendonça e Silva (2017) apresentar que o Grupo Escolar Leandro Maciel, do município de Rosario, foi criado em 1930, não foram localizados registro de termos de visitas, relatórios ou notas que comprovasse que no grupo tenha sido implementada uma Classe de Aperfeiçoamento. Por tanto, este grupo não esteve descrito nesta pesquisa, por ausência de fontes.

¹¹ Santos (2004) realizou um trabalho descrevendo o livro registro de correspondência do Grupo Escolar Barão de Maroim entre os anos de 1937 a 1944.

Entendi que nos estudos acima relacionados às diferentes abordagens que apontaram os grupos escolares no Estado de Sergipe, em sua implantação, estruturação, funcionamento, organização pedagógicos, as festas, os ideários reformistas e suas representações sociais junto ao contexto geral sergipano, indicam como os grupos tiveram fundamental participação no desenvolvimento educacional no nosso Estado, no entanto, não houve registros a respeito das Classes, o que me possibilitou a enveredar nessa investigação. Considerando que já tive indícios a respeito da existência das Classes, tanto no trabalho de Sobral (2010), como no meu estudo monográfico, nas fontes primárias dos Termos de Visita dos inspetores escolares, o que resulta em mais uma contribuição para os estudos sobre os grupos escolares na História da Educação em Sergipe.

3.4 A implementação de Classes em Sergipe: os grupos escolares

As inaugurações das Classes eram marcadas como eventos para os grupos escolares, assim como para as escolas isoladas, com a participação dos alunos, do corpo docente, das demais professoras dos povoados vizinhos, do comissário de ensino, do inspetor do ensino ou do assistente técnico. Esse dia era, na instituição, um momento diferenciado de aprendizagem, pois eram desenvolvidas apresentações por parte do responsável pela inauguração ou da professora nomeada dirigente, com realizações de preleções a respeito de centros de interesse, assim como orientações de como deveria proceder as Classes de Aperfeiçoamento.

A primeira Classe de Aperfeiçoamento foi inaugurada no Grupo Escolar General Siqueira, localizado na capital, em 03 de março de 1932, pelo Assistente Técnico da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, sendo escolhida para dirigi-la a professora Marina Daltro Nabuco, responsável pela regência do 4º ano no grupo. Sua turma era composta de 39 alunos, sendo 6 do sexo masculino e 33 do sexo feminino.

Houve registro de atuação da professora Daltro Nabuco no Grupo Escolar General Siqueira desde o ano de 1927. A partir de 1929, a docente conciliava sua atividade no grupo com a de segunda secretária da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos de Sergipe

(ANNUARIO, 1927; 1929; 1931). Quando foi instituído o Conselho Estadual de Educação do Estado de Sergipe, com base na Lei nº 20, de 10 de dezembro 1935, a referida professora foi a primeira docente oficialmente nomeada como representante do ensino primário no estado, por meio do Decreto nº 27, de 04 de fevereiro de 1936 (SCHMIDT, 2008). No ano de 1941 exerceu a função de diretora do Jardim de Infância, cargo que executou até o ano de 1944 (LEAL, 2004). Esses dados são indícios de que a escolha da docente se deu baseada em determinados critérios para atuação na referida classe, sendo esta uma profissional atuante no cenário sergipano, o que sinalizava a importância dessa Classe para a Instrução Pública de Sergipe.

A nota de inauguração da Classe foi publicada no Diário Oficial, por meio de Ofício encaminhado pelo Diretor da instituição, Acrísio Cruz. Nele havia a informação do expediente do dia 4 de março: assim foi comunicado (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 3541, 1932):

[...] a presença hontem naquele Grupo do auxiliar técnico da Diretoria Geral da Instrução para organização da Classe de Aperfeiçoamento, sendo preferidos o 4º ano e a professora Marina Dalto Nabuco para o fim colimado. Depois de uma palestra de assunto instrutivo, ficou combinado com os alunos dissertar-se sobre os *meios de transporte*.

É importante salientar que o Grupo General Siqueira funcionava, nesse período, no prédio da Escola Normal “Ruy Barbosa”, onde também funcionava a Administração da Diretoria Geral da Instrução Pública (SOBRAL, 2010, p. 193). Rocha Lima registrou a necessidade da separação do funcionamento da Instrução Pública do prédio da Escola Normal, segundo ele esse modo de atuação “produz confusão de serviços e prejudica o andamento perfeito dos trabalhos escolares” (ROCHA LIMA, 1931). No entanto, Sobral (2010) salientou que essa separação só ocorreu dez anos depois da proposta apresentada por Rocha Lima quando, em 1941, a Instrução Pública deixou o prédio da Escola Normal por ordem do então Diretor Geral Rollemberg Leite.

A segunda Classe a ser inaugurada foi a do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, em 09 de março de 1932. O Assistente Técnico da Diretoria, Rocha Lima, nomeou como dirigente dessa Classe a professora Maria Carlota de Melo, que regia a turma do 3º ano do sexo

feminino, composta por 12 alunas. Em relatório anual apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública, a Diretora Virginia Freire de Farias Almeida descreveu que (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, 1932, p. 2):

Foi inaugurada aqui, a 9 de Março, pelo professor José Augusto da Rocha Lima, muito digno assistente técnico, a classe experimental do ensino ativo no intento de globalisar as lições, que ficou sob a regencia da professora Maria Carlota de Melo.

A nota divulgada pela Diretoria Geral da Instrução, no Diário Oficial, registrou a visita e a inauguração da classe, anunciando assim, “[...] a presença do sr. assistente tecnico naquele Grupo, que fez a inauguração da classe experimental sob a regência da professora d. Maria Carlota de Melo, dissertando nessa ocasião sobre a cana de assucar” (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 3547, 1932).

A professora Maria Carlota teve seu registro de atuação no Grupo Escolar Manuel Luiz como docente desde o ano 1925, sendo nomeada diretora do grupo no ano de 1943, onde esteve até 1950, data de sua aposentadoria. Participou do Conselho Consultivo de Educação do Estado de Sergipe, entre 1939 a 1941. Aposentada, a professora abriu uma escola particular que administrava com suas sobrinhas. Carlota de Melo faleceu em 22 de abril de 1993 (GRAÇA; SOUZA, 2000). Conforme se observa, a professora Carlota tinha expressividade no cenário intelectual sergipano, sendo deferida ainda para dirigir uma das Classes de Aperfeiçoamento.

Ainda no primeiro distrito foi inaugurada a terceira Classe no Grupo Escolar José Augusto Ferraz, no dia 18 de março de 1932, sendo nomeada como representante a professora Sirena do Prado e Silva, que dirigiu o 3º ano, composto por 36 alunos. Durante a inauguração da Classe a Diretora do grupo, a referida professora fez uma exposição, apresentando o professor Rocha Lima como o “ilustre mestre, Dr. D. Auxiliar Tecnico do Ensino”, que em desempenho de suas funções “instalou no 3º ano, a ‘Classe experimental’ deixando como tema de centros de interesse a ser desenvolvido - O algodão. Esteve então em campo de trabalho a professora d. Sirena de Prado e Silva, proprietária da cadeira” (SERGIPE, Relatório da Diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, 1932, p. 4).

A inauguração foi noticiada no Diário Oficial, em seu expediente do dia 22 de março de 1932, por meio do ofício enviado pela diretora do grupo: “comunicando a presença do sr. Assistente tecnico desta Diretoria ali, resultando disso a organização da classe experimental o designando para dirigit-a a professora d. Sirena do Prado e Silva e o tema ser desenvolvido, a cultura do algodão [...]” (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 3547, 1932).

A professora Sirena atuou no grupo ao qual lhe foi destinada a classe desde 1927 (ANUARIO, 1927; 1929; 1930; 1931). Mas, sua participação em encontros para discussões a respeito do problema da Instrução Pública do Estado foi registrada bem antes, quando em 1924 participou da reunião preparatória para o Congresso dos Professores Primários. Oliveira (2007) enquadrava a docente, e os demais colegas atuantes desta prática, como intelectuais que se diferenciavam dos demais no meio educacional.

A Classe de Aperfeiçoamento inaugurada no Grupo Escolar General Valadão foi registrada no expediente do Diário Oficial do dia 22 de março, sendo sua instalação presidida pelo Assistente Técnico da Diretoria o professor José Augusto. A nota informou (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 3567, 1932):

[...] a presença do sr. assistente tecnico desta Diretoria que fez inaugurar as Classes de Aperfeiçoamento naquele Grupo e indicou a professora d. d. Rosa Amelia de Lacerda e Maria de Meneses Almeida do mesmo para dirigirem-nas, tomando-se por tema – os animais para dissertações.

Diferente do que ocorreu nos demais, no Grupo General Valadão foram inauguradas duas Classes, uma no turno da manhã outra no turno da tarde. A professora Maria de Meneses Almeida Sebrão, esposa do Inspetor do Ensino José Sebrão de Carvalho Sobrinho, cujo registro no grupo se fez desde o ano de 1929, dirigiu o 2º ano do primeiro turno, com uma turma composta por 50 alunos, ela também, juntamente com seu esposo, ministravam aulas na escola particular “Gremio Instrutivo” que funcionavam nos três turnos, sendo Sebrão Sobrinho o diretor da instituição (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5417, 1932).

Também foi nomeada como dirigente da Classe de Aperfeiçoamento a professora Rosa Amélia de Lacerda, que respondia pelo 2º ano do segundo turno, turma mista composta por 50 alunos. A referida docente tinha registro de atuação nos anos de 1927 e 1929, na escola

isolada do subúrbio de Santa Izabel, localizado na Capital, somente a partir de 1930 ela passou a ter registro no Grupo Escolar General Valadão (ANNUARIO, 1927; 1929; 1930; 1931).

Ainda assim, no termo de visita registrado pelo inspetor Geral José de Alencar e no relatório anual enviado pela diretoria do grupo para a Diretoria Geral da Instrução, somente o nome da professora Maria de Meneses Almeida Sebrão foi citado como representante pela Classe. Em Relatório a Diretora Maria Emilia de Melo descreveu: “Rege a classe experimental a professora Maria de Meneses Almeida Sebrão que, com inteligencia e contento desta diretoria, vem desempenhando a delicada tarefa que lhe foi confiada” (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar General Valadão, 1932, p. 2).

Em 07 de junho de 1932, o inspetor Geral José de Alencar Cardoso inaugurou a quinta Classe no Grupo Escolar Vigário Barroso, sendo designada para dirigi-la a professora Rosa Mandarinio, que já atuava no grupo desde o ano de 1927 (ANNUARIO, 1927; 1929; 1930; 1931). A nota apresentada pela Diretoria Geral, por meio do ofício enviado pela diretoria do grupo, apresentou “[...] a inauguração da classe experimental naquele grupo pelo sr. inspetor geral do ensino professor José de Alencar Cardoso sob a regência da professora d. Rosa Mandarinio sendo preferido o *centro de interesse* ‘a cana’ para elucidação dos alunos” (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5422, 1932).

A respeito da visita realizada, o inspetor José de Alencar descreveu em termo de visita suas ações acerca do que foi desenvolvido para a instalação da classe (SERGIPE, Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2):

Reunidas a diretora e as docentes, falei-lhes da necessidade da criação de uma classe experimental para o estudo de centros de interesse, a exemplo do que venho fazendo em meios que julgo de irradiação. Explicando como se deviam dar os primeiros passos para a evolução da pequena instituição pedagogica, designei, para presidila a professora D. Rosa Mandarinio, a quem elucidei duvidas a respeito dos novos metodos de ensino.

Em 19 de julho de 1932, foi a inaugurada a sexta Classe no Grupo Escola Barão de Maroim, que teve como regente a professora Stael Góes, que atuava no grupo desde o ano de 1929 (ANNUARIO, 1929; 1930; 1931). A nota do Diário Oficial registrou “[...] a visita do sr.

assistente tecnico, que inaugurou a classe experimental naquele grupo, designando a professora d. Ital Gois para dirigi-la sendo preferida a – Navegação – como centro de interesse para elucidação dos alunos” (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5443, 1932).

Em relatório anual a diretora interina, Maria da Anunciação Teixeira, relatou a visita do Assistente Técnico: “No dia 19 de julho do corrente ano, este Grupo recebeu a honrosa visita do Assistente Técnico, ilustre professor José Augusto, que inaugurou a classe experimental, sendo escolhida para reger a mesma, a professora Stael Góes” (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Barão de Maroim, 1932, p. 2).

Encerrados os Grupos do primeiro distrito, a sétima Classe instituída foi a do Grupo Escolar Severiano Cardoso, localizado no terceiro distrito. Inaugurada em 02 de agosto de 1932, teve como representante a professora Maria Vitalina Soledade. A professora Maria Vitalina teve passagem pelo Grupo Escolar Olympio Campos, tendo registro de sua atuação no ano de 1927 (SILVA, 2015), e no momento da nomeação para dirigente da classe estava atuando como Diretora Interina do Grupo, com base no Portaria nº 37, de 20 de julho de 1932, em substituição da Diretora Eulalia Lourdes de Macêdo, porém, em suas funções normais a professora Maria Vitalina regia a Classe do 2º ano (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1932, p. 2):

No dia 2 de Agosto foi creada neste Grupo, pelo ilustrado Inspetor, a classe experimental, com a assistencia do corpo docente desse estabelecimento, do seu comissario do Ensino e das professoras dos povoados visinhos, ficando designada para rege-la a diretora interina [...].

Em officio enviado pela diretoria do “Severiano Cardoso”, e apresentado pela Diretoria Geral da Instrução, comunicou-se a (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5443, 1932):

[...] instalação da classe experimental naquele Grupo, Inaugurada pelo sr. inspetor do ensino, dr. Florival de Oliveira, com a presença do sr. comissário dr. Costa Gouvêa, digno Juiz municipal de Buquim e das professoras do Grupo e dos povoados Miguel dos Anjos, Cabeça d’Anta e Volta (Riachão), designada a professora d. Maria Vitalina Soledade, ora na direção Interina, para dirigir a mencionada classe e *o leite* foi o centro preferido para elucidação dos alunos, que assistiram as explicações emitidas pelo ilustrado inspetor [...].

Ainda no terceiro distrito, foi inaugurada em 06 de agosto de 1932, no Grupo Escolar Gumercindo Bessa, a oitava Classe de Aperfeiçoamento, sendo nomeada para regê-la a professora Honorina Sales, responsável pelo 3º ano da seção masculina, que acomodavam 15 alunos. O ofício enviado pela Diretoria do Grupo Escolar Gumercindo Bessa e divulgado no expediente no Diário Oficial no dia 12 de agosto, descreveu as ações que foram ali desenvolvidas (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5462, 1932):

[...] enviando copia do termo de visita escolar feita áquele grupo pelo sr. inspetor do ensino, dr. Florival de Oliveira, que inaugurou tambem a classe experimental com numerosa assistencia do professorado publico municipal e particular, com a presença dos corpos docentes, dicente, administrativo e do sr. comissario do ensino, designando a professora do grupo d. Honorina Sales para dirigente da classe supra mencionada e para a nova diretriz traçada, segundo o moderno ensino, foi escolhido a agua, para centro de interesse, cabendo a palavra a digna dirigente que dissertou sobre o ponto com abundancia de conhecimentos.

No termo de visita registrado no dia anterior a inauguração, o inspetor de ensino Florival de Oliveira destacou que a docente foi nomeada para dirigente da Classe por indicação do Diretor Dr. Jessé de Andrade Fontes: “Será amanhã, 6, a instalação desta classe, para cuja regencia, de acôrdo com o digno diretor do estabelecimento, designo a professora do 3º ano – d. Honarina Sales” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 4).

A nona Classe a ser inaugurada foi no Grupo Escolar Sílvia Romero, em 13 de agosto de 1932, sendo nomeada como dirigente a professora Estér Regis, responsável pela direção da turma do 1º ano, sendo composta de 32 alunos. Os registros dos anos de 1924 a 1926 apontam que a docente atuou no Povoado Santa Rosa, município de Divina Pastora (ANNUARIO, 1924; 1925; 1926). Em ofício encaminhado a Diretoria Geral da Instrução a diretora do grupo comunica a visita realizada pelo inspetor Florival de Oliveira, “que também inaugurou a classe experimental daquele grupo confiando-a a professora d. Ester Regis, sendo, *o café*, o centro de interesse indicado pela distinta autoridade, para elucidação dos alunos que compareceram a aula inaugural e com a presença do corpo docente e das professoras dos povoados Catita e Coqueiro, do municipio de Lagarto” (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5464, 1932)

Em relatório, a Diretora Enedina Cesar Santos registrou a visita do inspetor do ensino e descreveu suas ações junto ao grupo escolar (SERGIPE, Relatório da Diretora do Grupo Escolar Sílvio Romero, 1932, p. 2-3):

Em 12 de Agosto visitou êste Grupo o ilustre Inspetor do Ensino, Dr. Florival de Oliveira, inspecionando demoradamente todas as classes, dando instruções sobre todos os pontos do novo programa, demonstrando mais uma vez capacidade e dedicação á causa da Instrução. No dia seguinte, inaugurou-se a classe experimental com a presença do corpo docente, alunos e professores deste municipio, sendo designada para dirigir a mencionada classe a professora d. Estér Regis.

O décimo grupo a receber a Classe de Aperfeiçoamento foi Grupo Escolar Fausto Cardoso, que em 25 de agosto de 1932, que teve como dirigente a professora Agnor Hora Fontes da Fonseca responsável pela turma do 1º ano. A docente entre os anos de 1930 e 1931 atou na escola Publica primaria da cidade de Campo do Brito (ANNUARIO, 1930; 1931). A inauguração da classe recebeu nota no Diário Oficial, por meio do comunicado enviado a Diretoria Geral da Instrução pelo diretor Marcos Ferreira (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5474, 1932). A inauguração da Classe foi realizada pelo Inspetor do terceiro distrito, Florival de Oliveira, que em visita ao grupo no dia 19 do mesmo mês referiu que (SERGIPE, Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 2):

Instalarei, a 25 do corrente, a classe experimental deste grupo. Exercerá sua regencia a professora d. Agnor Hora da Fonseca. Fio que a mesma virá a constituir, neste municipio, um centro de irradiação dos nossos aneios de renovação da vida escolar; que, em a frequentando, terão as professoradas ensejo de se aperceber da diretriz que as modernas concepções pedagogicas impõem á atuação.

Nas instalações das Classes de Aperfeiçoamento não estavam presentes somente o corpo docente, o pessoal administrativo e os alunos do grupo. A participação das docentes dos povoados visinhos também era comum, assim como, a presença do comissário de ensino da região. Essas ocorrências são registradas principalmente nas inaugurações realizadas no terceiro distrito, que era fiscalizada pelo inspetor Florival de Oliveira. Esse inspetor fazia questão de comunicar as inaugurações das Classes de Aperfeiçoamento, a serem realizadas, para as professoras dos municípios próximos aos grupos escolares, realizando assim, convocações para que as docentes comparecessem a inauguração, da mesma maneira que

deveria comparecer ao menos uma vez ao mês nas aulas da classe. Sendo possível de punição a docente que não obedecesse a suas recomendações.

A décima primeira classe a ser inaugurada foi a do Grupo Escolar Coronel João Fernandes, no dia 28 de agosto de 1932, a inauguração foi realizada pelo Inspetor de Ensino José Sebrão de Carvalho Sobrinho, sendo definida para dirigente a professora Alzira Silva, representante da turma do 1º ano, composta por 50 alunos. A docente teve registro de passagem pelas escolas públicas primárias dos Povoados de Santa Rosa (1927), município de Divina Pastora, e em Gararú (1930) (ANNUARIO, 1927; 1930). Em nota enviada pela diretoria do grupo foi comunicado por meio do ofício (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5476, 1932):

[...] a inauguração da classe experimental pelo sr. inspetor escolar, professor José Sebrão de Carvalho com a presença dos corpos docente, dicente e administrativo e das professoras dd. Conceição Prudente e Alzira Passos, cabendo a regência da referida classe á professora do grupo d. Alzira Silva, que dissertou longamente sobre o centro de interesse o arroz.

Em relatório enviado à Diretoria Geral, o diretor do grupo Dr. Etelvino Tavares, registrou as visitas realizadas pelo inspetor e mencionou as instruções a respeito do centro de interesse que foi proferida, além da inauguração da referida Classe (SERGIPE, Relatório do Diretor do Grupo Escolar Coronel João Fernandes de Brito, 1932, p. 2-3):

O Sr. Inspetor José Sebrão Sobrinho visitou o Grupo Escolar em Abril e Agosto dando instruções sobre centro de interesse e inaugurando a classe experimental. Este metodo de ensino tem despertado tanto de parte do professorado como dos alunos, grande gosto e proveito. O professorado empenham-se fortemente por cumprir o seu dever e esta desempenhando as suas funções a contento.

O Grupo Escolar Olimpio Campos foi o décimo segundo a receber a Classe de Aperfeiçoamento. Em 29 de agosto de 1932 foi nomeada para dirigir a Classe à professora Anita de Novais Mendonça, que regia a turma do 1º ano da 1ª seção, que acomodava 47 alunos, sendo 23 do sexo masculino e 24 do sexo feminino. A docente, entre os anos de 1930 e 1931 esteve em atuação na escola pública infantil do município de Cedro (ANNUARIO, 1930; 1931). O registro de sua admissão no Grupo Olimpio Campos, no dia 18 de março de

1932, é notificado no Diário Oficial por meio do ofício enviado pelo Diretor Padre Artur Alfredo Passos para a Diretoria Geral da Instrução Pública.

Em relatório anual, apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública, o Diretor Padre Artur Alfredo Passos, fez questão de apresentar que a nomeação da docente se deu por meio de sorteio. O Inspetor do Ensino José Sebrão de Carvalho sobrinho, que realizou a abertura da Classe, reafirma a seleção da professora por meio de sorteio: “Ainda que, há muito, já que, se praticasse os centros de interesse, fundei ontem, a aula experimental, sendo escolhida por sorte, para dirigi-la a professora Anita de Novais Mendonça” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 2).

A última Classe inaugurada no Estado foi a do Grupo Escolar Coelho e Campos, que em 17 de março de 1933 recebeu a visita do Inspetor Escolar José Sebrão de Carvalho sobrinho que nomeou como dirigente a professora Nítasia Guerra Fontes. A docente nomeada tem registro de atuação, entre os anos de 1930 e 1931, na sede do município de “Siriry” (ANNUARIO, 1930; 1931), no entanto, antes de ser transferida para o Grupo Olímpio Campos, atuou na escola pública infantil do município de Muribeca, até que em 6 de julho de 1932, foi registrada sua promoção para atuar no grupo escolar de Capela (SERGIPE. Imprensa Oficial, nº 5413, 1932).

O inspetor Sebrão Sobrinho, responsável pelo quarto distrito, descreve no termo de visita como procedeu a ação de inauguração da Classe de Aperfeiçoamento do Grupo Coelho e Campos (SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão de Carvalho sobrinho, 1933, p. 2):

A 17 inaugurei solenemente a classe experimental de centros de interesse, havendo comparecido a ela as pessoas mais gradas da cidade, todo professorado público e primário, sendo que a êste aconselhei e ensinei como deveria registrar suas escolas, concluindo por fazer uma preleção histórica sobre a data feriado do dia¹². Foi designada, por sorte, para dirigir a aludida classe a professora D. Nítasia Guerra Fontes. Ainda hoje, com o professorado do Grupo e a dirigente da cadeira de Tamanduá, senhorinha Floripas de Oliveira Doria, a ouvi com prazer dissertar sobre o algodão. Fiz depois, Vários centros de interesse, expliquei como deveriam ser

¹² Com relação aos feriados existentes no mês de março de 1933, existiu o 8 de março de 1933, mas já havia passado. Porém acreditasse que o inspetor menciona a próxima data, 20 de março de 1933, quando dar início o outono, não se sabe ao certo.

organizados e indiquei quais os livros que deveriam possuir para a organização delas.

Quadro 05 – Implementação das Classes de Aperfeiçoamento nos Grupos Escolares (1932-1933)

Nº	Grupo Escolar	Implantada	Docente responsável	Distrito
1	“General Siqueira”	03/03/1932	Marina Daltro Nabuco	Primeiro
2	“Dr. Manoel Luiz”	09/03/1932	Maria Carlota de Melo	Primeiro
3	“José Augusto Ferraz”	18/03/1932	Sirena do Prado e Silva	Primeiro
4	“General Valadão”	22/03/1932	Maria de M. A. Sebrão/ Rosa Amelia de Lacerda	Primeiro
5	“Vigário Barroso”	07/06/1932	Rosa Mandarino	Primeiro
6	“Barão de Maroim”	19/07/1932	Stael Góes	Primeiro
7	“Severiano Cardoso”	02/08/1932	Maria Vitalina Soledade	Terceiro
8	“Gumercindo Bessa”	06/08/1932	Honorina Sales	Terceiro
9	“Silvio Romero”	13/08/1932	Estér Regis	Terceiro
10	“Fausto Cardoso”	25/08/1932	Agnor Hora F. da Fonseca	Terceiro
11	“Coronel João Fernandes”	28/08/1932	Alzira Silva	Quarto
12	“Olimpio Campos”	29/08/1932	Anita de Novais Mendonça	Quarto
13	“Coelho e Campos”	17/03/1933	Nitasia Guerra Fontes	Segundo

Fonte: Termos de Visitas; Relatórios Anuais e Diários Oficiais (1932 e 1933).

3.5 A implementação de Classes em Sergipe: as escolas isoladas

A Diretoria da Instrução Pública concedeu aos inspetores do ensino, por meio da Portaria nº 22, de 18 de abril de 1932, autoridade para que procedesse, de acordo com o que estabeleceu o regulamento de 1931, desenvolver no Estado sergipano o melhor processo de aperfeiçoamento possível do ensino ativo intuitivo analítico (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3571, 1932):

O serviço obedecerá as mesmas regras e prescrições do Regulamento e do Programa, e mais instruções do ano transato, dispondo os srs. inspetores de

toda a autoridade dentro do Regulamento, para autonomamente tomarem as medidas concenientes ao aperfeiçoamento da escola ativa e seus processo, especialmente os “Centros de Interesse”, como ponto de partida de todo o ensino. Entre as suas atribuições figuram as de corrigir as falhas do ensino, reclamar providencias das autoridades locais que concorram para o melhoramento das escolas, aplicar penas, situar convenientemente as escolas, reunir as professoras em sessões afim de instrui-las sobre o programa, etc.

A Portaria nº 11 que estabeleceu a existência da Classe de Aperfeiçoamento definia que fossem implantadas Classes somente nos grupos escolares, da capital e do interior do Estado. No entanto, após as inaugurações das quatro primeiras Classes de Aperfeiçoamento da capital, foi lançada por meio da Diretoria Geral da Instrução Pública a Portaria de nº 22, que se destinava a instrução dos inspetores do ensino para suas atuações no Estado naquele ano.

Foram também realizadas, por meio da Portaria nº 22, prescrições de como os inspetores deveriam agir com relação às Classes de Aperfeiçoamento, ficando definido que, além das Classes implantadas nos grupos, os inspetores poderiam realizar inaugurações de Classes nas escolas isoladas. A Portaria definia que: “Assim como estamos procedendo nos grupos da capital, fundando classes experimentais, sob os cuidados inteligente do auxiliar tecnico da Diretoria, professor José Augusto, poderão os inspetores incumbir essa mesma tarefa, nos centros mais desenvolvidos do interior, ás professoras de sua escolha, entre as mais cultas e dedicadas” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3571, 1932).

A Instrução Pública do século XX, em Sergipe, classificou as instituições escolares destinadas ao ensino primário como: “escolas singulares” e os “grupos escolares”. As escolas singulares posteriormente foram denominadas de “escolas isoladas”, que funcionavam em quatro estâncias, sendo elas: 1ª povoados; 2ª vilas; 3ª cidades; e 4ª capital. Já os grupos escolares, funcionavam em duas estâncias: 1ª cidades; e 2ª capital (SERGIPE. Regulamento nº 589, 12/08/1911; SERGIPE. Regulamento nº 25, 03/02/1931). As escolas isoladas foram herança do sistema educacional imperial, onde o ensino era executado no processo multisseriado, assim, um professor instruía várias séries em uma única turma. Para a criação de uma escola isolada em uma localidade era preciso existir uma matricula de no mínimo 25 crianças em idade escolar, podendo essa ser uma turma do sexo feminino, masculino ou mista.

Com a reforma da Instrução Pública, após a implantação do regime republicano, surgiram novas propostas de práticas para o ensino, entre elas estava a ideia de estabelecer um local próprio para o ensino primário, surgindo então os grupos escolares. Surgiu também a categoria de escolas reunidas, que era a junção de 2 ou 3 escolas isoladas no mesmo prédio sob a regência de uma professora nomeada pelo diretor geral da instrução.

As escolas isoladas passaram a ser vista como inadequadas para o ensino, pois, tratava-se da extensão da casa do professor, ou eram instaladas em locais inapropriados, sem ventilação e sem iluminação necessária, além dos gastos com os alugueis para o funcionamento dessas escolas. Pretendia-se assim, substituir as “casas escolas” por edifícios adequados para a instrução, porém, a prática de extinguir totalmente as escolas isoladas não foi imediata, Santos (2009, p. 47) registrou que:

[...] enquanto os grupos escolares serviam de modelo para a forma ideal de ensino, eram nas escolas isoladas que se expandia o ensino, aumentando as cifras de matrícula e diminuindo a taxa de analfabetismo. Dessa forma, mesmo sendo criticadas e associadas ao Império, as escolas isoladas não só persistem no período republicano como também se expandem visando aumentar o número de alunos matriculados. Apesar da proposta de substituir as escolas isoladas por grupos escolares, sua disseminação não cessou.

Mesmo estando em número maior que os grupos escolares, como se ver no quadro 6, abrangendo grande parte das matrículas, estando subordinadas as mesmas regulamentações dos grupos escolares, e alfabetizando um grande número de crianças, as escolas isoladas nunca estiveram livres das críticas.

Quadro 06 – Quadro demonstrativo das escolas isoladas do Estado de Sergipe (1932)

Nº de escolas isoladas	Municípios
1º distrito	
64 escolas isoladas.	Capital; Itaporanga; Laranjeiras; S. Cristovão; Socorro.
2º distrito	
68 escolas isoladas.	Campo do Brito; Capela; Carmo; Divina Pastora; Japaratuba; Maroim; Riachuelo; Rosario; Santo Amaro; Siriri.

3º distrito	Anapolis; Arauá; Buquim; Campos; Espirito Santo; Estancia; Itabaiana; Itabaianinha; Lagarto; Riachão; Salgado; Santa Luzia; São Paulo; Vila Cristina.
71 escolas isoladas.	
4º distrito	Aquidabã; Cedro; Gararú; Jaboaão; Muribeca; N. S. da Gloria; N. S. das Dores; Porto da Folha; Propriá; São Francisco; Vilanova
57 escolas isoladas.	

Fonte: (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3571, 1932).

A ausência de recursos pedagógicos necessários para o desenvolvimento do ensino, a defeituosa estrutura de seus prédios, a má formação de suas docentes, a ausência de metodologia moderna e a falta de fiscalização adequada eram algumas das queixas apresentadas contra esses estabelecimentos. Porém, nada disso impedia o seu funcionamento, e a tentativa de que essa instituição de ensino pudesse melhorar suas práticas, prova disso é a expansão da execução das Classes de Aperfeiçoamento para as escolas isoladas. Desse modo, os inspetores do ensino inauguraram Classes de Aperfeiçoamento no estado de Sergipe, durante os anos de 1932 e 1933, juntamente com o Assistente Técnico da Diretoria.

Após autorização para inauguração, as Classes de Aperfeiçoamento foram sendo implantadas nas escolas isoladas na medida em que ia sendo visitas pelos inspetores escolares. A primeira classe a ser inaugurada, em uma escola isolada, foi a de nº 3, regida pela professora Fausta de Mendonça Viana, localizada no Município de Itaporanga. Em 27 de abril de 1932 a escola foi visita pelo Inspetor Geral do Ensino, José de Alencar Cardoso, que realizou notáveis elogios para aquela instituição: “Magnifica impressão que sempre recebo aqui: ordem, trabalho, disciplina e método, fatores de grande importancia para o progresso da escola”. A turma era do sexo feminino e composta por 50 alunas, divididas em duas seções, que na visão do inspetor, estavam em bom andamento pedagógico: “A ‘escola ativa’ floresce nas classes: trabalhos manuais afirmam o carinho com que os seus processos são olhados pela preceptora”. Após realizar alguns esclarecimentos pedagógicos, com a representante da escola, o inspetor traçou uma aula inaugural (SERGIPE, Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2):

Depois da reunião que fiz, no salão da Intendencia para uma palestra pedagogica entre inspetor, mestra e discentes, onde cuidei dos programas calcados nos “centros de interesse”, organizei uma classe experimental,

orientada pela professora Fausta Viana que ficou com a tarefa de reunir suas colegas, todas as vezes que fosse possível, para sem desfalecimentos, colher proveito nas escolas. Estiveram presente 8 professoras publicas e a festejada educadora D. Judith Lisbôa que tem na vila um curso particular.

Também foi comunicado, por ofício, por parte do comissário de ensino daquela região, Sr. Aurelio Dias, as movimentações ocorridas por conta da visita do inspetor geral naquela localidade. O comissário descreveu que a classe foi fundada às 10 horas no salão da Intendência do município, seguida por uma reunião por uma aula prática para todos os presentes (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3583, 1932):

[...] o insigne mestre que é, incontestavelmente, um dos baluartes forte e inconfundíveis da Instrução Publica de Sergipe, fundou uma classe experimental, deixando-a entregue aos cuidados da inteligente professora Fausta de Mendonça Viana, iniciando, em seguida uma aula pratica para os alunos das escolas e desenvolvendo, com a solicitude e a competencia que lhe são características, os mais modernos metodos de ensino.

Era comum que os inspetores realizassem orientações pedagógicas e exemplificassem para as docentes a respeito do que seria desenvolvido nas Classes de Aperfeiçoamento. Essa prática também ocorreu na inauguração da classe da escola nº 1 do sexo feminino do município de Itabaiana, com uma matricula de 50 alunas, sob a direção da professora Isabel Esteves de Freitas. Na visita realizada no dia 04 de maio de 1932, pelo inspetor do ensino Florival de Oliveira, ficou estabelecido que a primeira aula ocorreria no dia 13 do mesmo mês. As observações realizadas pelo inspetor apresentavam uma escola ainda em processo de transformação, mas que já se adequava ao que estabelecia a regulamentação (SERGIPE, Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 1-2):

Desde o ano passado que a professora vem procurando adaptar-se aos novos processos de ensino. Tem feito o que é possível, neste sentido. Os centros de interesse vão tendo, aqui, um desenvolvimento que corresponde aos desejos por mim, reiteradamente, manifestados. Hoje, estudamos - o sol. Foi uma aula de mais de 2 horas, durante a qual percorremos com as classes as três grandes etapas: observação, associação e expressão - numa excelente demonstração do encontro do ensino globalizado. Fica a professora desta cadeira designada para regente da classe experimental, cujos trabalhos serão iniciados no dia 13 deste.

A explanação da execução da aula prática foi feita pelo inspetor Florival de Oliveira, que desenvolveu um centro de interesse com a professora Isabel Esteves para que ela pudesse

observar sua atuação, extrair dúvidas e reproduzir suas atividades quando estivesse à frente da classe ao qual foi indicada para dirigir.

No dia 12 de junho de 1932 a Diretoria da Instrução registrou ter recebido um telefonema do comissário de ensino do município de Cedro, que comunicou a inauguração da Classe de Aperfeiçoamento, assim como a fundação de uma biblioteca municipal:

Do sr. comissario do ensino de Cedro recebeu esta Diretoria uma telefonema o regosijo da festa escolar com a reunião das escolas daquele futuroso municipio, promovida pelo sr. inspetor José Sebrão de Carvalho, que inaugurou a classe experimental e biblioteca das escolas municipais (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5413, 1932).

A classe foi inaugurada na escola mista nº 5 do Povoado Jacaré, município de Cedro, dirigida pela professora Maria Figueiredo Guimarães. O inspetor Jose Sebrão Sobrinho, em visita realizada no dia 09 de junho do mesmo ano, descreveu com entusiasmo o desempenho da docente (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1):

A professora é hábil e esforçada. Os discentes estão bem adeantados, graças aos pertinazes e incansáveis trabalhos da professora que é competente. Interoguei-os, ouvir a preleção da jovem docente através de vários assuntos escolares e sai profundamente satisfeito. Que o amor á nobre causa da Instrução, revelado por D. Maria Figueiredo Guimarães aumente sempre e sempre e Sergipe muito lucrará.

Ocorreu também uma inauguração de Classe de Aperfeiçoamento no município de Laranjeiras, na escola isolada nº 3 do sexo masculino, composta por 31 alunos, dirigida pela professora Maria Cicera Costa. A visita realizada através do inspetor geral ocorreu em 12 de maio de 1932, onde o inspetor realizou notáveis elogios a respeito da atuação da docente, que em tão pouco tempo de atuação já desenvolvia belos trabalhos naquela vila (SERGIPE, Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1):

Em três meses apenas de função a inteligente preceptora já deu a escola feição nova, encaminhando o ensino dentro do novo programa, fazendo as suas lições com metodo admiravel, colhendo excelente resultados. Excursões pedagogicas, diarios infantis, centros de interesse, trabalhos manuais, desenhos, exercicios fisicos, tudo aqui se realiza de bôa vontade e de animo dispoto. É assim que deve agir a mestra na escola dos nossos dias.

No entanto, a aula inaugural da classe só foi registrada em 07 de julho de 1932, quando em ofício a professora notificou a Diretoria Geral a respeito do ocorrido: “[...] comunicando a inauguração da classe experimental em sua escola com a 1ª aula a 7 deste, com a presença do sr. comissário de ensino em Laranjeira, de pessoas grandes da sociedade laranjeirence, das professoras dos povoados Marília e Pedra Branca [...]” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3583, 1932).

A próxima classe a ser inaugurada foi no município de “Maroim”, a professora Adelia Smith Firpo regente da escola nº 11 daquele município comunicou a Diretoria Geral, por meio de ofício, a respeito de sua nomeação para dirigente da Classe de Aperfeiçoamento daquela localidade. Apresentando assim: “a sua designação para instalação da classe experimental com o proposito de intensificar os novos metodos introduzidos no moderno ensino – ‘escola ativa’” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5429, 1932). Por fazer parte do segundo distrito a indicação da docente foi realizada pelo inspetor do ensino Ascendino Argolo, que identificou em visita bom proveito de sua atuação.

Entendendo o propósito ao qual foi designada a docente realizou a inauguração da classe, com notificação em 19 de julho de 1932, “[...] comunicando a instalação da referida classe com a presença do sr. Intendente, que deu a honra de presidir a sessão inaugural, presente ao ato as distintas professoras regerentes das cadeiras ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e numerosa assistência [...]”(SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5441, 1932).

Em Riachuelo, na visita realizada no dia 20 de julho de 1932 a escola nº 4, dirigida pela professora Fidelina Santos, o inspetor do ensino Ascendino Argolo inaugurou mais uma Classe de Aperfeiçoamento no Estado. Em termo de visita o inspetor registrou que a docente cumpria com o que estabelecia no ensino com o uso dos centros de interesse: “[...] inteligente, estudiosa e dedicada aos misteres de seu cargo a docente tem colhido o melhor resultado possivel dos novos processos educativos, inspirados nos ensinamentos da doutrina Decroly” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1). Ao final da visita, o inspetor comunica a nomeação da docente como representante da classe naquela localidade, segundo as recomendações da Diretoria Geral da Instrução.

No município de Rosário também foi estabelecida uma Classe de Aperfeiçoamento, que teve como dirigente a professora Dalva Bomfim Campos, regente da escola do sexo masculino, composta por 50 alunos. A docente foi designada pelo inspetor Ascendino Argolo que descreveu sua ação (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1):

As 25 dias do mês de julho de 1932, nesta cidade de Rosario, em obediencia ao preceito regulamentar, designei a professora D. Dalva Bomfim Campos para dirigir a classe experimental da referida cidade, a qual deverá ser organizada de acordo com as instruções do Diretor Geral do Ensino. Orientada pelo programa da “escola ativa” que marca notavel progresso nos dominios da ciencia pedagogica, a digna preceptora tomará por modelo de sua escola a doutrina de Decroly.

Em visita, realizada no dia 23 de julho de 1932, o inspetor notificou que a docente Dalva Bomfim já desenvolvia o programa do ensino moderno em sua escola, tendo o centro de interesse como ponto central de suas técnicas (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1):

[...] notando-se que as inovações da escola de Decroly têm facilitado e promovido o progresso das classes escolares [...] a digna preceptora tem se dedicado ao estudo desses variados processos da escola ativa, que constituem o seu programa, servindo-se dos tests para realizar, com mais eficiencia, os seus fins [...] tendo me apresentado varios trabalhos de madeira e argila, que bem demonstram o esforço da operosa professora nesta parte do programa.

A nota da aula inaugural da classe de Rosario foi registrada em 13 de setembro do mesmo ano, onde a docente marcou a presença “[...] do comissario do ensino, demais autoridades, professoras, alunos e pessoas da sociedade daquela prospera cidade [...]”. Assim, a professora fez preleções expondo “com elogiosas referencias ao dia da nossa independencia politica, aos novos metodos introduzidos na escola moderna, que em tudo sobrepõem aos antigos” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5487, 1932).

Também foi inaugurada uma Classe de Aperfeiçoamento no município de Japaratuba, onde o inspetor Ascendino Argolo definiu como regente a professora Lutigard Lima de Almeida, responsável pela escola nº 2 daquela localidade. A nota de inauguração foi enviada por ofício por meio do comissário de ensino, com registro do dia 26 de agosto de 1932 (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5472, 1932).

Em visita realizada a escola da professora Lutigard, no ano de 1933, o inspetor José Sebrão de Carvalho Sobrinho, registrou que “A professora fez excelente preleção com o centro de interesse relativamente a - O algodão. As crianças respondiam satisfatoriamente aos argumentos da mestra distinta.”, o inspetor acrescentou ainda que, os esforços da docente precisavam ser recompensado, sendo sua atuação “[...] um primor de educação intelectual a cuja guarda confiei a direção da classe experimental de centros de interesse deste município” (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1933, p. 1-2).

Foi inaugurada ainda, uma classe no município de Muribeca, onde o inspetor José Sebrão de Carvalho Sobrinho nomeou como regente a professora Clara Medeiros, responsável pela escola nº 1, do sexo masculino. A designação ocorreu na inspeção realizada em 22 de agosto de 1932, onde o inspetor, além de realizar algumas orientações pedagógicas e administrativas, apontou pontos positivos da atuação da docente: “Ouvir algumas preleções da inteligente educadora. Os alunos ainda que ativos, ressentem-se algo de pedagogia moderna. Fiz algumas explicações. Depois ouvir recitativos e hinos. Com alguns testes explanados por mim dei por finda a visita, á docente, que é hábil e muito esforçada” (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1). A nota de inauguração para a Diretoria da Instrução foi apresentada por meio de ofício encaminhado pelo comissário de ensino, Sr. Odilon Figueirêdo, em 26 de agosto do mesmo ano.

Em Aquidabã foi inaugurada a classe na escola nº 1 do sexo feminino, sobre a direção da professora Emilia Teles dos Santos. O inspetor do ensino Sebrão Sobrinho visitou a escola no dia 23 de agosto de 1932 e fez registros da movimentação escolar e docente. O inspetor esclarece que a docente cumpre com os seus deveres devidamente, realizando muito bem a missão a qual se propôs. Ainda assim, realiza algumas prescrições a respeito de trabalhos manuais, diários infantis, e excursões. Para ele: “a Natureza é o livro verde onde a preceptora encontrará miríades de ensinamentos para explicar ao corpo discente que dirige” (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1).

A nota de inauguração da classe chegou até a Diretoria Geral por meio do comissário do ensino, em 30 de agosto de 1932, onde através de ofício registrou: “a inauguração da

classe experimental pelo sr. inspetor escolar José Sebrão de Carvalho, com a sua presença, das professoras da vila e dos povoados Paraguay e Periperi, sendo designada para dirigente da referida classe a professora d. Emilia Teles dos santos e o feijão foi o tema escolhido para orientação dos alunos” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5476, 1932).

A próxima classe a ser inaugurada foi no município de Pacatuba, na escola nº 1 do sexo feminino, regida pela professora Maria da Gloria Barros, composta por 41 alunas. Na visita realizada a escola, no dia 03 de setembro de 1932, o inspetor Sebrão Sobrinho apresentou registros da atuação docente, e fez explanações a respeito dos novos preceitos pedagógicos (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1):

[...] A docente da cadeira estava lecionando e a sua maneira de explicar muito me contenta. Depois do que passei a fazer algumas explicações sobre centros de interesse, demonstrando, não por verbalismo, mas por fatos, as vantagens do ensino globalizado, onde a professora tendo preparado antecipadamente as lições que vai inquerir aos discentes, so vai brilhantemente incolume do fiasco fatos que lhe atraçoirão as lições improvisadas.

O comissário do ensino de Pacatuba comunicou a Diretoria Geral da Instrução Pública, por meio de ofício, em 13 de setembro de 1932, a inauguração da classe naquela localidade: “sob a presidencia do sr. inspetor do ensino, professor José Sebrão de Carvalho, que expos varios centros de interesse para lições globalizadas que serão introduzidas nas escolas, sendo indicada a professora d. Maria da Gloria Barros para dirigente da supra referida classe” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5487, 1932).

Foi estabelecida também uma classe no município de São Francisco, na escola isolada nº 2 do sexo feminino, dirigida pela professora Maria Laura de S. Pedro, turma composta por 32 alunas. Em visita realizada a esta escola o inspetor do ensino, Sebrão Sobrinho, realizou algumas recomendações pedagógicas para a docente, como excursões e trabalhos manuais, e fez registros da situação difícil em que se encontrava aquela instituição.

Foi o próprio inspetor do ensino, por meio de ofício, que comunicou a Diretoria da Instrução a inauguração da Classe de Aperfeiçoamento naquela localidade (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5486, 1932):

[...] comunicando a instalação da classe experimental na vila de S. Francisco sob a sua presidência com a presença das professoras e alunos e dali e dos povoados Serrão, Ilha dos Bois e Aroeira, fazendo a referida autoridade escolar circunstanciada exposição sobre varios centros de interesse e indicando a professora d. Maria Laura de S. Pedro para dirigente da supra citada classe [...].

A classe instituída no município de Jaboatão também foi designada pelo inspetor do ensino José Sebrão de Carvalho Sobrinho, que nomeou para dirigente a representante da escola mista nº 2, a professora Maria da Conceição Campos, com uma turma composta de 50 alunos. Na visita realizada a escola de nº 2 de Jaboatão, em 05 de setembro de 1932, copiosos foram os elogios dirigidos a respeito da atuação da docente naquela instituição (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1-2):

A professora assidua sempre estava em aula lecionando aos respectivos discentes. Ouvi-a atentamente e, mais uma vez fiquei satisfeito com as explanações da mestra esforçada e com a respondência globalizada dos discentes. Fiz diversas explicações em torno da Escola Nova e concluí por diversos centros de interesse, atraindo a atenção dos alunos, que se mostraram adiantados, aproveitadores, pois, dos benéficos ensinamentos da jovem dirigente da cadeira. [...] Com os centros de interesse muito lucrarão os educandos, aliás esses já estarem, de a muito, sendo, aqui, praticados. A professora sempre apta, inteligentemente honrando a nobre missão que desempenha no público magistério de Sergipe. [...] Deixo aqui hipotecado o meu louvor a professora, reiterando os votos que antes já o fizera a ela que cumpre distintamente o seu dever.

A nota de inauguração foi encaminhada para a Diretoria Geral, pelo comissário de ensino, por meio de ofício, em 15 de setembro do mesmo ano. O comissário apresentou a inauguração da classe realizada pelo inspetor Sebrão sobrinho “perante numerosa assistência, presentes as professoras da vila com seus alunos, indicada, para regente da mencionada classe, a professora d. Maria da Conceição Campos e o centro de interesse preferido para elucidação dos alunos foi o – Perú” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5489, 1932).

Em Nossa Senhora das Dôres também foi inaugurada uma Classe de Aperfeiçoamento, por meio do inspetor do ensino Ascendino Argolo. Na visita realizada, o inspetor registrou que: “Aos 15 dias do mês de setembro de 1932, nesta cidade de Nossa Senhora das Dôres, inspecionei a escola publica do sexo feminino, dirigida pela professora D. Maria Hosana de Azevêdo, a quem designei para regêr a classe experimental desta localidade”. Registrou ainda a competência da docente, e seu cumprimento em relação ao programa estabelecido: “[...] tem procurado levar a efeito tudo o que está ao seu alcance, no intuito de levar a bom termo o plano da escola ativa; [...] conhece bem as matérias do programa, consagrando as melhores energias de seu espirito ao ensino da carreira que abraçou” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 2).

No município de Siriri, a escola indicada pelo inspetor Ascendino Argolo, para representar como Classe de Aperfeiçoamento, foi a nº 2 do sexo masculino, dirigida pela professora Maria Oliveira Alves, turma composta por 50 alunos. Na visita realizada, em 21 de outubro de 1932, o inspetor realiza registros animadores a respeito da atuação docente, apresentando assim o uso correto do método de ensino, a execução de trabalhos manuais, e a realização de excursões:

baseando-se nos centros de interesse, a professora tem procurado converter em realidade o plano da escola ativa; [...] é estudiosa, conhece bem as materias do programa, ensinando-as com lisongeiro resultado. Aproveitando a ocasião para designar a digna preceptora para dirigir a classe experimental desta vila” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1).

A professora comunicou a Diretoria sua nomeação para regente da classe, por meio de ofício, em 31 de outubro no mesmo ano. No município de Divina Pastora a docente nomeada para dirigir a Classe de Aperfeiçoamento foi Francisca Alves Dantas, do Povoado Santa Rosa. Indicada na visita realizada pelo inspetor Ascendino Argolo, em 27 de outubro de 1932, a docente apresentou eficiente desempenho pedagógico, com execução de trabalhos manuais, excursões e uso de centros de interesse (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1-2):

[...] n) trabalhos manuais: a digna preceptora não tem poupado esforços no sentido de bem desempenhar esta parte do programa; o) excursões: a fim de

que o plano da escola ativa produza os resultados desejados merece especial atenção o interesse com que a operosa preceptora vae pondo em prática o sistema decroliano; p) centros de interesse: no intuito de que esta parte do programa atinja os fins calimados pelo atual sistema pedagogico, dei as explicações indispensaveis á bôa e fiel execução dos preceitos regulamentares; q) aplicação e competencia: conhece as materias do programa, lecionando-as de modo satisfatorio.

A professora Francisca Dantas comunicou a Diretoria Geral da Instrução Pública, por meio de ofício, sua nomeação como dirigente da classe, designada através do inspetor Florival, em 09 de novembro de 1932, juntamente com outras atividades que lhe competia no momento (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5532, 1932).

Uma segunda classe foi inaugurada no município de Riachuelo, foi no Povoado Malhador, na escola nº 9, dirigida pela professora Maria de Lourdes Matos. Em visita realizada no dia 03 de novembro de 1932, o inspetor do ensino Ascendino Argolo esteve naquela localidade designando aquela professora para reger a Classe de Aperfeiçoamento daquele povoado, e expôs ainda o bom desempenho apresentado pela docente: “[...] é idonea; conhece as disciplinas do programa e as ensina com eficiência; [...] afirm que se converta em realidade o plano da escola ativa, a operosa preceptora tem se orientado pelo moderno sistema educativo” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 2).

No município de Carmo foi inaugurada a Classe de Aperfeiçoamento na escola nº 1, do sexo feminino, composta por 50 alunas, dirigida pela professora Elizabeth Menezes. Na visita realizada em 17 de novembro de 1932, o inspetor Ascendino Argolo registrou que a docente cumpria o programa com assiduidade, observando sempre as novas práticas pedagógicas baseadas no processo de Decroly. O inspetor registro em termo de visita a boa atuação da docente: “[...] afirm de que as materias do programa sejam ensinadas com eficiencia a operosa professora não tem perdido tempo, no intuito de encaminhar as novas gerações, cujos destinos lhes estão confiados no aprendizado da ‘escola ativa’, de tão apreciaveis resultados para os nossos patrícios” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1). Contudo, a notificação de designação da dirigente só foi registrada pela Diretoria da Instrução em 02 de dezembro de 1932.

A última classe inaugurada, em uma escola isolada, foi mais uma no município de Rosário, povoado Marcação, escola no sexo masculino, composta por 50 alunos, sob a regência da professora Eudoxia Valadão. Na visita realizada, em 19 de novembro de 1932, o inspetor Ascendino Argolo realizou observações e orientações para melhor esclarecimento da atuação pedagógica da docente, recomendando excursões, e esclarecendo a respeito de sua atuação junto aos alunos, “é esforçada e ativa; conhece as matérias do programa que leciona com eficiente resultado. Afim de que sejam melhor distribuídas as classes escolares, designei a digna preceptora para dirigir o sexo masculino desta localidade e a classe experimental” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1932, p. 1-2).

A comunicação entre a professora e a Diretoria da Instrução foi registrada em 14 de dezembro de 1932, onde por meio da cópia do termo de visita foi identificado sua nomeação para dirigente da classe.

Quadro 07 - Implementação das Classes de Aperfeiçoamento nas Escolas Isoladas (1932)

Nº	Docente responsável	Localidade	Distrito	Data
01	Isabel Esteves de Freitas	Itabaiana	Terceiro	13/04/1932
02	Fausta Mendonça Viana	Itaporanga	Primeiro	27/04/1932
03	Maria F. Guimarães	Cedro	Quarto	09/06/1932
04	Maria Cicera Costa	Laranjeiras	Primeiro	07/07/1932
05	Adelia Smith Firpo	Maroim	Segundo	19/07/1932
06	Fidelina Santos	Riachuelo	Segundo	20/07/1932
07	Dalva Bomfim Campos	Rozario	Segundo	25/07/1932
08	Lutigard Lima de Almeida	Japarutuba	Segundo	26/08/1932
09	Clara de Medeiros	Muribeca	Quarto	26/08/1932
10	Emilia Teles dos Santos	Aquidabã	Quarto	30/08/1932
11	Maria Laura de S. Pedro	São Francisco	Quarto	01/09/1932
12	Maria da Gloria Barros	Pacatuba	Quarto	03/09/1932
13	Maria da C. Campos	Jaboatão	Quarto	05/09/1932
14	Maria Hosana de Azevêdo	Nossa Senhora das Dôres	Segundo	15/09/1932
15	Maria Oliveira Alves	Siriri	Segundo	21/10/1932

16	Francisca Alves Dantas	Santa Rosa (Divina Pastora)	Segundo	27/10/1932
17	Maria de Lourdes Matos	Malhador (Riachuelo)	Segundo	03/11/1932
18	Elizabeth Menezes	Carmo	Segundo	17/11/1932
19	Eudoxia Valadão	Marcação (Rosário)	Segundo	19/11/1932

Fontes: Diários Oficiais do ano de 1932.

Em Sergipe, foram implementadas um total de 32 Classes de Aperfeiçoamento, nos anos de 1932 e 1933. Foram instituídas oito Classes no primeiro distrito; onze Classes no segundo distrito; cinco Classes no terceiro distrito e oito Classes no quarto distrito. A justificativa pelo terceiro distrito ter um número de Classes abaixo dos demais vem por meio do inspetor do ensino, Florival de oliveira (SERGIPE. Relatório Anual de Florival de Oliveira, 1932, p. 8).

Instalei classes experimentais nas cidades de Buquim, Estancia, Lagarto, Anápolis e Itabaiana. Outros lugares não foram atingidos pela medida, porque entendo que classe experimental não é coisa que se ande criando a torto e a direita. Roma não se fez num dia. O que se pratica sem metodo, para dor, apenas, na vista - está destinado a fracasso inevitável. Para regente das classes creadas designei respectivamente, as professoras d. d. Maria Vitalina da Soledade, Honorina Sales, Estér Regis, Agnor Hora da Fonsêca e Isabel Esteves de Freitas, em cuja eficiencia de ação confio plenamente.

Desta forma, além da implantação das Classes de Aperfeiçoamento, de modo obrigatório, nos quatro grupos escolares localizados no terceiro distrito, o inspetor Florival de Oliveira inaugurou apenas mais uma classe, na escola isolada da professora Isabel de Freitas.

Sua justificativa é provida de relatos, pois nas visitas realizadas no terceiro distrito muitas são as lamentações realizadas por esse inspetor com relação à imperfeita atuação docente: “Leiam-se os meus termos de visita e ver-se-á que a minha impressão acêrca do que se está fazendo de referência a ‘centros de interesse’, trabalho manual, desenho, excursões, etc, _ não tem sido boa” (SERGIPE. Relatório Anual de Florival de Oliveira, 1933, p. 5-6). Desse modo, o inspetor selecionou entre todas as docentes de sua região uma que pudesse ser apresentada como exemplo a ser adotado pelas demais.

3.6 As escolhas das docentes

Percebe-se que a implementação das Classes de Aperfeiçoamento surgiu da necessidade de expansão de um método que estava sendo propagado no Brasil, mas que, em Sergipe, acabou recebendo adaptações próprias quanto ao uso do sistema de centros de interesse. Essas adaptações receberam justificativas, como a adequação ao público educacional sergipano, que apresentavam diferente interesse do público do sudeste do país, de onde despertavam incentivos ao uso do método.

Considerando a impossibilidade de uma transformação completa na organização do ensino público, em seu manual, Moura (1931, p. 36), estabeleceu que essa aplicação fosse desenvolvida de modo gradual. Em sugestão o autor explana que:

O director do estabelecimento escolha uma classe, regida por professor ou professora intelligente e entusiasta, capaz de iniciar a pratica do ensino activo. Deixe liberdade aos demais professores. Sabido que só os mestres intelligentes são capazes de desenvolver a escola activa; verificando o entusiasmo da direcção do estabelecimento, para não permanecer numa situação pouco lisonjeira diante da iniciativa de uma, a maioria se propõe a praticar também um ensino renovado, quando nada, por espirito de emulação.

Nota-se que a prática descrita por Moura (1931) assemelhasse ao que foi desenvolvido no Estado de Sergipe por meio das Classes de Aperfeiçoamento. As escolhas das escolas isoladas foram unicamente em razão da competência docente, considerando que entre as escolas selecionadas para abrigar a Classe de Aperfeiçoamento existiam algumas que não se apresentaram, estruturalmente e pedagogicamente, como um estabelecimento ideal. As escolas dos municípios de Carmo, Santa Rosa, Aquidabã, Riachuelo e São Francisco são exemplos de escolas que tiveram registros de ausência de material pedagógico, o uso de mobília considerada ante pedagógica e a ausência de algumas práticas regulamentares. O destaque foi dado a escola do município de São Francisco, a qual o inspetor Sebrão Sobinho (SERGIPE, Termo de Inspeção de José Sebrão de Carvalho sobrinho, 1932, p. 1) enfatizou:

Recomendei os trabalhos manuais, excursões, etc. A escola aludida é desprovida de quasi tudo, pois que se não concebe uma escola sem o respectivo quadro negro e o maior pedagogo _ já o afirmara alguém _ é aquele que maior quantidade de giz gasta. Pena é que o governo do Estado

não obrigue aos senhores intendentes municipais a favorecerem o material pedagógico às escolas públicas dos seus municípios.

Por tanto, o que se destacou foi a eficiente atuação das professoras que mesmo desprovidas de recursos necessário para o processo de ensino conseguiam desenvolver de modo hábil os novos preceitos pedagógicos. Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública, professor Helvécio de Andrade, o sistema de centros de interesse não necessitava de grandes recursos financeiros, bastava que a docente tivesse interesse e competência (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5421, 1932):

A sua prática não exige gasto de dinheiro, apenas interesse e algum estudo. Adapta-se a todos os meios, condições e recursos, e por isso tanto mais fácil de ser generalizada, integrando o ensino sergipano no movimento que ora se opera em todo o Brasil pelo aperfeiçoamento da educação pela instrução, segundo a fórmula imortal de Herbart. Envolvendo mestres e alunos no mesmo ambiente de trabalho e luz, descobre aptidões, apura competências, desenvolve inteligências, traça diretrizes às atividades em formação, e exalta o mérito, inefectível padrão de uma justiça honesta.

As discussões em torno da ausência de recursos financeiros, para o desenvolvimento de propostas educacionais no Estado sergipano sempre estiveram evidentes nos documentos consultados. Quando por meio do Regulamento nº 589/11 ficou definido que o Estado adotaria prédios próprios para o ensino, os chamados grupos escolares, sua expansão foi realizada de modo lento, segundo seus representantes, em razão da ausência de recursos financeiro que permitissem a construção dos prédios escolares (AZEVEDO, 2006). Assim, Sergipe buscou sempre se adequar a propostas que não requeresse custos elevados.

Os quesitos apresentados pela Portaria nº 22 para a escolha das escolas e das docentes eram que as Classes fossem instituídas em “centros desenvolvidos” e entre as docentes mais “cultas e dedicadas”. Para a Diretoria da Instrução os requisitos apresentados se faziam importante, pois, as escolhas das escolas e das docentes tinham grandes representações para as demais, já que essa serviria de exemplo para todas as outras que tinham por encargo acompanhar suas ações (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3571, 1932):

Essas classes experimentais servirão de modelo às escolas da região, tendendo para a possível uniformização do ensino. É dessa ação ativa, ininterrupta, cuidadosa, que há de resultar a metalidade nova de que tanto carece o povo, em geral, para o engrandecimento e o prestígio do Brasil. É

esse patriotismo sereno, calmo, confiante e construtor, que mais precisamos cultivar e atestar.

O mesmo critério pode ser identificado na maior parte das nomeações das docentes dos grupos escolares, desconsiderando aquelas que foram nomeadas por sorteio, as demais foram escolhidas pela sua demonstração de competência e dedicação ao ensino. No discurso de orientação aos inspetores o Diretor Geral da Instrução, professor Helvécio de Andrade, esclareceu que: “O professor deve ‘pezar’ no seu meio, merecer do seu povo a atenção que a sua atividade social provocar” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3571, 1932). Assim, para que merecerem o destaque da indicação, as docentes teriam que apresentar um histórico de destaque no cenário educacional sergipano.

Diferente do que ocorria com outras práticas educacionais em Sergipe, na implantação das Classes de Aperfeiçoamento não houve distinção entre as escolas do interior e as escolas da capital, assim, as inaugurações foram ocorrendo de modo simultâneo. Constatei que as primeiras Classes foram inauguradas na capital, por meio do Assistente Técnico da Diretoria, porém, após o lançamento da Portaria nº 22, as Classes começaram a se espalhar, inclusive no interior.

Alguns trabalhos, a exemplos de Nunes Mendonça (1958) e Azevedo (2006) levantaram a temática de diferenciação entre o atendimento prestado as escolas da capital e das escolas do interior, o que não foi uma inverdade, como se comprova por meio dos termos de visita a situações das escolas, no entanto, se tratando das legislações que estabeleceram as Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe, houve equilíbrio em seu cumprimento.

Somente a implementação da classe do Grupo Escola Coelho e Campos foi realizada no ano de 1933, apesar de seu Diretor Bruno Carvalho, em Ofício do dia 12 de março de 1932, ter solicitado a criação da Classe naquele grupo (SERGIPE. Ofício de nº 378, 1932). Independente da rápida solicitação, o grupo teve que esperar um ano para ser instalada sua Classe de Aperfeiçoamento. Somente no dia 17 de março de 1933, por meio do Inspetor de Ensino José de Sebrão Carvalho Sobrinho, a Classe foi inaugurada.

Os registros apontam que essa inauguração tardia pode ter sido pela ausência do responsável pela inspeção do segundo distrito, onde estava localizado o Grupo Escolar Coelho e Campos. O encarregado da fiscalização era o Inspetor de Ensino Ascendino Argolo, no entanto, esse não registrava visita ao grupo, nem as escolas isoladas do município de Capela faziam muitos anos. No ano de 1932, o inspetor Ascendino Argolo só realizou inspeção em uma escola daquele município, a escola nº 2 do povoado Tamandai. Não foram localizadas, nas fontes, justificativas para o não cumprimento de sua função nas fiscalizações das escolas e do grupo daquele município, pois o inspetor não realizou relatórios anuais ou semestrais de suas atuações desde o ano de 1931.

O que pode ser registrado, por meio da visita do inspetor do ensino José Sebrão de Carvalho Sobrinho, no ano de 1933, foi o descaso do inspetor Ascendino Argolo com aquela localidade. A escola nº 1 tinha sido visitada pela última vez no ano de 1927, e as de nº 3, 4, 5 e 6, nem registros de visitas tinham em suas escolas. Talvez possa entender, assim, o atraso na instauração da Classe de Aperfeiçoamento do Grupo Escolar Coelho e Campos. O Inspetor de ensino Sebrão Sobrinho em visita ao referido grupo afirmou que (SERGIPE, Termo de Inspeção, 1933, p. 1):

A crise, a falta de ânimo do professorado que nunca foi incentivado por uma visita capaz que amoldasse êste estabelecimento aos moldes da Escola Ativa, tudo concorria para o doloroso regresso dele. É de crer que agora, com as minhas periodicadas visitas, melhore a situação.

As situações de algumas escolas de fato não eram apropriadas para o bom desenvolvimento pedagógico, assim como, os descuidos de algumas docentes não favoreciam o progresso proposto para o ensino. Até mesmo os grupos eram afetados com a ausência de recursos necessários para a educação almejada. O diretor do Grupo Escolar Fausto Cardoso, em relatório, considerou pertinente a implementação das Classes de Aperfeiçoamento no estado para o aprimoramento da instrução, no entanto, descreveu que (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Fausto Cardoso, 1932, p. 2-3):

Não fosse a deficiência manifesta de material escolar, como sejam cartas geograficas, mapas, murais e demais objetos impressindiveis a formação da mentalidade infantil, dentro das condições de ensino moderno, na hora que atravessamos e o ensino neste grupo, temos o desenvolvimento freando no

lado de que mais o fizessem no Estado, pois para isto conta com a competência e dedicação do corpo docente, que muito honra o magisterio de Sergipe.

No entanto, a Instrução Pública de Sergipe buscou por meio das comunicações desenvolvidas pelas professoras, mediante os encontros realizados nas Classes de Aperfeiçoamento, superar a ausência dos recursos e incorporar estímulos para as docentes mais acomodadas em suas práticas. Isso fazia parte do cenário da cultura escolar que estava sendo construída na relação entre instalação das Classes, com suas normas e regras, como do desenvolvimento das práticas alicerçadas pelos inspetores escolares.

4. O SISTEMA DECROLY EM SERGIPE: O FUNCIONAMENTO DAS CLASSES

Nessa seção, destaquei o sistema de Decroly e como funcionou nas Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe e o aspectos do universo da cultura escolar que foi se instalando escolar entendida por Julia (2001), as normas estabelecidas, os temas para os Centros de Interesse definidos, os rituais de difusão das práticas pedagógicas e, sobretudo, os dispositivos lançados por eles para que as práticas fossem desenvolvidas e apropriadas pelas docentes que dirigiam as classes.

4.1 As ações desenvolvidas para aperfeiçoar o método

As orientações para o funcionamento das Classes de Aperfeiçoamento foram apresentadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública por meio da Portaria nº 23, de 21 de abril de 1932. Entre as instruções que constaram no documento estava a recomendação da regularidade das docentes junto às Classes, apresentando como amostra a situação das da Capital (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3574, 1932):

Para as devidas regularidades e eficiencia as professoras procurarão um dos Grupos dos que funcionam á tarde, precedendo aviso á Diretoria, na seguinte ordem, uma até duas, cada dia: Escola de S. Antonio, de Aracajuzinho, de S. Izabel, de Aribé, da rua D. Quirino, do Carro Quebrado, da Praia 13 de julho, do Orfanato “D. Bosco”, da Atalaia, e finalmente da Barra dos Coqueiros. As visitas aos Grupos se repetirão na mesma ordem até que todas hajam compreendido e assimilado a tecnica do processo. Nenhuma professora se poderá furta ao dever dessa pratica, que tem por fim a generalisação da escola ativa e a possivel uniformidade do ensino em sua marcha e finalidade.

A convocação para as professoras participarem das Classes de Aperfeiçoamento era constante. Os principais anunciadores eram os inspetores do ensino, no entanto, dois se destacaram nessa função: do primeiro e do terceiro distrito. Nas visitas que realizavam as escolas, eles costumavam orientar e recomendar à frequência as Classes de Aperfeiçoamento das referidas localidades.

As escolas escolhidas para servirem de Classe de Aperfeiçoamento não apresentavam em sua estrutura nenhuma diferença das demais, assim como nos recursos pedagógicos que eram utilizados no direcionamento do método. O que recebia destaque era a prática

desenvolvida pela docente, apresentado habilidade em sua atuação. No entanto, os inspetores não deixaram de orientar as docentes a respeito de como a Classe de Aperfeiçoamento deveria ser executada.

Na visita realizada, em 20 de abril de 1932, a escola nº 10 do Povoado Colégio, localizado em Itaporanga, o inspetor geral José de Alencar, orientou a docente, Maria da Conceição Barreto, a respeito dos trabalhos que deveriam ser desenvolvidos naquela escola, e solicitou que ela frequentasse a escola nº 3, regida pela professora Fausta Viana, até que adquirisse os conhecimentos necessários para a instrução escolar. A docente responsável pela escola nº 10 só tinha 19 dias de experiências pedagógicas, e apesar de ser apresentada como trabalhadora, a docente não manifestava “conhecimentos didáticos” (SERGIPE, Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2). Por isso, recebeu a recomendação de observar a prática desenvolvida pela professora Fausta, que na ocasião ainda não tinha sido nomeada como dirigente da Classe de Aperfeiçoamento, situação que só ocorreu sete dias depois dessa visita. No entanto, a professora Fausta já era vista pelo inspetor do ensino como modelo a ser seguido em suas práticas pedagógicas.

Do mesmo modo, na visita realizada a escola nº 21, localizada no Povoado Santa Isabel, na capital, o inspetor José de Alencar registrou que executou instruções em torno do uso dos centros de interesse para a docente Alice Maciel, fazendo ainda, recomendações para que fossem realizadas visitas as “escolas experimentais dos grupos escolares da capital, para melhorar o cabedal de seus conhecimentos a respeito de tão importante metodo” (SERGIPE, Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2).

Nas colocações do inspetor Florival de Oliveira eram apresentadas convocações para a frequência nas Classes de Aperfeiçoamentos, podendo ser nas escolas isoladas ou nos grupos escolares. Em visita realizada a escola nº 10 do povoado Capunga, município de Itabaiana, sob a regência da professora Maria Tavares, o inspetor determinou que a docente assistisse, ao menos uma vez ao mês, a classe na sede de seu município, que era dirigida pela professora Isabel Esteves (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 2).

Em visita a escola nº 11, do povoado Moita, dirigida pela professora Leonor Costa, o inspetor Florival de Oliveira, recomendando a prática urgente do ensino globalizado, registrou que a docente deveria frequentar à Classe de Aperfeiçoamento ao menos uma vez ao mês (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 1-2):

Recomendo, instantemente, o ensino globalizado, isto é, o ensino no qual existe um laço, um principio de associação que liga as materias entre si. O ensino desta forma ministrada não fatiga a criança; pelo contrario, exerce sobre o seu espirito irresistivel atração, fazendo-a desejar a escola. Não descubro a mais ligeira dificuldade na globalização e acho que a professora que a alega implicitamente confessa a falencia da sua aptidão proficional. Este, porem, não é o caso da professora Leonor Costa, que se mostra disposta a enveredar, com a decisão, pelo novo caminho. Mensalmente deverá assistir a uma das aulas da classe experimental regida pela professora Isabel E. de Freitas.

Em Itabaiana, práticas de orientações semelhantes ocorreram na escola nº 6 da professora Auta Almeida Melo, localizada no povoado Saco; na escola nº 8 da professora Maria da Pureza, do povoado Serra; e na escola nº 13, no povoado Bom-Jardim. Para todas as docentes, o inspetor Florival de Oliveira, procedeu com orientações a respeito da prática dos centros de interesse, e declarou que a técnica seria bem mais aperfeiçoada nas Classes de Aperfeiçoamento.

O inspetor Florival de Oliveira, em 17 de agosto de 1932, visitou a escola nº 6, do povoado Urubutinga, município de Lagarto, regida pela professora Hilda de Faro Sobral. Em termo de visita, o inspetor registrou que (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 1-2):

Tratei do sistema Decroliano, _ sistema no qual as materias do curso primário não são ensinadas isoladamente, mas grupadas, concentradas, associadas, em torno de centros de interesse. Já o conhecia a professôra, a quem, no entanto, recomendo que frequente duas vezes por mês a classe experimental do Grupo Silvio Romero, onde, certamente, adquirirá prática mais dilatada da globalização.

A proposta de fazer com que as docentes adotassem o projeto do método ativo, com o uso dos centros de interesse do sistema de Decroly, foi a asserção da instrução pública no ano de 1932. No entanto, as práticas desenvolvidas nas Classes de Aperfeiçoamento foram

realizadas de acordo com a orientação de quem presidia a inauguração. A proposta era única para o Estado de Sergipe, mas as movimentações das Classes eram variadas.

Nas escolas isoladas designadas como Classes de Aperfeiçoamento, segundo o que se pode identificar, as aulas abertas as demais docentes funcionavam uma vez ao mês, considerando as comunicações que as docentes tinham com a Diretoria Geral da Instrução. Mensalmente era enviado por ofício um comunicado para a diretoria afim de que fosse apresentado o centro de interesse utilizado para a exposição da aula.

Pode-se mencionar a Classe de Aperfeiçoamento da escola isolada de Itaporanga, que realizou cinco aulas entre o dia de sua inauguração, em 13 de abril de 1932, até o dia 19 de setembro de 1932, quando por ofício para a Diretoria da Instrução, comunicou o número de aulas realizadas (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5496, 1932):

Da professora d. Fausta de Mendonça Viana - comunicando que a 19 do corrente realizou-se em sua escola a 5ª aula da classe experimental, e o ponto escolhido foi - pressão - com assistência dos alunos, das professoras da vila e do sr. comissário do ensino de Itaporanga.

No Grupo Escolar Severiano Cardoso, inaugurada pelo inspetor Florival de Oliveira, ficou definido que a classe funcionaria duas vezes por semana para as docentes do respectivo grupo assistirem as aulas, dirigida pela representante do 3º ano, e duas vezes por mês para as professoras dos povoados vizinhos (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1932, p. 1).

Semelhante prática foi apresentada no Grupo Escolar Sílvio Romero, também inaugurada pelo inspetor Florival de Oliveira. Às ações ocorriam na classe duas vezes, na primeira e na última terça-feira do mês, ficando as demais terças-feiras, quintas e sábados para a prática das professoras com o uso dos centros de interesse em suas escolas (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Sílvio Romero, 1932, p. 1).

Em comunicado a Diretoria da Instrução Pública, por meio de ofício, o Diretor Jessé de Andrade Fontes, responsável pelo Grupo Escolar Gumercindo Bessa, informou o cumprimento da adoção das aulas “[...] de centros de interesse para as lições globalizadas” em todo o grupo, como, segundo ele, sugeriu o inspetor Florival de Oliveira. Assim, as aulas na

Classe de Aperfeiçoamento eram realizadas 8 vezes por mês, para orientações das docentes do grupo, e a cada quinzena para as professoras dos povoados vizinhos (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5483, 1932).

No Grupo Escolar Olímpio Campos, o Padre Artur Alfredo Passos, responsável por sua direção, resolveu por conta própria definir um novo modo de funcionamento da classe. Ele estabeleceu que a classe funcionasse uma vez por semana, com a professora dirigente, e que fosse reproduzido nas demais Classes ou escolas em um dia selecionado pela docente, sendo ainda, retomado como revisão aos sábados por outras professoras (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Olímpio Campos, 1932, p. 3):

Para maior proveito de todo o Grupo Escolar, e para adestramento de todo o nosso professorado, determinei que o “centro de interesse” desenvolvido durante a semana tenham uma recapitulação geral no sábado, para todos os alunos de todas as classes, com interrogatório posterior a respeito, devendo cada professora em dias a sua escolha, repeti-lo em suas classes. De maneira que, em cada sábado, a 3ª hora é dedicada a um centro de interesse, explanado por uma professora (e não apenas pela da aula experimental), em seu salão com o comparecimento de todo o grupo. Não sei si V.S. aprova esta minha experiencia que julgo util.

A iniciativa tomada pelos diretores dos grupos Gumercindo Bessa e Olímpio Campos não era diferente da proposta apresentada pela Diretoria da Instrução, que tinha sugerido, na Portaria nº 23, que os grupos e as escolas isoladas, estendessem o ensino desenvolvido nas Classes de Aperfeiçoamento por todas as instituições de ensino do estado, tendo inicio nos grupos e escolas da Capital (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3574, 1932):

Achando-se em função classes experimentais nos Grupos “General Siqueira”, “General Valadão”, “Augusto Ferraz” e “Dr. Manuel Luiz”, sob a orientação tecnica do professor José Augusto, deverão os diretores respectivos cogitar sem detença da generalização da pratica dos “Centros de Interesse” ás demais classes, de modo, porém, a não interromper os trabalhos letivos. Estende-se a recomendação ás escolas isoladas da capital.

Nas escolas isoladas essas práticas também foram identificadas, pois já nas visitas os inspetores instruíam que as docentes, logo que tomassem conhecimento do uso do método ativo, deveriam realizá-lo em suas escolas ao menos uma vez por semana. Em visita realizada a escola nº 3 do povoado Coqueiro, município de Lagarto, dirigida pela professora Eremita

Antero Araujo, o inspetor Florival de Oliveira registrou que (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 1-2):

A docente da cadeira assistiu, [...] a inauguração da classe Experimental do Grupo Escolar Silvio Romero. Ouviu, portanto, as explicações exaustivas que dei sobre os processos da chamada escola ativa, as instruções minuciosíssimas que tive ocasião de ministrar sobre a globalização por meio do sistema de idéas associadas, do sistema decroliano. Acontece, ainda, que, sendo hoje, quinta-feira, dia por mim designada para a prática do centro de interesse, voltei a cogitar do assunto, tomando a cana para o ponto de partida da lição.

Já na orientação realizada na escola isolada nº 5, do povoado Apertado de Pedras, município de Anápolis, o inspetor Florival de Oliveira esclareceu que a docente, Risoleta Leite de Andrade, deveria desenvolver os centros de interesse em sua escola três vezes por semana: “A professora ensinará pelo sistema decroliano, - uma vez por semana à 1º classe e duas vezes à 2º e 3º, quando houver alunos desta ultima classe” (SERGIPE. Termo de Inspeção de Florival de Oliveira, 1932, p. 2).

A expansão da prática ativa e o uso dos centros de interesse movimentaram a criação e a execução das Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe. Era o centro de interesse do sistema Decroly a base para o procedimento do ensino nas Classes indicadas como modelares. Era a base para a instauração de novos métodos de ensino, com lições globalizadas, voltados para temáticas locais e regionais que pretendiam responder aos interesses dos alunos e motivá-los para a aprendizagem.

4.2 O Regulamento da Instrução Pública em Sergipe

O ensino desenvolvido nas Classes de Aperfeiçoamento atendia ao que estava proposto no Programa para o Curso Primário, estabelecido no ano de 1931. O uso de “Centros de Interesse”, e do ensino globalizado, principais práticas das Classes, já havia sido estabelecido como princípios a serem seguidos pelo corpo docente para a instrução em Sergipe. No entanto, sua execução ainda não encontrava-se em andamento em todas as escolas, uma de suas causas eram os mestres mal informados ou mal preparados. Assim, as

Classes cumpririam a função de apresentar o método em execução para todas as docentes, a fim de que elas reproduzissem os métodos ativos em suas escolas.

Azevedo (2009) apresentou que no Regulamento estabelecido no ano de 1924, sob Decreto de nº 867, Graccho Cardoso (1922-1926) pretendia estabelecer preceitos defendidos pela Escola Nova. Em seu discurso de candidatura ele realizou uma avaliação da situação educacional do Estado, expressando que muito já havia sido feito, porém, retratava que a situação da escola ainda não era a ideal. Logo após ser empossado, Graccho Cardoso afirmava que a escola se limitava a atividade de alfabetização, no entanto, essa ação, segundo o seu entendimento, não era suficiente, pois não preparava a criança para lidar com problemas da vida. Deste modo, Graccho Cardoso defendia uma educação baseada “na força do indivíduo”, e que fosse dirigida por suas aptidões naturais, isto é, “que atendesse às características próprias da profissão que cada um viesse a assumir futuramente”.

Mesmo sendo defensor do ideário escolanovista, ao realizar a reforma do ensino em Sergipe, no ano de 1924, Graccho Cardoso não conseguiu incorporar preceitos da Escola Nova, pois buscou respaldo para estabelecer o novo Regulamento na reforma realizada no Estado de São Paulo (1920), comandada por Sampaio Dória, que não era escolanovista no momento em que idealizou a reforma naquele Estado (AZEVEDO, 2009, p. 282).

Acerca deste Regulamento Nunes (2008, p. 258) afirmou que por meio de suas normativas foi possível “estruturar” integralmente a educação em Sergipe, ainda assim, a autora mencionava que: “faltava, porém, ao professor a formação adequada para executar tão avançado programa de uma escola voltada para a realidade, e como tal, programática. O ensino vai conserva-se tradicional, rotineiro, apenas com pinceladas modernas que não alterarão sua essência”. Porém, a autora não apontou coisa alguma a respeito da instauração de preceitos escolanovistas nas instruções do ensino em Sergipe. Isso foi na contramão do que afirmou Oliveira (2006) ao defender a ideia do Regulamento de 1924, tentou introduzir em Sergipe preceitos adotados pela Escola Nova em alguns Estados brasileiros.

Logo, ao ser implantado um novo Regulamento em 03 de fevereiro de 1931, por meio do Decreto de nº 25 sob a direção de Helvécio de Andrade na Instrução Pública de Sergipe,

incorporou-se, com maior clareza, preceitos escolanovistas, sendo então instituído o uso do método da Pedagogia Ativa. Andrade (1931, p. 1) noticiou a respeito das modificações estabelecidas em novo regulamento:

Seria então modificado o ambiente escolar, quanto á sua organização, professor e finalidade, e adotados metodos ativos, compatíveis com os interesses regionais. Em harmonia com esse mais que justo desiderato estabelecemos no Regulamento de 3 de Fevereiro do ano corrente as bases do programa minimo da “*Escola Nova*”, segundo preceituam os seus criadores estrangeiros, e propugnadores brasileiros, entre eles Lourenço Filho, atual diretor do ensino, em S. Paulo.

O Diretor Geral da Instrução Pública, Helvécio de Andrade, esclareceu que na “Escola Ativa” que se implantava em Sergipe, por meio do Regulamento citado, não se fazia nada mais que a prática do método objetivo “animado por processos ativos, dinâmicos – palavras novas de uma idéia velha”. Ele não concordava que a “Escola Ativa” fosse classificada como algo inédito, nunca antes executado, expressou que se tratava de uma “frase nova”, uma imitação natural e impulsiva dos brasileiros: “É o amor pela novidade, pelo efeito, e tambem a ilusão de uma cultura que não existe, mas que se deseja ardentemente possuir com... pouco trabalho” (SERGIPE. Relatório Anual, 1931, p. 10).

Helvécio de Andrade acreditava na Pedagogia Renovada e no seu processo de desenvolvimento, porém, ele não reconhecia que o método adotado em Sergipe tinha uma totalidade inovadora como se apresentava, considerando que o uso dos sentidos, por meio do método intuitivo, permaneceu em vigor no ensino sergipano. O que houve, foi uma junção do método em execução com a proposta renovada, estabelecendo assim o “método intuitivo analítico”.

Logo, a experiência, juntamente com a intuição, passou a ser o principal recurso para o desenvolvimento educacional infantil sergipano, visando à formação do cidadão ativo. O programa destinado ao ensino primário, estabelecido em 06 de fevereiro de 1931, previa que o ensino a ser ministrado deveria atender ao “methodo intuitivo-analytico”, sendo ele apresentado como o mínimo do projeto defendido pela escola nova, e tomando os centros de

interesse como base para o processo educacional escolar (SERGIPE, Relatório Anual, 1931, p. 14, grifo meu)¹³:

É o programma “mínimo” da Escola Nova - que dá liberdade e autonomia ao professor para, dentro das linhas geraes do methodo intuitivo-analytico, adaptar, crear mesmo, processos mais naturaes e efficientes, e aos alumnos ensejos francos de expandir suas actividades e predilecções. *Não como querem os seus criadores e principaes propugnadores, mas como é possível em escolas officiaes, nas quaes não se podem dispensar as notas de aproveitamento e, portanto, as lições, o horario, etc.*

Com este discurso Helvécio de Andrade reafirmou o fato de que em Sergipe não houve uma cópia dos Estados tidos como modelos por deterem o poder econômico, e consequentemente político do país. Mesmo tendo observado as práticas desenvolvidas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal (Rio de Janeiro), em Sergipe houve uma adequação ao procedimento de ensino que caberia ser desenvolvido no Estado, segundo a sua população e o seu recurso financeiro. Por isso, houve a adoção do “método intuitivo analítico”, ou como podemos chamar, de “método ativo intuitivo analítico”, considerando que houve a prática do uso de centros de interesse, processo de ensino do método ativo.

Na expressão do professor Helvécio de Andrade, o fato de não ser possível dispensar no Estado de Sergipe algumas práticas que caracterizavam a escolas oficiais. Moura (1931, p. 39) afirmou em seu manual, segundo os preceitos do sistema de Decroly, que: “Certamente, uma escola activa não poderá nunca reger-se por um horario-mosaico, em que os exercicios sejam regulados, e sua extensão, por minutos fatais, e de que o director exija o mais rigoroso cumprimento, de relógio na mão...”.

No entanto, em Sergipe, segundo orientações do Programa do Ensino Primário, o uso do centro de interesse encontrava-se limitado em sua execução para o ensino das lições gerais, que era a educação moral e cívica e a prática da higiene, assim, seu horário definido era aos sábados na primeira hora. Não existiam lições específicas para sua execução, a docente desenvolveria um centro de interesse de sua preferência ou da preferência dos alunos, e assim

¹³ SERGIPE. Programa para o curso primário. Diretoria Geral da Instrução Pública. Aracaju: Imprensa Oficial, 1931.

retomava todo o ensino desenvolvido durante a semana (SERGIPE. Programa para o Curso Primário, 1931, p. 8-9):

Qualquer circunstancia ocasional ou escolhida a isporto serve; constitue um centro de interesse, contanto que impressione a criança a ponto de prender-lhe a curiosidade e a atenção: a chuva, o vento, o sol, o estio, um acontecimento escolar, civil, familiar, etc. Em torno de um desses casos o professor tem ao seu ispor uma multidão de noções a transmittir, relativas ás sciencias phisicas e naturaes, á educação moral e hygienica; o essencial é despertar o interesse do alumnos e aproveitar habilmente as oportunidades.

Enquanto as Classes de Aperfeiçoamento funcionavam, do modo já apresentado, as demais escolas e classes dos grupos escolares permaneciam com o horário que constava no Programa do Ensino Primário. O Programa esclarecia que, mesmo limitando os centros de interesse aos períodos específicos, aos sábados, a instrução pretendia estabelecer uma prática de ensino totalmente aberto para as atividades com o uso da realidade das crianças e do meio ao qual elas estavam inseridas.

Mesmo considerando que o desenvolvimento do método intuitivo sustentaria o ensino em Sergipe, o professor Helvécio de Andrade justificou que haviam falhas no processo, e confirmou a necessidade de um procedimento de renovação no ensino, assim ele esclareceu que (SERGIPE, 1931, p. 12):

Mas na pratica do metodo soberano havia defeitos, como ainda os ha, oriundos do mestre mal preparado, e da escola desaparelhada. Essas falhas são de toda a parte, e podem ser supridas por processos mais ativos que levem os alunos a colaborar na sua propria instrução. Foi o que viu Decroly numa clarivisão magnífica. Meu método, diz, não traz novidades; o que proponho é um maior contacto do aluno com o mundo circumdante e que ele mesmo observe e descubra as suas faculdades, acionando-as constantemente. Eis o que constitue a Escola Ativa.

Oliveira (2015, p. 6) caracterizou o método intuitivo analítico tal qual o caminho que “[...] toma uma dada realidade como todo: pelo processo intuitivo, a realidade é apreendida pelos sentidos; pelo analítico (decomposição), a realidade é desconstruída em seus elementos”. Sampaio Dória já apresentava essa discussão a respeito do método intuitivo analítico junto à Reforma realizada no ano de 1920 no Estado de São Paulo, segundo Carvalho (2000, p. 228) “Sampaio Dória se convencera de que o único método de ensino

adequado era o que chama de ‘método de intuição analítica’. Entendendo que ‘a origem primária de toda a capacidade de conhecer é contato da inteligência cognoscente com as coisas a conhecer’”.

Dória defendeu que o ensino intuitivo analítico partiria de três normas para a sua execução, a primeira seria que os alunos estivessem atentos às realidades que lhe seriam apresentadas; segundo, que o professor deveria estabelecer a ordem de apresentação das realidades a serem praticadas com os alunos, e por fim, que o professor guiasse as observações dos alunos, permitindo assim que por meio da análise o educando obtivesse novos conhecimentos. Ele apresenta ainda que, o processo de execução do método teria dois graus de intuição: a imediata e a mediata (OLIVEIRA, 2015, p. 7):

[...] a intuição imediata, que se caracteriza pelo contato real do aluno com os objetos concretos; e a intuição mediata, uma processologia evocada pelo professor a fim de fazer com que os alunos reconheçam as impressões adquiridas pela intuição imediata, de modo que a combinação entre as impressões gere a ideia de um objeto desconhecido – este processo não teria o auxílio da coisa concreta, mas da palavra.

Ao esclarecer a respeito do método intuitivo analítico Sampaio Dória expôs que “é pela intuição-analytica que se há de modelar a cooperação educadora do mestre. A intuição-analytica é o meio supremo, o methodo unico do ensino. Tudo mais são confusões e aberrações” (DÓRIA, 1923, p. 47, *apud* AZEVEDO, 2009, p. 195).

Semelhante ao discurso apresentado por Sampaio Dória, em Sergipe, Helvécio de Andrade advoga em Relatório apresentado ao Presidente do Estado no ano de 1926, Dr. Ciro Franklin de Azevedo (1926-1927), a respeito da descontinuidade de métodos no ensino sergipano, e da necessidade de obter um método apropriado, assim, descreveu que:

[...] o bom methodo no ensino primario, o que melhor objectiva as licções, o que mais interessa a creança, o que mais desperta a atenção, o que maior somma de imagens claras fornece á memoria infantil; é, em summa, o methodo intuitivo-analytico”. Diante da sua análise, o ensino executado sem um método definido se constituía como um ensino sem efeito.

Desse modo, a reforma realizada no ano de 1931 estabelecendo novo Regulamento, e tendo Helvécio de Andrade como Diretor Geral da Instrução Pública acabou por incluir os

preceitos que tanto foi defendido por ele. Para Andrade, se o ensino ocorresse mediante os princípios adotados em regulamento, as crianças teriam maior atenção no processo de aprendizagem, sem que fosse preciso realizar grandes esforços e em um curto período de tempo (SERGIPE. Relatório Anual, 1931, p. 2):

Os processos – “centros de interesse”, “projetos” em colaboração, “diários infantis”, “observação” e “experiência”, introduzidos no programa primário sergipano, são os que comportam, sem receio de perda de tempo e esforço, grandes perplexidades, e vacilações despensivas, o estado social e econômico do Estado.

Assim, por meio dessa explanação, Helvécio de Andrade realizou uma crítica aos discursos desenvolvidos em todo do método ativo, que para ele era considerado um processo de ensino econômico, sem a necessidade de grandes recursos para ser desenvolvido. Ele acreditava ainda que o Regulamento de 1931, do modo ao qual estava formulado, supriria a necessidade de ensino que deveria ser desenvolvida em Sergipe.

Assim, com fortes traços do método intuitivo e buscando introduzir preceitos do método ativo, o ensino proposto em Sergipe buscou unir “sentido” e “observação”. O ensino deveria ser executado por meio da aquisição de práticas claras e indispensáveis para a formação da razão pela observação de fatos da vida habitual, coletiva e individual, além do ensino moral, cívico, higiênico e físico, e a descoberta de uma profissão vocacional (SERGIPE. Regulamento nº 25, 03/02/1931).

Partindo da Pedagogia Moderna, o ensino acontecia por meio da intuição, era o interesse, despertado pelo professor, que guiava a ação dos alunos ocasionando a observação e consequentemente o levando à aprendizagem. Os sentidos eram à base do método intuitivo. (SOBRAL, 2010).

Auras (2005, p. 138) descreveu a respeito do método intuitivo como o que vai contra o método tradicional, que se baseia por meio da dedução, assim, “o método de ensino intuitivo segue a abordagem indutiva baconiana, sintetizada pela versão científica da pedagogia, segundo a qual o ensino deveria partir do simples para o complexo, do concreto para o

abstrato, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, das coisas para os nomes, das ideias para as palavras”.

Segundo Saviani (2010, p. 138), o método intuitivo ou lições de coisas: “foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX”.

Já nas propostas da Pedagogia Renovada ou Escola Nova, a base do ensino era a ação, sendo por meio das ações que a criança adquiria o interesse. Decroly, tendo como princípio o Centro de interesse, estabeleceu suas propostas com base em estudos como a biologia, que possibilitava acompanhar a evolução da criança, suas necessidades, e as relações com o meio (LOURENÇO FILHO, 1978).

As alterações propostas pelos reformadores escolanovista para o ensino público sergipano estavam presentes em algumas cláusulas apresentadas no Regulamento de 1931, onde o indivíduo teria sua formação de cidadão ativo, útil e digno. Para mais, o ensino desenvolveria juízo moral, cívico, psíquico e de higiene, além de obter uma profissão benéfica. Essa proposta de ensino introduzir-se-ia nas práticas realizadas pelos professores através do programa estabelecido no Regulamento (art. 1º, do Decreto nº 25/31).

A organização do ensino se aplicaria por meio da razão e com base na observação da vida cotidiana, individual e coletiva dos alunos (art. 3º, do Decreto nº 25/31). Isso se aplica a um dos principais conceitos decrolyano, o da vida. Segundo Elias (2000, p. 78), “Decroly vê, como Dewey, a necessidade de um ensino apropriado aos interesses da criança, em um ambiente propício à experimentação, onde ela possa agir e ter contato com a vida, com os instrumentos culturais, sentindo-se estimulada e desafiada a reagir ativamente no processo de aprendizagem”.

Decroly defendeu que seria através do contato com o “meio próximo” que os estímulos naturais se desenvolveriam como uma carência infantil. Dubreucq (2010, p. 39) corroborava com Decroly no entendimento do desenvolvimento infantil: “Essas necessidades

biológicas, psicológicas e sociais se alargam, portanto progressivamente, indo dos eventos particulares vivenciados pela criança às leis gerais da vida”.

No mesmo seguimento, fica definido ainda que, ao menos uma vez ao mês, sejam realizadas excursões aos parques, ao campo e a fábricas, a fim de que as crianças fossem instruídas pela observação das coisas e fatos da vida (art. 49, do Decreto nº 25/31). A pedagogia decrolyana, portanto, baseava-se no processo de globalização do ensino, na qual o autor defendia que esse sistema funcionava, com as crianças, de modo natural, assim, “A criança brinca inteiramente, as suas “cargas” são vagas na sala de aula, sai em excursão, faz jardinagem, colhe ou apanha. Nenhuma tela se interpõe entre ela e a densidade concreta dos objetos ou dos fenômenos (DUBREUCQ, 2010, p. 40).

Elias (2000, p. 76) descreve que para Decroly o uso de plantas, animais e outros objetos da natureza favoreciam o desenvolvimento da observação dos alunos, desse modo, “Os exercícios de observação dão oportunidade à criança de trabalhar sobre fatos concretos, adquirir experiência de vida, contribuindo para que venha a construir os próprios conceitos”. Assim sendo, o Regulamento de Sergipe estabelecia que o ensino devesse refletir de acordo com o interesse local das escolas: “[...] no campo a agricultura e a pecuária ocuparão a atenção do professor no seu programa de lições gerais; no littoral serão a pesca, o plantio do côco, etc., os centros de interesse principal; nas cidades, a vida urbana, as fabricas, etc.” (art. 55, do Decreto nº 25/31).

Outra disposição que se relaciona com a experiência natural, é a criação de pequenos jardins e hortas, sobre a responsabilidade das professoras. Essas, diante da prescrição, teriam duas funções, enfeitar as escolas, ou grupos, e servirem de objetos de instrução (art. 7, do Decreto nº 25/31). Decroly (1929, p. 276) instruía que a criança deveria crescer em contato com a natureza, segundo sua formulação,

[...] somente o interesse biopsicológico provoca e sustenta a atenção, e dirige e regula a assimilação mental. Sabe-se também que os interesses nativos das crianças de todos os países estão fora da escola, como o afirmaram também os pedagogos logistas. Sabe-se que a natureza é a verdadeira educadora dos homens, e se sabe que unicamente a ação contínua de um meio ambiente

bem escolhido pode estimular as atividades próprias da criança e permitir-lhe a realização verdadeira e total de sua personalidade.

Conseqüentemente, as lições de ciências físicas e naturais, assim como, noções de educação e higiene, deveriam ser realizadas como “lições de coisas”, elaboradas com pequenas experiências reais, sendo introduzido com fatos da vida, por meio de exemplos e analogias, o que é nominado de ensino por “noções concretas” (arts. 45 e 50, do Decreto nº 25/31). É o fazer uso das associações quando a observação direta não for possível. Elias (2000, p. 77) descreve que para Decroly esses exercícios “[...] ajudam a criança a buscar, com o auxílio de recordações de experiências passadas, as noções transmitidas por via oral ou iconográfica, os motivos para reelaborar seus conhecimentos”.

O uso de objetos concretos também fazia parte do programa de ensino principalmente para as lições de aritmética (art. 50, g, do Decreto nº 25/31). Decroly esclarece que o uso de materiais deveria ser intuitivo, não sobre imagens, mas de seres ou objetos reais, para que pudesse atrair o aluno. Evidencia ainda a importância dos trabalhos manuais, que seriam meios de ressaltar as particularidades das crianças (ELIAS, 2000).

O regulamento previa o ensaio de trabalhos manuais, inserido no sistema de “projetos” (art. 50, i, do Decreto nº 25/31). Lourenço Filho (1978, p. 198) registrou que o “home-projects” como foi inicialmente nominado procurou evidenciar “[...] a importância educativa de tarefas de execução livre em casa, pelos alunos, e a necessidade de que suas atividades, na própria escola, atendessem a propósitos, que ao trabalho dessem forma e direção”.

Decroly orientava que para o desenvolvimento dos trabalhos manuais os alunos poderiam fazer uso de qualquer tipo de material. O regulamento citava, em nível de exemplo, o uso da “slojd”¹⁴, “a modelagem” e “a cartografia”. Dubreucq (p. 2010, p. 24-25) descreveu que no ensino proposto por Decroly identificava-se o valor que existe na expressão concreta, pois, potencializa e incentiva a:

¹⁴ O “slojd” foi uma metodologia de ensino desenvolvida na Dinamarca, por Axel Mikkelsen. Essa organização previa o uso do trabalho manual como o principal meio educativo, na escola, e tinha como função disciplinar moralmente o educando e desenvolver-lhe o amor pelo trabalho [...] os alunos deveriam produzir diferentes objetos, como brinquedos, objetos domésticos (MORAES, 2001, p. 169-204).

[...] desenvolver em todas as crianças a educação do corpo, dos sentidos, da mão, do contato com as coisas e não com os livros, na turbulência de um meio vivo e não no silêncio morto de uma sala de aula. A facilidade em todas as formas de expressão favorece o equilíbrio pessoal durante toda a vida, tanto nos letrados como nos técnicos.

O ensino estabelecia-se com base intuitiva, direta ou indiretamente. O objeto era estudado como um todo, mas, primeiramente analisado em suas partes, depois as regras e as definições. Partindo assim, das simples sentenças para as mais complexas, com base na associação desenvolvida pelo aluno, respeitando a espontaneidade da criança (art. 50, a, b, do Decreto nº 25/31).

Estava previsto assim, uso das lições de coisas baseadas nos centros de interesse para desenvolvimento de exercícios orais e escritos, porém, previa-se somente para serem desenvolvidas aos sábados, juntamente com as avaliações dos “diários infantis”, “sabatinas” “declamações de prosa e verso”, e outros assuntos a livre escolha dos alunos ou das docentes (art. 48, do Decreto nº 25/31). Segundo prescrição, o programa educacional sergipano previa na escola o desenvolvimento da espontaneidade, da liberdade e da experiência social das crianças.

Por conseguinte, no Programa destinado ao Curso Primário (1931), o Diretor Geral da Instrução, Helvécio de Andrade, esclarecendo o que são os centros de interesse, descreve o modo ao qual eles devem ser executados como atividade globalizada em sala de aula, objetivando assim atrair a atenção e a curiosidade das crianças (SERGIPE. Programa para o Curso Primário, 1931, p. 16-17).

Tudo que peço, diz Decroly, está nos *programmas communs*. Só ha uma diferença: “eu proponho crear um laço entre as materias, para fazel-as convergir ao mesmo ponto, ou centro”... Qualquer circunstancia occasional, um acontecimento que impressione os alumnos, uma arvore, um fruto de tamanho ou forma invulgar, tudo serve ao professor, no momento, para crear um centro de interesse infantil.

O que propôs no programa implementado em Sergipe, no ano de 1931, foi de modo adaptado, o uso do método globalizado de ensino, desenvolvido mediante centros de interesse. Assim, o que deveria ocorrer era a organização e adaptação das matérias, já definidas, em

uma ligação entre elas, utilizando os centros como ponto de partida e condutor do interesse da criança.

O centro de interesse proposto por Decroly, passa então a figurar o contexto educacional sergipano. Desse modo, a Diretoria Geral da Instrução Pública buscou possíveis alternativas que influenciasse as docentes a conhecerem e praticarem em suas escolas os chamados “novos métodos”.

Entretanto, a capacitação docente era prioridade no processo de desenvolvimento do método proposto por Decroly, pois, já não se tratava mais do desenvolvimento singular de livros, que só precisavam ser acompanhados, contudo, era o professor o mediador do interesse dos alunos. Para Lourenço Filho (1978, p. 193): “Certamente, o processo não pode ser empregado por mestres não preparados para isso. Mas isso nada prova contra os centros de interesse. Se tivéssemos de julgar do automóvel, pelos acidentes que maus condutores diariamente ocasionam, também teríamos que o condenar”.

4.3 Os centros de interesses nas Classes de Aperfeiçoamento

O centro de interesse de Decroly foi a base para as atividades desenvolvidas nas Classes de Aperfeiçoamento. O médico e educador Ovide Decroly, um dos mais conhecidos pensadores do século XX, sofreu fortes influências de seus companheiros propulsores da pedagogia ativa. Suas aproximações com a noção de interesse, de John Dewey; a concepção “*vitalista*” que o liga a Maria Montessori; o uso de jogos e de brincadeiras aproximado à Froebel (1782-1852); entre tantos outros influenciadores do ensino ativo.

No entanto, suas práticas experimentais se diferenciavam em alguns atos, uma vez que para ele, a educação tinha por finalidade o desenvolvimento e a proteção da vida, assim como, as condições da vida social. Dubreucq (2010, p. 29) salientou que Decroly retratava que a escola do seu tempo não preparava a criança para a vida, assim como, o ensino desenvolvido para muitas delas era como “um obstáculo ao seu desenvolvimento, fazendo-as perder um tempo precioso”.

Para Lourenço Filho (1978, p.187), o método de Decroly era uma espécie de transição entre “a escola tradicional e a escola renovada”. Seus princípios fundamentados na biologia defendiam que a educação deveria ter por finalidade: “a) Manter a vida; b) colocar o indivíduo em tais condições que ele possa alcançar, com a maior economia de energia e de tempo, o grau de desenvolvimento que a sua constituição e as solicitações do meio lhe estejam exigindo”.

Contudo, o que uniam esses pensadores era a ideia de que interesse é que deveria nortear a ação dos alunos. Tanto para Dewey, quanto para Decroly, a educação deveria transformar-se em autoeducação, com perspectiva pragmática, unindo assim a teoria à vida prática do educando. Em Decroly esse modelo deveria ser adotado com base nas modificações propostas, segundo nos apresenta Lourenço Filho (1978, p.189, grifo meu):

- a) Prévia *classificação dos escolares*, para organização de classes homogêneas, e cursos paralelos de diversas velocidades de ensino; b) Conseqüente diminuição do efetivo das classes; c) Modificação do programa de maneira a ter-se em conta a *evolução dos interesses naturais da criança*, as condições locais e a disposição da maioria dos alunos para a adoção de um programa de idéias associadas; d) Modificações dos processos de ensino com a aplicação dos *centros de interesse*, no sentido de permitir o desenvolvimento da individualidade pela atividade interessada do educando.

De acordo com a primeira modificação, “classificação dos escolares”, somente por meio do uso dos testes de inteligência, é que seria possível desenvolver uma organização na classificação das turmas. Para Decroly (1929, p. 262) caso essa especificação não fosse realizada haveria uma dissociação da compreensão entre os alunos:

Não estando todas as crianças igualmente dotadas a partir do ponto de vista mental, a instrução distribuída a todos será assimilada por uns, porém não pelos outros. Todo pedagogo sabe quão diferentes são de um a outro aluno os progressos no trabalho escolar. Só há dois meios de melhorar esta situação: ou homogeneizar as classes nas escolas onde se dá, todavia, o ensino coletivo, ou – o que, sem dúvida, é melhor – romper com as tradições didáticas e esforçar-se no individualizar o mais possível o ensino de modo a instrução se ajuste à capacidade mental de cada aluno.

Em Sergipe, essa foi uma observação recorrente entre as fiscalizações realizadas nas instituições de ensino, a classificação dos alunos era quesito fundamental para a boa prática educativa que implicava nas divisões das turmas com base na realização de testes

fundamentados na psicologia e na biologia. A classificação pedagógica possibilitava que a professora trabalhasse de acordo com a demonstração de interesse apresentado pelo grupo, de acordo com o nível de desenvolvimento. Era a tentativa de homogeneizar a turma pelo nível de capacidade que os testes apontavam.

A segunda mudança proposta diz respeito à formação de um programa adequado para o desenvolvimento do interesse dos educandos. Segundo Lourenço Filho (1978, p. 190) o programa ao qual Decroly descreve diz respeito à “[...] aplicação do que ele chama as idéias associadas, para o estudo da criança e do ambiente em que viva”.

Segundo Valdemarin (2010, p. 96) o programa proposto por Decroly se diferenciava dos demais, já defendidos por outros intelectuais, pela ligação estabelecida nas apresentações das matérias que compunham o currículo “tradicional”, era o chamado “fio de Ariadne”, que encaminharia o aluno, e levaria “em conta seus interesses, colocando-a como referência no processo de compreensão”.

O programa para o curso primário sergipano, apresentado pela Diretoria da Instrução Pública, no ano de 1931, esclareceu que o uso de objetos permitia uma melhor observação e conseqüentemente maior interesse por parte dos alunos nas práticas desenvolvidas (SERGIPE. Programa para o Curso Primário, 1931, p. 16):

A cada classe será dado um objeto (ou escolher um objeto) presente ou ausente, para ser examinado, observado, analysado directa ou indirectamente. Aos principiantes - objetos inanimados da classe ou aula - o relógio, o quadro, o tinteiro, etc. Aos mais adeantados objectos animados - um animal, uma flôr, uma festa assistida, etc. Os alumnos observam, pensam e falam sobre elles (objectos) suas formas, côres, graça, qualidades, uso. O professor não intervem senão para “dar a mão” desembaraçar os mais acanhados, corrigir os mais desenvolvidos. Interessando todas as classes, provocando-lhe as actividades mentaes - percepção, concepção, analyse, comparação, raciocinio - são excellentes exercicios, a que dão o nome de globulisação.

Deste modo, as práticas desenvolvidas nas Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe buscaram incorporar os recursos dos centros de interesse que melhor atraíssem a atenção dos alunos. Foram inúmeros os centros de interesse que apareceram nos relatos de uso nas Classes. Nas inaugurações e no desenvolvimento das aulas as docentes fizeram uso dos temas

como: “meios de transporte”, “cana de assucar”, “cultura do algodão”, “os animais”, “a navegação”, “o leite”, “a água”, “o café”, “o arroz”, “a seca”, “o café”, “a uva”, “a abelha”, “o peru”, “capilaridade”, “o sol”, “a independência”, “o feijão”, “a mandioca”, “o boi”, “o milho” e a “arvore” para desenvolvimento dos centros.

A obra de Moura (1931, p. 13) foi recomendado pelos inspetores para que as docentes pudessem utilizá-lo como molde para o desenvolvimento dos centros de interesse nas Classes de Aperfeiçoamento e em suas escolas. Seu autor esclarecia que a proposta do livro não era de solucionar os problemas de todas as escolas, “apenas reveste aspectos de uma formula de ensino, em plena evolução, que convem melhorar dia a dia na prática, de accordo com provaveis oportunidades”.

Moura (1931) descreveu em seu manual o desenvolvimento de alguns centros que foram utilizados pelas docentes do modo como estava retratado, ou adaptados para as escolas em Sergipe. Na descrição o autor reproduziu as etapas do desenvolvimento de um centro de interesse de modo ativo, pontuando o processo de observação, associação e expressão (MOURA, 1931, P. 49-51):

A MANDIOCA

Observação. - Triturar ou ralar batatas, mandioca, milho verde, lançando a massa num vaso de agua clara. Deixa-lo em repouso. Decantar para retirar o amido depositado no fundo. *Associação em geral.* - Tuberculos industrialisaveis productores de polvilho. Mandioca commum, mandioca brava, polvilho doce, polvilho azedo; veneno da mandioca brava. Raspas, farinha, grude, pirão. Alimento do gado. *Associação no espaço.* - Manipeva e outras mandiocas, que resistem ás seccas do nordeste. *Associação no tempo:* - Lenda de Mani, donde, Mani-óca, isto é, casa de Mani. O uso da farinha pura, também chamada *dagua e de guerra*, entre praianos, é uma das sobrevivencias dos costumes indigenas. *Leitura fundamental.* Paginas do livro “João Pergunta” de Newton Craveiro, “Batatas, Mandiocas, Inhame e Cará” pagina 76 do livro “Palestras sobre Plantas” Cortes Brilhó, 1ª Edição. *Expressão abstracta oral:* - Aipim - no planalto paulista significa mandioca brava, ao passo que valle iguapense a palavra mandioca designa a especie sylveestre, e, aipim, comestivel. - Em Pernambuco - macachêra. *Expressão abstracta graphica:* *Cousas:* rama, raiz, folhas, cova, carpa, amilaceos, porco, boi, tatú, roedores, ralo, raspas, gomma, engommadeira, biscoito; - *qualidades:* arenósa, argillosa, resistente, feculenta, vemelha, branca, amarella, secca; - *acção:* plantar, cavar, arrancar, lavar, ralar, azedar, decantar, torrar. *Hygiene.* - Valor nutritivo da farinha de mandioca, da qual é

extrahido quasi todo o amido. *Technologia* - Amidi e iodo. *Determinismo*. - Só plantas providas de chlorophylla produzem amido. Do amido extrahe-se dextrina, substancia utilisavel na indistria de tecelagem, na tintura, nas confeitarias e panificações. *Material collegido*. - Mandioca, polvilho, iodo, gravuras.

O professor Helvécio de Andrade defendia que o método proposto por Decroly tinha baixo custo, pois o contato com a natureza e com espaços de vivência das crianças permitiria uma boa execução até em locais onde não houvesse grandes recursos pedagógicos. Assim, o Diretor Geral da Instrução Pública, assegurou que com o uso de qualquer objeto era possível realizar o centro de interesse, logo, os alunos partiriam para a “observação”, para a “análise” e para a “generalização” (SERGIPE. Relatório Anual, 1931, p. 12):

A cadeira é um objeto feito de madeira, palha, estofo... consta do assento, encosto, pés...; serve para nos sentarmos, escrever, jantar, conversar... Como objeto de arte lembra a marcenaria, de que fará uma idéia o menino oficina onde trabalham muitos homens, e dela tiram os meios de subsistência, de independência, de alegria e prazer de viver. A madeira de que se faz a cadeira leva a pensar nas varias especies de madeiras, madeiras fracas, madeiras fortes, ou de lei, abundante do Brasil, madeiras próprias para o ar (telhado), para a agua (pontes), para soalhos, fôrros, embarcações. E logo associa-se a idéa de comercio e industria, a navegação, e outros meios de comunicação e transporte. E muitas outras associações pode lembrar a observação, a analise de uma cadeira. È inexgotavel esse processo “Centro de interesse” pelas variedades de assuntos que oferece ao ensino ativo, real, proveitoso.

Decroly entendeu que para as crianças de todo o mundo o que mais lhe interessava era primeiramente ela mesma, tudo para a criança giraria em torno de si e para si. De acordo com Lourenço Filho (1978, p. 190), Decroly se inspirou em estudos da psicologia infantil, que caracterizava que nos primeiros anos a criança não tinha ainda noção do outro, o pensamento egocêntrico da criança que ele descreveu como: “[...] o mundo existe para explicá-la e para servi-la”. Após o conhecimento de si, a criança passava então a interessar-se pelo meio onde vive. No entanto, Decroly avaliava que esse meio, diante de sua extensão, deve ser apresentado com base da visão da criança, “[...] e abandonado, tanto quanto possível, o que não tinha reação próxima com sua vida”.

Moura (1931, p. 16) apontou, em seu manual, que as coisas mais comuns da vida possibilitariam para o mestre o desenvolvimento dos melhores centros de interesse, para as disposições dos educandos:

As festas tradicionaes e populares proporcionam outros tantos assumtos aproveitaveis. A propria historia do alumno constitui centro de interesse. As senas communs de sua vida cotidiana: o passeio a tarde, o caminho da escola, a hora da ração aos chos domesticos, o domingo de missa, o mercado municipal, etc.

Na Portaria nº 23, a Diretoria da Instrução Pública esclareceu que “Os assuntos de interesse local terão maior desenvolvimento onde convier. A Diretoria e o tecnico estão sempre pronto a fornecer os esclarecimentos precisos” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3574, 1932). Desta forma, as docentes deveriam estar atentas aos interesses dos alunos e as suas vivencias para a seleção do tema a ser utilizado em aula.

Na circular nº 8, lançada pela Diretoria da Instrução Pública, o diretor geral Hêlvécio de Andrade, esclareceu que, em Sergipe, o sistema do ensino ativo se desenvolvia não somente por centro de interesse, mas em conexão com a excursão, ou seja, pela descoberta do que despertava o interesse do educando (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5413, 1932):

Os novos processos da escola ativa culminam em dois pontos: “o cento de interesse”, que leva á globalização do ensino, e a “excursão” que põe as classes em contacto com o seu mundo exterior, na agricultura, nas artes, nas industrias, habilitando-as por um sem numero de noções utilissimas a conhecerem-se e a conhecer o seu meio e as suas necessidades. A Geografia, a Historia, o Calculo, a Expressão abstrata e concreta, tudo isso nesses dois eximios processos da escola ativa, se prende, liga, integra e concorre para a instrução globalizada das crianças.

Para Moura (1931, p. 18-19) as excursões escolares tinham uma importante finalidade para o desenvolvimento da prática de centros de interesse:

Da excursão escolar abre caminho para inumeros centros. Tantos são elles que difficultam a escolha. Nella o professor depara-se com ensejos, porém, de apanhar o aluno numa fase de interesse espontaneo. Involuntariamente o petiz mesmo vae optar pelo assumpto de sua preferencia, que também seja o da totalidade dos excursionistas.

Em vista disso, Decroly elaborou um programa de ideias onde associou as necessidades infantis, ao conhecimento do meio, propondo preparar a criança para as necessidades comuns da vida. Dubreucq (2010, p. 39) definiu que por meio deste:

A criança percebe dessa forma os laços de sua própria pessoa com os objetos que povoam seu meio natural (animais, plantas, minerais) e seu meio social (família, escola, cidade, sociedade). A comparação lhe permite identificar rapidamente as necessidades vitais das quais ela sofre pressão, quando sente fome, frio, medo, desejo de agir; a descoberta do mundo, que recomeça com cada criança, se ordena segundo as constantes universais da alimentação, do abrigo, da luta, da atividade. Essas “ideias básicas” são tão inelutáveis que elas percorrem os grandes desafios da sobrevivência biológica, da escala do mais humilde animal à cidade mais orgulhosa.

O centro de interesse, para Decroly, foi a melhor maneira de desenvolver a etapa da observação, considerada a base racional de todos os exercícios, pois, colocava a criança em contato direto com os objetos, os seres, os fenômenos e os acontecimentos, permitindo assim, por em ação as atividades mentais das crianças. A observação vinha seguida da associação, esta etapa “[...] supõe esforço do aluno, ajudado pelo mestre”, o educando analisaria diante da exposição sua própria experiência, permitindo assim uma atribuição de valor à abordagem. Por fim, o aluno chagaria a etapa da expressão. Neste estágio ocorreria a manifestação da reflexão, conforme Lourenço Filho (1978, p. 193-194):

A palavra, a escripta, o desenho, o trabalho manual, em geral, são formas de expressão, quando relacionadas com a idéa. Esta relação é imprescindível. O artefacto, com a narração, oral ou escripta, ou o desenho espontaneo - são formas de expressão quando, realmente e necessariamente, dêem corpo ao pensamento dos alunos.

No Grupo Escolar Severiano Cardoso, a diretora interina Maria Vitalina descreveu em relatório que as docentes daquela instituição acompanhavam as práticas ativas em torno dos centros de interesse, executando as três grandes fases do sistema Decroly (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1932, p. 1-2):

Todas estas professoras vêm mostrando esforço, bôa vontade pelo ensino. Já foram feitos diversos centros de interesse: do leite, da cana de assucar, do milho, do algodão, ultimamente da arvore. Começa-se os estudo da observação nas excursões, terminando na classe o estudo da associação e expressão abstrata e concreta. Na observação o aluno vê, pega, examina, indaga, compara desenvolve os sentidos e seus orgãos, no estudo do meio

em que vive. Se o centro de interesse é um vegetal, o aluno arranca uma planta, vê sua raiz, quebra o calice vê a casca, seiva, madeira e medula; divide as folhas e suas partes, flôres, frutos, sua utilidade e etc; preparo do solo, instrumentos, pragas, etc.

O centro de interesse de Decroly definia que todo o princípio ao qual ele formulou seu programa de ensino, tudo girava em torno dele, e por meio dele ocorreria o desenvolvimento útil aluno. Segundo Valdamarin (2010, p. 97) esses centros estavam divididos em duas grandes ideias:

A primeira concentração refere-se à criança e suas necessidades, discriminadas terminologicamente para os professores e para as crianças: Necessidade de alimentar-se (Tenho fome); Necessidade de lutar contra a intempérie (Tenho frio); Necessidade de defender-se dos perigos e inimigos (Tenho medo); Necessidades de atuar e trabalhar solidariamente, de divertir-se e de aprimorar-se (Tenho necessidade de atuar). O segundo círculo de concentração – a criança e seu meio – objetiva desenvolver as relações com os animais, as plantas, a terra, os astros, a família, a escola e a sociedade.

O programa escolar não abordou o conhecimento por matérias isoladas, mas por meio da globalização do ensino, juntamente com o uso dos centros de interesse, que Lourenço Filho (1978, p. 192) definiu como “um traço de união entre os diversos elementos do conteúdo”, é a ideia associativa dos eixos gerais de modo natural. Partindo de qualquer tema, ou de qualquer assunto, chegava-se a um centro, e por observação desse centro partia então para as conexões e para a expressão.

Segundo o inspetor Florival de Oliveira, defensor absoluto do método ativo, o ensino com o uso de centros de interesse era a instrução globalizada que permitia que a criança entendesse os propósitos de sua vida (SERGIPE. Termo de Florival de Oliveira, 1932, p. 2):

Falar em globalização, em centros de interesse – é falar em ensino que se não destina, apenas, a transmitir conhecimentos ao aluno a instruí-lo, senão, também, a fortalecer-lhe as faculdades naturais, a enfiar-las, de maneira a habilitá-lo a adquirir por seu próprio trabalho, os conhecimentos que seu intento, já esclarecido, lhe faz ver como mais úteis e apropriados aos fins à que se destina na vida.

Práticas com base no centro de interesse ocorreram na inauguração da Classe de Aperfeiçoamento da escola isolada do município de Itaporanga, onde o inspetor realizou algumas demonstrações de técnicas de ensino, que poderiam ser desenvolvidas pelas docentes

em suas escolas. Na reunião, o professor Alencar Cardoso realizou algumas experiências químicas, falando “detalhadamente, sobre os ‘centros de interesse’, ponto de partida de todo o ensino, os quais essa Diretoria tanto recomenda [...]” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 3583, 1932).

Por onde passavam, os inspetores e o assistente técnico, demonstravam como as docentes deveriam executar os centros de interesse. Em visita realizada a escola nº10, do povoado Mussuca, município de Laranjeiras, o inspetor geral José de Alencar desenvolveu uma apresentação de centro de interesse, do modo ao qual deveria ser copiado pelos demais docentes (SERGIPE. Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2):

Já disse em uma oportunidade, quando falava sobre metodos e processos da “escola nova” citando mestres, que o menino aprende melhor vendo, tocando. E assim fiz na escola varias lições objetivas, servindo-me de coleções que deixei as mãos da mestra para seguir as lições que ministrei. Com meu ganigrafo fiz varias formas geometricas, comparando-as com figuras planas que recortei em cartolina; com bandeirinhas das côres prismaticas fiz varias lições, combinando simultaneamente tintas de côres primarias para produzir côres secundarias. Linhas, angulos em metal, uma sacola com objetos para educação do tato foram objetos que também usei nas minhas lições.

Elias (2000, p. 71, grifo da autora) esclareceu que, segundo o sistema Decroly, o indivíduo era movido pelo interesse mesmo quando atinge a idade adulta, assim, “As tendências não se manifestam ao mesmo tempo; umas após as outras, vão determinando as atividades das crianças, sendo possível associá-las. Daqui a origem dos *centros de interesse*. O meio e outros fatores, como a capacidade de atenção, atitudes sensoriais e motrizes, exercem influência sobre a imitação”.

Para Dubreucq, no programa proposto por Decroly (2010, p. 39-40): “Qualquer tema apresenta aspectos científicos, econômicos, geográficos, históricos, literários, jurídicos que requerem a introdução de técnicas e de noções emprestadas das diversas áreas, sem que os seus laços jamais se percam de vista”.

O programa para o curso primário do Estado de Sergipe englobava esclarecimentos a respeito das práticas dos centros de interesse por meio das excursões que deveria ser

desenvolvidas com as crianças, assim como, o uso de projetos e diários infantis (SERGIPE. Programa para o Curso Primário, 1931, p. 9):

Nas excursões quantos “centros de interesse”? uma planta, um passaro, uma fonte, um corrego, a agua estagnada, fabricas, accidentes geographicos, quantos?.. “Os projectos” são outros tantos meios educativos de grande valor: (globulização). Os alumnos desejam construir, por exemplo, um navio, um avião, o que fôr, á sua escolha. O professor applaude a lembrança, auxilia, guia, facilita-lhes os meios, respeitando, porem a iniciativa e o trabalho. Adoptarão os professores ao lado desses processos de desenvolvimento, o uso dos “diarios infantis”. Induzirão as crianças a relatarem o que virem e observarem em casa, na rua, nos passeios, por escripto, naturalmente, como puderem. Em dia apropriado comentarão os “diarios”, aconselhando o escripto ou escriptores, guiando-lhe a intelligencia sem contrariar a sua espontaneidade. Os alumnos perderão o mêdo de emittir os seus juizos, ganharão confiança, terão individualidade.

As observações de objetos concretos, segundo o sistema Decroly, favoreciam para o desenvolvimento do interesse infantil. Em visita realizada a escola nº 13, o inspetor geral José de Alencar descreveu a prática da docente Oliette Fontes Filgueiras em sua explanação de centro de interesse (SERGIPE. Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1):

A preceptora desenvolvia, quando entrei na classe, um entro de interesse - o trigo, com certo metodo, revelando interesse pela lição que estava ilustrada com varios desenhos no quadro negro, um pouco de pão e fermento sobre a mesa. Ouvir varias lições feitas pela preceptora, notando algum aproveitamento nos alunos e metodo no transmitir as lições. O programa está sendo lido com proveito.

Eram apresentadas, dentro do sistema de Decroly, as três grandes fases dos centros de interesse: A observação, que parte do ensino intuitivo, e o uso das lições de coisas, era onde se formava a base racional de toda a ação. A criança não estava limitada somente ao contato com objetos, mas deveria entrar em contato direto com realidades e com ambientes, possibilitando assim, maior interesse pelas demais ações da aprendizagem propostas pelas atividades pedagógicas. É a substituição dos meios convencionais, por meios ativos. Na associação, a criança relaciona os espaços observados e os elementos recebidos com experiências próprias que lhe concedesse um valor pessoal, ou seja, por intermédio do auxílio do professor, o aluno conseguisse associar o observado com o meio ao qual estava inserido.

Por isso, se fazia necessário à apresentação de Centros de interesse que fossem ligados à realidade dos alunos (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 194):

Para ele, os exercícios de associação deveriam abranger quatro aspectos: 1) os que se refiram a objetos e fatos considerados do ponto de vista atual, mas longínquos; [...] assim o estudo da geografia, de uma geografia viva e interessante, não da decoração de listas de acidentes ou feitura mecânica de cartogramas; 2) os que refiram ao exame da matéria do ponto de vista temporal, permitindo a comparação do estado presente com o de nossos antepassados; são os exercícios de associação no tempo, ou seja, da história; [...] 3) os que se refiram às associações relativas à adequação do meio às necessidades do homem, às matérias-primas, sua utilização e aplicação industriais, serão as associações tecnológicas; 4) finalmente os que se refiram às questões da causa e efeito; as indagações de “por quê” e “como” irão assim importar aos hábitos de pensar dos alunos.

Na terceira fase, a expressão, segundo Decroly, era o momento em que a criança tinha a possibilidade de manifestar o pensamento criado por meio das fases anteriores. A manifestação poderia acontecer por meio de qualquer modo de expressão, seja ela por meio de escrita, da oralidade, corporal, iconográfica, trabalhos manuais, entre outros (LOURENÇO FILHO, 1978).

Em relatório encaminhado a Diretoria Geral da Instrução o diretor do Grupo Escolar General Siqueira, Dr. Acrísio Cruz, expôs que as aulas que eram desenvolvidas em torno de centros de interesse tinham o horário dividido em quatro tempos (SERGIPE. Relatório da Diretoria do Grupo Escolar General Siqueira, 1932, p. 4):

Quem quiser fazer por outra forma não obedecerá ao horário, salvo em se tratando de outras completas em torno de um centro de interesse, conforme foi estabelecido para as classes experimentais, que tiveram de dividir o horário por 4 tempo: Observação, associação no tempo e no espaço, cálculo ou medida, expressão abstrata e concreta. Foi assim que se desenvolveu a classe experimental deste estabelecimento, guiada pelo Auxiliar Técnico da Instrução, seguindo as outras classes as regras aconselhadas ali.

A proposta decrolyana influenciou fortemente as bases do movimento da Pedagogia Renovada ou movimento da Escola Nova, como ficou conhecida no Brasil, principalmente no início do século XX. Ao adentrar em prática nas instituições escolares brasileiras, a pedagogia de Decroly apresentou modificações consideráveis, ou seja, adaptações do meio. Para Elias (2000, p. 68):

O método Decroly acentua a idéia de caráter global da vida anímica, à qual acomoda também seus centros de interesse e de idéias associadas. Rompendo com a rigidez do programa escolar, ele antecipa as noções de *interdisciplinaridade* ao mostrar que um conhecimento evoca outro, ao sugerir a necessidade de buscar a *unidade do saber*, canalizar a imaginação e a criatividade infantis para um aprendizado no qual venham a ocorrer o imprevisto, a ocasião, a atualidade, cada um dando uma parcela para a formação do conhecimento único, indivisível. Aponta uma nova atitude em educação, em que a ação e o trabalho ativo estão impregnados pela observação e análises que a criança faz do que observa e documenta.

O inspetor José de Alencar Cardoso apresentou as atividades da docente Maria Gertrudes Lemos Torres, e considerou suas práticas “perfeitas”, com o uso correto do sistema Decroly. O intuito era de fazer com que as professoras desenvolvessem o ensino com o uso do método ativo, por meio de demonstrações de objetos e gravuras, e não somente com o uso dos livros. Assim, o inspetor descreveu em termo de visita que (SERGIPE. Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1932, p. 1-2):

Ao entrar na escola, a professora desenvolvia na classe o centro de interesse – “a seda”, tendo no quadro negro desenhos de um casulo, uma folha de amoreira, um bicho da seda e uma falena que ilustravam a lição. Em outro quadro uma lição analítica com desenhos de uma cesta, uma bola, um dado, uma faca e um gato. A preceptora fazia as lições com todos os preceitos pedagógicos. A expressão concreta do centro de interesse estudado estava perfeita. A mestra demonstrou, com as lições que fazia, interesse pela sua escola e as alunas revelavam aproveitamento. Estavam apostas nas paredes dois centros de interesse- o côco e a pesca, trabalhos perfeitíssimas, dignas da apreciação de quem se interesse pelos problemas do ensino.

A professora Maria Gertrudes era frequentadora da Classe de Aperfeiçoamento do Grupo Escolar General Siqueira, seu nome e de outras docentes apareceram na lista de presença, apresentada em ofício pela Diretoria do grupo, de uma das aulas das Classes de Aperfeiçoamento. No comunicado foi apresentado “[...] a assistencia da classe experimental, nos ultimos dias, pelas professoras dd. Maria Gertrudes Lemos Torres, Eulina Teles Menezes, Adelina Lobão de Andrade, Joemelicia Calvacante Menezes, Adelia Smith Firgo, Maria das Dores Barros, Maria da Conceição Mendonça e Ana Pinto Baião [...]” a diretoria do grupo comunica ainda a presença da professora “Alzira Ferreira da Silva” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5434, 1932). Poucas foram as vezes que as responsáveis pelas Classes

comunicaram a frequência das demais docentes, das escolas vizinhas, a Diretoria da Instrução Primária.

A Diretoria do grupo General Siqueira, em Relatório Anual, comunicou a Diretoria da Instrução Pública até mesmo às docentes que não compareceram a Classe de Aperfeiçoamento daquele grupo durante seu período de funcionamento (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar General Siqueira, 1932, p. 3):

Esteve a cargo da professora do 4º ano, e a seus têmeas assistiram os Inspectores do Ensino do 2º e 3º distrito, as demais professoras das outras classes do Grupo e quasi todas do Municipio da Capital e algumas de outros municipios, conforme as comunicações feitas em tempo. Pra melhor esclarecimento, informo que do municipio da capital só 4 professoras não compareceram a nossa classe experimental: a do Porto Grande, a dos Olhos d'Agua, e duas do Bairro “Siqueira Campos”.

Em relatório, a diretoria do Grupo Escolar Fausto Cardoso comunicou a Diretoria da Instrução que docentes e alunos daquele município e das redondezas visitaram a classe daquele grupo (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Fausto Cardoso, 1932, p. 2-3):

Todas as professôras deste municipio têm assistido as lições assim como os alunos. É uma aproveitavel medida de ensino moderno, pois que, desta maneira as professôras dos povoados ficarão familiarizados com os processos da escola nova, podendo cada transmitir nos seus alunos o resultado das observações dando a amplitude que o seu gosto e preparo determinarem.

No Grupo Escolar Fausto Cardoso também houve justificativa da ausência de docentes daquele município. A diretoria do grupo comunicou, por meio de ofício, que havia sido instalada uma nova Classe, sob a responsabilidade da professora Agnor Hora Fonseca, “dando a 1ª aula, que deixaram de comparecer por causa justificada, as professoras dd. Felisbela de Souza Góis e Julia Etelvina Soares” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5486, 1932). Estando assim, as demais docentes dos municípios vizinhos presentes nas ações desenvolvidas na Classe daquele grupo.

As docentes que frequentaram as Classes também se comunicaram diretamente com a Diretoria da Instrução, por meio de ofícios. As professoras Joana Reis Amaral e Josefina

Nogueira comunicaram suas visitas ao Grupo Escolar Severiano Cardoso: a primeira no mês de setembro e a segunda no mês de outubro de 1932. Ambas estavam sobre a ordenação do inspetor Florival de Oliveira, que era incessante quanto à participação das docentes nas Classes. A professora Josefina enviou em ofício “comunicando sua presença às aulas da classe experimental duas vezes mensal [...] por determinação do sr. inspetor do ensino, dr. Florival de Oliveira” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5509, 1932).

Também sobre a determinação do inspetor Florival de Oliveira as professoras Laura Sales e Ivete Branco visitaram a Classe de Aperfeiçoamento do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, as duas realizaram a visita no mês de setembro de 1932. A professora Ivete comunicou a Diretoria da Instrução a realização de centros de interesse nas aulas através das “lições globalizadas” e disse “ser assídua á classe experimental do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, conforme ordens baixadas pelo sr. inspetor do ensino, dr. Florival de Oliveira” (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5487, 1932).

Da mesma maneira, a professora Maria Marieta Mantalvão comunicou a Diretoria da Instrução que visitou a classe do Grupo Escolar Fausto Cardoso sobre a ordenação do inspetor Florival (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5494, 1932). Essas informações prestadas por meio de ofício eram espontâneas, não havia nenhuma norma que determinasse que as docentes tivessem que comunicar a Diretoria da Instrução suas visitas as Classes de Aperfeiçoamento, mesmo assim, elas faziam esse contato com a Diretoria para que esta tivesse conhecimento de suas ações e do cumprimento de prescrições dos inspetores do ensino.

4.4. Desenlace: saem às modelos, ficam as práticas

Algumas docentes afirmaram que, anteriormente a implementação das Classes de Aperfeiçoamento, já desenvolvia a prática do ensino ativo em suas escolas. Isso pode ser assegurado quando nas escolhas das docentes, que foram nomeadas para apresentarem a prática do ensino ativo nos grupos escolares e nas escolas isoladas, estas foram selecionadas exatamente por compreenderem a aplicação dos centros de interesse, previstas no

regulamento de 1931 (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, 1932, p. 2):

Desde o início do ano letivo que vem sendo posto em prática o novo método de ensino da escola ativa, por meio de centros de interesse, conforme as determinações que deixou ao professorado o consultor técnico, quando em visita a este Grupo, tendo ministrado ao mesmo uma lição substancial e circunstanciada sobre os processos de ensino da escola ativa, embora ainda não tivesse sido instalada a classe experimental.

A proposta da classe era propagar a prática do ensino ativo intuitivo analítico, com o uso dos centros de interesse, por todo o Estado sergipano, não foi definido por quanto tempo deveria ser sua atuação, porém suas atividades não tiveram um longo período. Ainda assim, não houve uma documentação ou normativa que tenha definido o encerramento de suas funções, o que se percebeu foi a prática da proposta que as Classes traziam para o ensino em Sergipe, e não mais a existência das Classes no Estado.

No relatório enviado a Diretoria da Instrução Pública, o diretor do Grupo Escolar General Siqueira, professor Acrísio Cruz, comunicou que após o encerramento da Classe de Aperfeiçoamento, ela passou a funcionar em todo o grupo de acordo com a concepção das docentes de cada classe (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar General Siqueira, 1932, p. 4-5):

Suspensos os trabalhos diários da classe experimental, passou ela, como as demais, a desenvolver os Centros de interesse, uma ou mais vezes por semana, conforme o melhor juízo das mestras, de acordo com esta Diretoria. O ensino por meio de centros de interesse vai demonstrando ser de grande utilidade para a escola, porque imprime muita atividade aos alunos e maior cuidado às mestras. Depende, porém da prática como trabalho experimental que é, afim de que vá progredindo na medida do possível, adotados os temas mais simples, mais variados, mais em frente aos alunos, para melhor compreensão das classes. Aqui adotamos e desenvolvemos: a árvore, a casa, a água, a vaca, o algodão, o café, os meios de transporte, a borracha, o milho, o cacau, a cana de açúcar etc., fugindo quando possível das coisas abstratas e de tudo que nos pareça destinado a estudos mais elevados. Os albuns de estampas interessaram muito aos alunos.

Assim, cada instituição começou a expandir a técnica de ensino ativo intuitivo analítico de acordo com o que considerada melhor para o processo de aprendizagem dos alunos, por meio da prática ativa dos centros de interesse. A disseminação dos centros em

todas as classes também foi comunicada pela diretoria do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, por meio de relatório, a professora Maria Amelia Fontes, esclareceu que (SERGIPE. Relatório da Diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, 1932, p. 5):

As docentes do 1º, 2º e 4º ano, seguindo o exemplo de sua colega do 3º ano, têm envidado esforços afim de seguirem, com obediência, as determinações dessa Diretoria. E assim, sem descuido do programa que é observado pelo método das lições globalizadas, trata a professora do 1º ano de falar aos seus alunos sobre - a uva - tomada como tema de “centro de interesse”; no 2º ano, a professora que lê, falando sobre a cultura da cana-de-assucar; e no 4º ano, á altura da compreensão das crianças, a mestra discorre sobre -a abelha - na industria. Todas as classe já têm os seus quadros e mapas feitos de acordo com o “Centro de interesse” desenvolvido.

Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública, professor Helvécio de Andrade, as Classes eram para representação temporária, algo que propagasse o processo ativo, e conscientizasse as docentes a respeito do uso dos centros de interesse. No levantamento apresentado a respeito da quarta reunião de professores, realizada em 25 de junho de 1932, o diretor esclareceu que (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5425, 1932):

As classes experimentais fundadas nos Grupos da Capital e em Laranjeiras, S. Cristovão, Itaporanga, Itabaiana, já apresentam resultados animadores, que serão tanto maiores quanto mais apurados o zelo e o interesse dos professores. Essas classes são criações provisórias destinadas a facilitar a generalização do sistema decroliano, o melhor até hoje imaginado. Não é de mais repetir que para “centros de interesse” devem ser preferidos os casos que melhor traduzam as necessidades da criança e do seu meio: A alimentação, vestuário, defesa sanitária, trabalhos regionais, etc. Prossigamos certos de vencer os óbices que a escassez de certos recursos nos opõe, elevando o nome de Sergipe o nosso próprio nome. Esses óbices são inumeros e pesados, mas não resistirão a um conjunto forte de vontade decididas.

A prática do uso dos centros de interesse, de acordo com as necessidades de cada escola, foi adotada até que a Diretoria da Instrução Pública entendeu que era preciso reforçar como deveria ser a aplicação do método. Considerando que os esclarecimentos sobre o seu uso já haviam sido expostos no Programa do Ensino Primário (1931) e no Regulamento da Instrução Pública (1931).

A Diretoria compreendeu ainda que, todas as professoras do Estado já teriam tomado conhecimento da ação do ensino ativo intuitivo analítico, mediante uso dos centros de

interesse, junto as Classes de Aperfeiçoamento, e que sua realização dependia somente da dedicação das docentes. Assim, foi lançada a Circular de nº 6, de 07 de junho de 1933, onde estabelecia que todas as docentes desenvolvessem em suas escolas ou classes, ao menos uma vez ao mês, um centro de interesse, e que fosse encaminhada a Diretoria da Instrução uma nota de sua execução (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5699, 1933):

Iniciamos em 1931 a pratica de processos que ilustram a escola ativa, aqueles que sem maior dificuldades de meios podiam e podem e devem ser observados nas escolas publicas rurais e urbanas. O ano passado registramos certa atividade promissora na pratica dos centros de interesse, excursões, diarios infantis, trabalhos de projetos etc. Observa-se, este ano o contrario; vão diminuindo sensivelmente os esforços do professorado no sentido de cada vez mais incentivar e aperfeiçoar a escola ativa, atestando essa frouxidão de vontade e de legitimo interesse que é talvez o maior embaraço ao progresso social e moral do Estado, senão do Brasil. É preciso mudar de rumo. [...] Aos professores determino enviem á Secretaria da Instrução Publica, mensalmente, com o boletim mensal, nota do que fizeram no mês findo em observancia aos ditos processos, tomando por norma em centro de interesse e uma excursão, pelo menos, em cada mês.

Foi possível perceber que partindo dessa nova normativa, que o propósito da Diretoria da Instrução Pública não era mais a confirmação da presença das docentes as Classes de Aperfeiçoamento, mas, a constatação do uso dos centros de interesse observados na prática nas Classes que estiveram em atuação.

No ano de 1933, já pode ser visto a prática dos centros de interesse nas escolas, de modo mensal, segundo os relatos dos inspetores. Em visita a escola nº 9, do município de São Cristovão, povoado Colonia dos Pintos, o inspetor do Ensino Jose de Alencar Cardoso registrou o centro utilizado pela docente (SERGIPE. Termo de Inspeção de José de Alencar Cardoso, 1933, p. 1-2):

Indaguei da jovem preceptora pelo centro de interesse deste mês e ela me respondeu: um sapo entrando na sala de aula prendeu a atenção das meninas que olharam curiosamente o batraquiao - foi o assunto do centro de Abril. O acaso oferecera á preceptora oportunidades para uma bela lição! Luiz saber como a desenvolveu ela; se além das anuras falara das outras sub-classes de batraquias; se apontou os mais ageis nadadores - as rãs; as mais terrestres - as salamandras; se falára ás creanças sobre a respiração por branquias quando jovem e por pulmais, depois da metamorfose: se os pequenos ficaram sabendo da utilidade das batraquios, servindo ao homem na destruição dos insetos que devoram as varas. Fiquei satisfeito. Os alunos

fazem colhetas de insetos nas margens do Paramopama, que corre ao pé da escola, e são classificados e conservados pela inteligente professora.

Porem, mesmo com a implementação e execução das Classes de Aperfeiçoamento o ensino ativo intuitivo analítico não esteve atuante em todo o estado sergipano, como desejava a Instrução Pública. Foi preciso que a Diretoria emitisse a Circular nº12, em 22 de julho de 1932, que alertassem as docentes a respeito de suas práticas (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5443, 1932):

[...] segundo relata o sr. Inspetor Geral, algumas escolas da Capital, cujos trabalhos escolares, na parte literaria, desenvolvem-se promissoriamente, têm-se descuidado um pouco da parte exigida pela escola ativa e que se designa pelo titulo - trabalhos em colaboração -, colocando-se em condições inferiores á muitas do interior. Chamo a atenção das respectivas serventurias para o fato, esperando que retomem a rota iniciada o ano passado.

Partindo então do que foi solicitado pela Diretoria da Instrução Pública sergipana, as docentes passaram a comunicar as realizações dos centros de interesse em suas escolas, assim como nos grupos escolares.

Quadro 08 – Relação do uso dos Centros de Interesse no ensino em Sergipe (1933)

Primeiro Distrito		
Município	Escola/Grupo	Nº de Centros utilizados
Capital	Grupo Escolar General Siqueira	01
	Grupo Escolar General Valadão	-
	Grupo Escolar Barão de Maruim	02
	Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz	-
	Grupo Escolar José Augusto Ferraz	01
	Escola noturna (Anexa Esc. Normal) - Rosilda da Rocha Teixeira	-
	Escola noturna (Anexa G. Valadão) - Andréa Quaranta	-
	Escola noturna (Anexa G. Mas. Luiz) - Lucia Lacerda Dantas	-
	Escola noturna (Anexa G. A. Ferraz) Edite de Matos Hora	-
	Oratório D. Bosco - Laura Ferreira da Silva	-
	Santa Isabel - Claudelina Mota	04
	Santo Antônio - Ruth Dias Teles	-
	Aracajuzinho - Maria Santos	01
	Carro Quebrado - Elisa Fonsêca Santos	01
	Bairro "Siqueira Campos" - Julia Cana Brasil e Silva	03
	Bairro "Siqueira Campos" - Rosalva Brito	03
	Bairro "Siqueira Campos" - Jair Dantas de Lima	02

	Barra dos Coqueiros - Aliete Fontes Filgueiras	02
	Barra dos Coqueiros - Maria Gertrudes Lemos Torres	01
	Atalaia - Maria Lúcia Gama e Silva	02
	Barreta - Idalia Mota	05
	Saco - Laurícia Alvares de Azevedo Perrucho	02
	Olhos Dagua - Maria Avila Lima	03
	Porto Grande - Felicia Machado Souza	-
	Avenida 24 de Outubro - Maria Gonçalves de Melo	01
	Santa Isabel - Alice Maciel	-
	Praia 13 de Julho - Olimpia Guimarães Nogueira	04
	Escola de aplicação - Maria Dulce Monteiro da Rocha	-
	Rua D. Quirino - Odete de Melo Queiroz	04
	Jabotiana - Eunice Nunes da Silva	04
	Escola Noturna - Melania Silveira Dantas	-
	Bairro Siqueira Campos - Maria de Menezes Garcia	03
	Bairro Joaquim Tavora - Elze Luz Bispo	02
	Barra dos Coqueiros - Flora Arcieri	05
	Gragerú - Hilda Sobral de Faria	02
	<hr/>	
Itaporanga	Nº 1 Itaporanga - Valdice Alves de Oliveira	06
	Nº 2 Itaporanga - Ana Matos Cardoso	04
	Nº 3 Itaporanga - Fausta de Mendonça Viana	05
	Nº 4 Rio Branco - Ana Meneses Torres	03
	Nº 5 Tinga 169 Maria Palmira Cruz e Freitas	01
	Nº 6 Campos - Raquel Rios de Lima	02
	Nº 7 Sapé - Cecília Vasconcelos Lima	05
	Nº 8 Agua Bonita - Jardelina Bastos Costa	02
	Nº 9 Colegio - Helena Guimarães Nogueira	03
	Nº 10 Ladeira da Costa - Maria Conceição Barreto	04
	<hr/>	
Laranjeiras	Nº 1 Laranjeiras - Honorina Florencia da Costa Melo	05
	Nº 2 Laranjeiras - Safira Margarida da Cruz	-
	Nº 3 Laranjeiras - Maria Cicera Costa	04
	Nº 4 Laranjeiras - Antonia Dias Lima Nascimento	03
	Nº 5 Laranjeiras - Maria Delzuita de Figueirêdo	03
	Nº 6 Laranjeiras - Maria José Maia	02
	Nº 7 Machado - America Dantas de Menezes	04
	Nº 8 Comendaroba - Maria Pureza da Silva	01
	Nº 9 Pedra Branca - Maria Zelia Alvares de Azevedo	01
	Nº 10 Mussuca - Maria José Batista Santos	03
	Nº 11 Manilha - Hemeteria Campos	-
	Nº 12 Pedrinhas - Cristofina Palmira Oliveira Leite	02
	<hr/>	
S. Cristovão	Grupo Escolar Vigário Barroso	01
	Nº 1 Pedreiras - Maria Lucia Gomes da Silva	01
	Nº 2 Pedrinhas - Dalila Siqueira de Almeida	04

	Nº 3 Escurial - Gracinda Barroso Alves	04
	Nº 4 Mosqueiro - Luciana Santos	02
	Nº 5 Robalo - Cecília Vasconcelos Lima	04
	Nº 6 Miranda - Jeomelicia Prado Lobão	05
	Nº 7 Areia Branca - Laudelina de Andrade Lima	-
	Nº 8 Cida - Marcionila Silva	03
	Nº 9 Colônia dos Pintos - Maria Paiva Monteiro	05
	Nº 10 Cardoso - Estefania Alves Madureira	03
	Escolas Reunidas Dr. José Freire da Costa Pinto	05
	Nº 1 Taboca - Maria de Lourdes Carmelo	04
	Nº 2 Oiteiros - Odissé Brito Manguera	-
	Nº 3 Taiçoca de Fora - Isilina Vasconcelos	05
Socorro	Nº 4 Sobrado - Josefa de Santana	02
	Nº 5 Taiçoca de dentro - Pureza Vasconcelos	05
	Nº 6 Calumbi - Adolfina Ferreira Alves	04
	Nº 7 Ibura - Adalbertina Santos	04
	Nº 8 Porto Grande - Crisantina Guimarães Fernandes	05
Segundo Distrito		
Município	Escola/Grupo	Nº de Centros
	Nº 1 Campo do Brito - Josefa Olinda de Oliveira	06
	Nº 2 Campo do Brito - Maria Ana Sandes	04
	Nº 3 Folheira - Maria de Lourdes Costa Franco	05
	Nº 4 Gameleira - Diva da Costa Ramos	04
Campo do Brito	Nº 5 Pedra Mole - Maria Teles Dantas	-
	Nº 6 Pinhão - Maria Regina de Oliveira	-
	Nº 7 Macambira - Lindaura Teixeira Dantas	-
	Nº 8 Macambira - Carmelita Pinho de Menezes	01
	Nº 9 Catinga Redonda - Alda Piassá Fernandes	03
	Grupo Escolar Coelho e Campos	04
	Nº 1 Pedras - Maria Regina Conceição Santos	04
	Nº 2 Tramandaí - Regina Oliveira Ribeiro	03
Capela	Nº 3 Tabuleiro - Eutalia Couto	04
	Nº 4 Angels - Maria Benigna Santos	03
	Nº 5 Cruz do Congo - Maria Alda de Souza	-
	Nº 6 Miranda - Amerina Esteves da Silveira	01
Carmo	Nº 1 Carmo - Elizabeth Menezes	04
	Nº 2 Carmo - Adalzina de Oliveira Souza	03
	Nº 1 Divina Pastora - Rosa Lima Santos	03
	Nº 2 Divina Pastora - Julia Dantas de Melo	-
Divina Pastora	Nº 3 Santa Rosa - Aloisia dos Santos Lima	04
	Nº 4 Santa Rosa - Carmen Stela de Mendonça	04
	Nº 5 Saco do Bonfim - Natália Macêdo Rocha	02
	Nº 6 Cana Brava - Celina Teles de Souza	-

Japaratuba	Nº 1 Japaratuba -Maria Julia Cabral Matos	04
	Nº 2 Japaratuba - Lutigard Lima de Almeida	05
	Nº 3 Japaratuba - Humbertina Barbosa	05
	Nº 4 Maribondo - Dalila Côrtes Rolemberg	04
	Nº 5 Pirambú - Berenice Antunes de Azevedo	-
	Nº 6 Badajós - Zilda Teles Dantas	02
	Nº 7 São José da Caatinga - Arlinda Tavares	04
	Nº 8 Aguilhada - Graciene Fernandes Barbosa	02
Maroim	Nº 1 Maroim - Laura da Silva Sales	01
	Nº 2 Maroim - Aurora Fontes de Oliveira	04
	Nº 3 Maroim - Maria das Dores de Barros	01
	Nº 4 Maroim - Mirena Barbosa Madureira	-
	Nº 5 Maroim - Ana Pintor Baião	01
	Nº 6 Maroim – Eremita de Almeida Santos	-
	Nº 7 Caetetá - Maria Edelzuita Alves	02
	Nº 8 Oiteiros - Perpedigna Cavalcanti Menezes	03
	Nº 9 Mata - Odelina de Almeida Quaranta	02
	Nº 10 Guimardia - Amelia de Assis Andrade	02
	Nº 11 Maroim - Adélia Smith Firpo	04
Riachuelo	Nº 1 Riachuelo - Francisca Rocha Teixeira	-
	Nº 2 Riachuelo - Maria da Graça Nascimento	01
	Nº 3 Riachuelo- Elvira Almeida	01
	Nº 4 Riachuelo - Fidelina Santos	01
	Nº 5 Malhador - Maria Fontes de Carvalho	05
	Nº 6 Roque Medes - Julia Teles da Costa	01
	Nº 7 Sítio do Meio - Maria Senhorinha Madureira	03
	Nº 8 Areia Branca - Dejanira Simões Batalha	02
	Nº 9 Malhador - Maria de Lurdes Matos	01
Rosario	Grupo escolar Senador Leandro Maciel	03
	Nº 1 Marcação - Leonôr Costa	01
	Nº 2 Marcação - Elodi Fontes de Carvalho	04
	Nº 3 Aguarda - Maria José da Conceição	03
	Nº 4 Pedro Gonçalves - Alipia de Oliveira Cardoso	03
	Nº 5 Lages - Maria de Lourdes Moura	01
	Nº 6 Santo André - Valtrudes de Macêdo Rocha	03
Santo Amaro	Escola Reunida Espiridião Monteiro	01
	Nº 1 Curral do Meio - Maria da Pureza Andrade Conrado	-
	Nº 2 Planta - Amalia de Assis Oliveira	02
	Nº 3 Areias -Elisabeth Virgens	02
	Nº 4 Flexeiras - Maria Campos	-
Nº 5 Aldeia - Zilda Menezes Garcia	03	
Siriri	Nº 1 Siriri -Maria Isabel Sandes	05
	Nº 2 Siriri - Maria de Oliveira Alves	-

	Nº 3 Itaperoá - Maria da Conceição Mélo	04
	Nº 4 Fazendinha - Inês Costa Santos	05
	Nº 5 Tabuleiro Largo - Iralina Almeida Alves	03
	Nº 6 Lagôa Grande - Daria Pires de Mendonça	-
	Nº 7 Mata do Cipó - Olivia Franklin	-
Terceiro Distrito		
Município	Escola/Grupo	Nº de Centros
Anapolis	Grupo Escolar Fausto Cardoso	03
	Nº 1 Bomfim - Rita de Oliveira	03
	Nº 2 Caraíbas - Felisbela Souza Góis	04
	Nº 3 Bom Sucesso - Julia Etelvina Soares	04
	Nº 4 Jaqueira - Mariana Ribeiro Silva	03
	Nº 5 Apertado de Pedras - Risoleta Leite de Andrade	03
	Nº 6 Anápolis - Maria Marieta Montalvão	04
	Nº 7 Triunfo - Maria Rodrigues Santos	02
Arauaá	Nº 1 Arauaá - Zelia Araujo Vieira e Silva	05
	Nº 2 Pedrinhas - Idalice Gomes de Moura	04
	Nº 3 Arauaá - Estér Lopes da Silva	04
Buquim	Grupo escolar Severiano Cardoso	04
	Nº 1 Miguel dos Anjos - Francisca Barreto Brito	03
	Nº 2 Cabeça Dantas - Joana Reis Amaral	02
Campos	Nº 1 Campos - Ester de Lemos Mato	01
	Nº 2 Campos - Maria Cerina de Lima	01
	Nº 3 Campos - Antenor Etelvina de Barros	-
	Nº 4 Campos - Maria dos Anjos Neri Dias	02
	Nº 5 Poço Verde - Anamira Oliveira Cesar	05
	Nº 6 Jabeberi - Maria Pureza Monte Freire	02
	Nº 7 Igreja Nova - Maria Alvina de Oliveira	02
Espirito Santo	Nº 1 Espírito Santo - Edvirges Mendonça da Cruz	02
	Nº 2 Espírito Santo - Edeltrudes dos Santos Silva	04
Estancia	Grupo Escolar Gumerindo Bessa	02
	Nº 1 Botequim - Laura Sales	-
	Nº 2 Bonfim - Ivete de Andrade Branco	-
	Nº 3 Santa Cruz - Márcia Monte Alegre	02
	Nº 4 Saco do Rio Real - Raquel Mendonça Santos	01
	Nº 5 Bomfim - Zulmira de Azevêdo Gomes	04
	Nº 6 Caminho do Porto - Ofensia da Silveira Soares	03
Itabaiana	Nº 1 Itabaiana - Isabel Esteves de Freitas	03
	Nº 2 Itabaiana - Maria José Maia	02
	Nº 3 Itabaiana - Marieta Machado	03
	Nº 4 Itabaiana - Maria da Glória Ferreira	02
	Nº 5 Terra Vermelha - Senhorinha Pais Madureira	01
	Nº 6 Saco do Ribeiro - Auta Almeida Mélo	02

	Nº 7 Saco do Ribeiro - Josefa Valdice de Carvalho	02
	Nº 8 Serra - Edith Dias de Oliveira	03
	Nº 9 Gandú - Maria Lima Santos	02
	Nº 10 Capunga - Maria Tavares Menezes	01
	Nº 11 Moita - Lourdes Oliveira Maciel	02
	Nº 12 Matapoan - Alaide Pinheiro	02
	Nº 13 Bom Jardim - Laura Santos	-
	Nº 14 Santa Cruz - Josefa Lima Sotero	02
Itabaianinha	Nº 1 Itabaianinha - Laura Belanisa Cardoso	03
	Nº 2 Itabaianinha - Maria Catarina Mendes de Oliveira	03
	Nº 3 Gerú - Helena Cardoso Daltro	-
Lagarto	Grupo escolar Silvio Romero	02
	Nº 1 brejo - Zulnara Moura Ribeiro	03
	Nº 2 Santo Antônio - Otacilia Teles de Andrade	-
	Nº 3 Coqueiros - Eremita Antero de Araujo	03
	Nº 4 Olhos Dagua - Edith Vinhas	04
	Nº 5 Catita - Maria Julita Montalvão	04
	Nº 6 Urubutinga - Advance de Oliveira Rosa	04
	Nº 7 tanque - Maria de Lourdes Prado Cruz	03
Riachão	Nº 1 Riachão - Etelvina Pinto de Melo	02
	Nº 2 Riachão - Francisca Alves Dantas	02
	Nº 3 Bonfim - Ester Menezes de Santana	-
	Nº 4 Volta - Julia de Araujo Oliveira	04
	Nº 5 Palmares - Angelina Felizola Macaroni	04
	Nº 6 Currálinho - Rosa Pereira Menezes	04
	Nº 7 Tanque Novo - Mariana de Souza Ramos	01
Salgado	Nº 1 Salgado - Celina da Rocha Teixeira	-
	Nº 2 Salgado - Maria Gonçalves Soares de Andrade	02
	Nº 3 Agua Fria - Maria José de Oliveira	01
	Nº 4 Marcelina - Joelina de Almeida Xavier	-
Santa Luzia	Nº 1 Santa Luzia - Castalia Monteiro da Silva	-
	Nº 2 Santa Luzia - Antonia de Carvalho Silva	-
São Paulo	Nº 1 São Paulo - Laura de Mêlo Dantas	04
	Nº 2 São Paulo - Elisa Julia da Paixão	03
	Nº 3 São Paulo - Mirena Pereira de Moraes	02
	Nº 4 Carira - Guiomar Teles Soares	02
	Nº 5 Alagadiço - Maria Esmeralda Bastos	03
	Nº 6 Santa Cruz - Marieta Silva	04
	Nº 7 Mucambo - Albertina Nole	-
	Nº 8 Altos Verdes - Antonina Dantas Lima	03
Vila Cristina	Nº 1 Vila Cristina - Laura Alves de Almeida	01
	Nº 2 Vila Cristina - Isabel Palmira dos Reis	01
	Nº 3 Umbaúba - Aurora Santos	-

Quarto Distrito		
Município	Escola/Grupo	Nº de Centros
Aquidabã	Nº 1 Aquidabã - Floripes Oliveira Dantas	03
	Nº 2 Aquidabã - Dulcinéa Leite Santos	03
	Nº 3 Tamanduá - Raquel Benvinda da Silva	01
	Nº 4 Paraguai - Francisca Sampaio	03
	Nº 5 Poçozinho - Maria Soledade de Oliveira	-
Cedro	Nº 1 Cedro - Emília Teles dos Santos	02
	Nº 2 Cedro - Estêr de Souza Nobrega	03
	Nº 3 Malhada dos Bois - Argentina de Siqueira Matos	-
	Nº 4 Poço dos Bois - Corina Carlos	02
	Nº 5 Jacaré - Maria Figuerêdo Guimarães	03
Gararú	Nº 1 Gararú - Maria da Conceição Menezes	-
	Nº 2 Gararu - Adelaide Benteumiller de S. Albuquerque	01
	Nº 3 Providencia - Maria da Conceição Morais	-
Jaboatão	Nº 1 Jaboatão - Maria Eurídice Guimarães	-
	Nº 2 Jaboatão - Maria da Conceição Campos	02
	Nº 3 Espinheiro - Maria Pureza de Santana	03
	Nº 4 Poxim - Maria Rosa Gomes	-
	Nº 5 Fazenda Nova - Maria da Pureza Nunes	03
	Nº 6 Pacatuba - Maria da Gloria Barros	07
	Nº 7 Pacatuba - Dalva Freire de Oliveira	03
Muribeca	Nº 1 Muribeca - Hídalía Franklin	-
	Nº 2 Muribeca - Clara Medeiros	03
N. S. da Gloria	Nº 1 Nossa Senhora da Glória - Maria Rosa Fontes Feitosa	02
	Nº 2 Nossa Senhora da Glória - Maria das Dores	-
	Nº 3 Monte Alegre - Francisca Rebouças Chaves	-
N. S. das Dores	Nº 1 Nossa Senhora das Dores - Maria Hosana de Azevêdo	02
	Nº 2 Nossa Senhora das Dores - Dalva de Almeida Cunha	02
	Nº 3 Nossa Senhora das Dores - Josefa de Santana	01
	Nº 4 Caribe - Ana Ferreira dos Santos	-
	Nº 5 Volta - Maria da Gloria Santos	03
	Nº 6 Borda da Mata - Anita de Moura Viana	01
	Nº 7 Bravo Urubú - Maria José Cunha	-
	Nº 8 Campo Grande - Antonia Elias das Virgens	04
	Nº 9 Floresta - Guiomar Alves	03
Porto da Folha	Nº 1 Porto da Folha - Guiomar Siqueira e Silva	02
	Nº 2 Porto da Folha - Josefina Aragão de Almeida	-
	Nº 3 Canindé - Florencia Vieira da Conceição	-
	Nº 4 Ilha do Ouro - Zuleida Nunes Cardoso	01
Propriá	Grupo Escolar Coronel João Fernandes	03
	Nº 1 Propriá - Else Barreto Lima	01
	Nº 2 Propriá - Alzira Passos	03

	Nº 3 Bairro Industrial - Maria Conceição Souza	02
	Nº 4 Canhoba - Dalila Soares Nascimento	03
	Nº 5 Telha - Noemi Maia	04
	Nº 6 Amparo - Lindinalva de Figueiredo Guimarães	01
	Nº 7 Escurial – Antônia Leosira de Santana	01
	Nº 8 Saco - Maria Dolores Getirana	04
	Nº 9 Saco comprido - Zélia de Oliveira Nascimento	01
São Francisco	Nº 1 São Francisco - Acidalia de Oliveira Mélo	04
	Nº 2 São Francisco - Maria Laura de S. Pedro	06
	Nº 3 Brejão - Elisa Rocha	04
	Nº 4 Aroeira - Alcina Alvares Leite	01
	Nº 5 serrão - Joana Maria da Silva	05
	Nº Ilha dos Bois - Zuleica Dantas Caét	04
Vilanova	Grupo Escolar Olimpio Campos	05
	Nº 1 Saúde - Maria de Lourdes Pinho Pereira	04
	Nº 2 Carrapicho 342 Djanira de Almeida	-
	Nº 3 Pindoba – Sem Docente	-
	Nº 4 Mutuípe - Clarita Pires de Mendonça	01

Fontes: Diários Oficiais do ano de 1933.

Foi possível observar no quadro apresentado anteriormente, que alguns grupos e escolas não enviaram as notas de desenvolvimentos dos centros de interesse para a Diretoria da Instrução Pública, no entanto, não houve justificativas para a não realização do centro por parte dos faltantes. Ainda que algumas escolas e grupos desenvolveram um número de centros abaixo do esperado, considerando que entre os meses de junho, quando foi lançada a Circular nº 6 e no mês de novembro, quando ocorreu o encerramento do ano letivo, deveriam ser desenvolvidos no mínimo seis centros de interesse por cada docente.

Uma das docentes que se destacou no desenvolvimento dos centros de interesse foi a representante da Classe de Aperfeiçoamento do município de Jaboatão, a professora Maria da Gloria Barros, que desenvolveu sete centros após a solicitação da Diretoria. Junto com ela, somente mais três docentes que dirigiram Classes cumpriram o que determinou a circular, as professoras Maria Laura de S. Pedro, Lutigard Lima de Almeida, e Fausta de Mendonça Viana, a primeira com seis centros, e as demais com cinco centros de interesse realizados. Também cumpriu a Circular o Grupo Escolar Olimpio Campos, desenvolvendo seis centros no tempo determinado.

Nos anos de 1933 e 1934, nos registros da Diretoria da Instrução Pública dos inspetores do ensino, e das professoras, não apareceram mais registros da atuação das Classes de Aperfeiçoamento, a partir de então se tratava apenas do uso dos centros de interesse no ensino sergipano.

O aperfeiçoamento do método ativo do modo ao qual ocorreu em Sergipe foi justificado no Relatório do Ensino Primário, em 1933, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, professor Helvécio de Andrade, como uma adaptação devido à ausência de recursos financeiros do Estado (SERGIPE, Imprensa Oficial, nº 5739, 1933):

Apesar de sua relativa inferioridade financeira em comparação aos centros nacionais de maiores recursos, Sergipe não se deixou ficar na retaguarda do movimento renovador que alviqueiramente se vem processando na maioria dos Estados brasileiros, no sentido de aperfeiçoar os métodos de ensino e de introduzir na organização educacional os melhoramentos de que mais urgentemente carecem. Vários tem sido os atos que com essa finalidade vem baixando o atual govêrno sergipano, sobressaindo pela sua significação: o decreto n. 25, de 3 de Fevereiro de 1931, que deu á instrução primaria do Estado novo regulamento; o decreto n. 67, de 31 de Julho de 1931, que criou o cargo de assistente técnico geral da Diretoria de Instrução, atribuindo-lhe funções de orientação pedagógica extensivas aos ensino primário e normal, o decreto n. 98, de 27 de Fevereiro de 1932, que instituiu e regulamentou o funcionamento da “Casa da Criança”.

A implementação das Classes de Aperfeiçoamento também foi um ato de aprimoramento do ensino em Sergipe. Não havia investimentos de recursos financeiros por parte do Estado, não foi preciso à construção de prédios, ou a contratação de novas docentes. Tudo que foi utilizado já estava em atuação, só precisava ser aperfeiçoado e propagado.

5. APONTAMENTOS GERAIS

As discussões referentes à renovação do ensino ganharam força na educação brasileira a partir do século XX. Todas as propostas que se pretendiam adotar giravam em torno do que era considerado o mais moderno para o processo educacional. Do mesmo modo, Sergipe não esteve a margem de implementar o que era considerado avançado para o ensino. A construção de prédios adequados, fundando assim grupos escolares distribuídos pelo Estado; a procura de locais que melhor abrigassem as escolas isoladas; o uso de materiais pedagógicos diferenciados, práticas pedagógicas que permitiam uma melhor compreensão dos assuntos escolares, exigindo formação adequada para a docência, eram algumas das questões que circulavam no cenário educacional sergipano, especialmente nas primeiras décadas do referido século.

O ensino ativo foi uma proposta que ganhou força no início da década de 1930, com o fortalecimento e a difusão das ideias escolanovistas. O propósito era de constituir um ensino centrado no interesse da criança, desenvolvendo sua autonomia e preparando-a para a vida. Houve assim, uma movimentação por parte da Diretoria da Instrução com a implantação das Classes de Aperfeiçoamento objetivando o melhoramento do método intuitivo, no âmbito da Pedagogia Moderna, para o método desenvolvido por meio dos Centros Interesse, com o ensino ativo intuitivo analítico.

O ensino ativo tinha como protagonista do sistema educacional o próprio aluno. Era por meio das vivências das crianças, e do que lhe despertava o interesse, que a prática do ensino deveria ser desenvolvida. A excursão, umas das experiências que favorecia o processo educacional ativo, permitia uma modificação no desenvolvimento das aulas e a montagem de um museu que serviria de estudo para os educandos. Assim, o ensino passaria a ser satisfatório e distante do que era declarado como tradicional, considerando que o interesse mobilizaria a ação através do desenvolvimento dos centros de interesse.

Houve em alguns Estados brasileiros a implementação de Novos regulamentos, reformando o ensino Normal e Primário, integrando assim as novas propostas educacionais. Da mesma maneira que, algumas medidas foram tomadas, como a criação de escolas

modelos, cursos de formações continuada para professores, e o envio de docentes para viagens de estudos nos Estados brasileiros e fora deles, com o intento de aperfeiçoar as práticas docentes e agregar conhecimentos necessários para o desenvolvimento do ensino renovado.

Na implementação do Regulamento que integrou o método ativo em Sergipe foram apresentadas algumas dificuldades para sua execução nas escolas. Objeções frequentes que foram apresentadas por meio dos relatos, principalmente dos inspetores do ensino, era do excessivo número de alunos por turma, questionando ainda, a ausência de recursos financeiros para maiores investimentos no ensino, e da grande quantidade de conteúdos a serem ministrados em um curto período de tempo. No entanto, essas queixas não impediam que a ausência do uso do método fosse apontada, por esse mesmo representante, e por outros que compunha a Instrução Pública, como a falta de técnica docente, ou o desinteresse docente no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas.

Embora apontado pelos inspetores, e tratando-se das insatisfações das docentes, não houve nos dados levantados, indícios de movimentações por parte da Diretoria Geral da Instrução Pública para diminuir o quantitativo de alunos por turma, nem sobre a quantidade de conteúdos a serem desenvolvidos anualmente. O que se constatou foi o excesso de responsabilidade atribuída à ação docente. Os representantes da Instrução Pública discursavam ser o método ativo uma ação de baixo custo, o que não requeria maiores investimentos por parte da Diretoria Geral da instrução, assim, caberia as professores, única e exclusivamente, a responsabilidade da aplicação do método, sendo desconsiderados os demais aspectos apontados nas queixas anteriores.

Em contrapartida, a Diretoria da Instrução Pública buscou introduzir uma forma de aprofundamento docente para a prática do método ativo, com uma proposta sem custo algum para a administração pública. A ideia que surgiu por parte do professor José Augusto da Rocha Lima, após viagem de estudo para o Estado de São Paulo em 1931, resultou na implementação das Classes de Aperfeiçoamento em Sergipe.

As Classes de Aperfeiçoamento que foram implementadas no Estado, por meio da Portaria nº 11/32, tiveram um curto período de atuação, no entanto, seu encargo foi bastante significativo para a Instrução Pública sergipana. Ela teve por ideia fazer com que todas as docentes do ensino primário do Estado tomassem conhecimento do processo da prática ativa, por meio do uso dos centros de interesse proposto no sistema do belga Ovide Decroly. Nas Classes de Aperfeiçoamento, as docentes escolhidas como modelos desenvolviam os centros de interesse com seus alunos, fazendo uso de tudo que era recomendado, como: excursões, diários infantis, trabalhos manuais, entre outros, e as professoras que iam assistir a essas práticas poderiam esclarecer dúvidas e, em seguida, repetir a atividade em suas escolas.

Decroly defendeu um ensino globalizado, constituindo seu conceito com base no uso do sistema de centros de interesse, que foi efetivamente a ideia fundamental, elaborada por ele, para o desenvolvimento do ensino educacional. Fundamentado na instrução com o uso de um centro de interesse, o docente poderia partir de uma problemática comum a vida das crianças, lhes permitindo assim uma aplicação natural sobre suas experiências, e com a finalidade de preparar os discentes para a vida.

Assim, objetivando propagar a ideia do sistema de centros de interesse, o Assistente Técnico da Instrução Pública, professor José Augusto, juntamente com os inspetores do ensino, implementaram 32 Classes de Aperfeiçoamento no território sergipano, sendo 13 nos grupos escolares e 19 nas escolas isoladas, durante os anos de 1932 e 1933. Inicialmente a Portaria nº 11/32 definia que as Classes deveriam ser inauguradas somente nos grupos escolares, que eram locais considerados com a melhor prática do ensino, apesar disso, propôs-se expandir a ideia das Classes também para as escolas isoladas, por meio da Portaria nº 22/32, ficando assim, a Classe disponível para um maior número de docentes.

As inaugurações foram momentos de confraternização entre docentes, inspetores do ensino, assistente técnico, comissário do ensino e alunos, onde partilhavam na prática a ideia do desenvolvimento de centros, que mais tarde deveria ser expandidos pelas escolas de todo o Estado. As Classes executadas nas escolas isoladas e nos grupos escolares, assim como as docentes escolhidas para dirigi-las, tinham por finalidade servir de modelo para as demais

docentes do território sergipano. Foram a referência quanto ao desenvolvimento de uma prática obrigatória, delineada no Regulamento da Instrução Primária de 1931, do mesmo modo que no Programa do Ensino Primário (1931).

Para as escolhas das docentes dos grupos escolares e das escolas isoladas, o principal critério observado, segundo relatos de seus dirigentes nas fontes estudadas, foi a “competência” no desenvolvimento da prática com o uso dos centros de interesse, contatando-se que, bastava que o inspetor de ensino ou o técnico da Instrução Pública identificasse na docente, no momento da visita realizada, algum desenvolvimento da prática do ensino ativo, que essa seria escolhida para ministrar a Classe de Aperfeiçoamento daquela região, mesmo que sua prática não fosse constante.

Como isso, pode-se contatar ainda que, o aprimoramento do método ativo do modo ao qual ocorreu em Sergipe por meio das Classes, foi de baixo ou nenhum custo para a Instrução Pública, considerando que as docentes nomeadas não receberam nenhuma remuneração em função de suas ações como representantes da Classe de Aperfeiçoamento, e não houve nenhuma alteração na estrutura das escolas/salas para a execução do método proposto. O professor Helvécio de Andrade, Diretor da Instrução Pública, afirmava não serem necessários grandes investimentos financeiros para que o método, com o uso dos centros de interesse, fosse executado em Sergipe, ele afirmava que bastava apenas competência, interesse e um pouco de estudo por parte das docentes. Atribuindo assim, à responsabilidade do sucesso da prática ativa, unicamente a elas. Desse modo, na concepção dos dirigentes da Instrução Pública, se o método não tivesse o efeito desejado eram as docentes que não tinham demonstrado competência, interesse ou se apresentavam despreparadas para a função.

No entanto, a própria organização da Classe de Aperfeiçoamento não possibilitava uma expansão do método ativo, como afirmavam querer os dirigentes da Diretoria da Instrução Pública. A Classe não tinha um regimento de atuação, deste modo, cada Classe passou a funcionar de acordo com as recomendações do seu representante na inauguração. Nas escolas isoladas as recomendações recebidas era de que seu funcionamento deveria ser realizado uma vez ao mês, com atividade aberta para todas as docentes. Já nos grupos

escolares, sua aplicação era realizada duas vezes por semana para as docentes do grupo e uma vez a cada quinzena para as demais docentes.

Essa proposta permaneceu até que a Diretoria da Instrução Pública entendeu que todas as docentes já haviam apreendido os conhecimentos das práticas desenvolvidas nas Classes, e que já poderiam reproduzi-las em suas escolas. Contudo, há nas fontes localizadas um escasso registro da presença das docentes nas Classes de Aperfeiçoamento. Das professoras que frequentaram as Classes somente cinco comunicaram sua participação a Diretoria Da Instrução: Joana Reis Amaral, Josefina Nogueira, Laura Sales, Ivete Branco e Maria Marieta Montalvão. De modo semelhante, somente dois grupos escolares, General Siqueira e Fausto Cardoso, confirmara a presença das docentes da região a Classe, justificaram ainda a ausência de algumas docentes: o primeiro das professoras de Porto Grande, Olhos d'Água e duas do Bairro Siqueira Campos; o segundo justificou a ausência das professoras Felisbela de Souza Góis e Julia Etelvina Soares. Com exceção desses registros não houve maiores informações quanto às visitas das docentes as Classes, nem quantas vezes elas frequentaram. Desse modo, não é possível atestar que todas as docentes do Estado frequentaram as Classes.

Com a ausência de dados que notificassem o comparecimento das professoras às aulas nas Classes foi possível criar uma hipótese, levando em consideração a situação em que se encontrava a instrução no Estado sergipano, que não modificava as condições de ensino, mas atribuía as docentes à responsabilidade de uma inovação no método. Assim se supõe que, desacreditadas de que a proposta do ensino ativo por si só pudesse modificar a educação, as docentes não viram vantagem em sua execução em Sergipe. Não havendo deste modo um desinteresse na melhoria do ensino, mas um entendimento da realidade vivenciada com os alunos na prática.

Outro questionamento acerca de como o centro de interesse foi executado em Sergipe diz respeito a sua limitação de tempo, sendo estabelecido dia e horário para sua execução. Enquanto estava sendo desenvolvido somente nas Classes de Aperfeiçoamento o uso de centros de interesse se limitava há dias e horários pré-definidos por se tratar de um período de aprimoramento, porém, segundo os representantes da Diretoria da Instrução, a proposta era de

expandir para todo o programa a prática do uso de centros. No entanto, quando as Classes de Aperfeiçoamento já não faziam mais sentido, pois a Diretoria entendia que as docentes já haviam tido acesso as suas práticas, estabeleceu que as escolas precisariam fazer uso dos centros para aplicação do ensino. Mas ao contrário do que idealizava, a própria Diretoria já havia limitado seu uso no Programa do Ensino Primário (1931), onde definia que fossem utilizados centros ao sábados na primeira hora, dentro das lições gerais, e reforçou a proposta quando lançou a Circular de nº 6/33, que solicitava a execução de um centro de interesse ao menos uma vez ao mês. E foi a resposta que teve, docentes que encaminhavam os centros desenvolvidos uma vez ao mês, ficando evidente que a prática ativa não conseguia se incorporada ao programa geral.

No entanto, é inquestionável que a Classe de Aperfeiçoamento colaborou para evidenciar o ensino ativo, com o uso de centros de interesse em Sergipe. Pois, por meio das Leis que a estabeleceram houve uma movimentação no ensino que possibilitou o aumento no uso do sistema de centros de interesse no Estado sergipano, entre os anos de 1932 a 1934. Porém, não houve generalidade quanto à execução dos centros, e nem dos demais recursos utilizados para a execução do método ativo.

As Classes tiveram um curto período de atuação, suas movimentações ocorreram entre os anos de 1932 e 1933, mas ao que se pode observar, ela cumpriu a finalidade ao qual foi criada, que era a de propagar em Sergipe o uso dos centros de interesse. Ainda assim, após o encerramento das Classes de Aperfeiçoamento foi possível identificar a omissão de algumas docentes quanto a execução das normativas que definiam o uso dos centros como aplicação obrigatória para o ensino no Estado de Sergipe. Não houve justificativas evidenciadas, nos dados estudados, por parte das docentes para a não utilização do método ativo, no entanto, as queixas do grande número de alunos em sala, assim como a extensa quantidade de conteúdos que constituía o Programa Primário eram frequentes entre elas.

Por fim, gostaria de salientar que essa investigação, de base histórica descritiva, abriu novas possibilidades de estudos, dando um pouco de visibilidade as professoras e suas práticas em escolas da Capital e do interior, embora ainda sob o olhar dos inspetores de

ensino. Muitos questionamentos ficaram para outras pesquisas, como por exemplo, o impacto dessas práticas na formação de uma nova cultura escolar em Sergipe, renovando regras, rituais, métodos, estratégias de ensino, uso de materiais didáticos e, sobretudo, a contínua necessidade de preparo das professoras primárias. O que ocorreu após seu desmonte e como as experiências vividas pelas docentes e alunos repercutiram (ou não) nos cotidianos das escolas e, além disso, como a apropriação do método intuitivo analítico ocorreu pelos envolvidos, pode ser objeto de outros de outras investigações. Esses e outros questionamentos oriundos de uma pesquisa dessa natureza, centrada em dados primários como os termos de visita, portanto, de natureza também exploratória, procurou contribuir com o entendimento das práticas pedagógicas no cenário educacional sergipano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anne Emílie Souza de. **A difusão do ideário Escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação).
- ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **A reforma da instrução pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade).
- ANDRADE, Helvécio de. **A Escola e a Nacionalidade**. Aracaju, Emp. Typ. D’O Luctador, 1931.
- AURAS, Gladys Mary Teive. **“Uma vez normalista, sempre normalista” a presença do método de ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (escola Normal catarinense 1911-1935)**. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2005. (Tese Doutorado).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana na década de 1920. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 92-114, out. 2013.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos templos de sabedoria: a implantação dos grupos escolares em Aracaju**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003. Monografia (Licenciatura em História).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Tese (Doutorado em Educação).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria I. Sucupira. **Escola da ordem e do progresso: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- BARBOSA, Maria Rita Leal da Silveira. **Inspeção escolar: quem é esse profissional - um estudo de caso da inspeção escolar na rede municipal de ensino de Uberlândia-MG**. Campinas, SP: [s.n.], 1997. Dissertação (Mestrado em Educação).
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 68-77.

BERGER, Miguel André. A Prática Pedagógica e Avaliativa no Cotidiano dos Grupos Escolares. In: Jorge Carvalho do Nascimento. (Org.). **Problemas de Educação Escolar e Extra-Escolar**. 01ed. São Cristóvão - Sergipe: Editora UFS, 2006, v. 01, p. 63-100.

BERGER, Miguel André. ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. O Ideário da Escola Nova e o Processo de Difusão nos Grupos Escolares Sergipanos (1932-1945). In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). **Contribuições para pensar a Educação, à Diversidade e à Cidadania**. 1ed. São Cristóvão - Sergipe: Editora da UFS, 2009, v. 1, p. 63-85.

BERGER, Miguel André. Grupo Escolar - o ingresso da instrução pública na era da modernidade. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e memória da educação brasileira, 2004, Uberlândia - Minas Gerais. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia - Minas Gerais: Editora da UFU, 2004. v. I. p. 1-10.

BERGER, Miguel André; ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. As Festas de Inauguração dos Grupos Escolares como veículo de difusão da modernidade. **Caderno do Estudante (UFS)**, v. 5, p. 64-69, 2007.

BRANCO, Maria Luísa Frazão Rodrigues. A educação progressiva na atualidade: o legado de John Dewey. **Educ. Pesqui.** [online]. 2014, vol.40, n.3, pp.783-798. Epub Apr 01, 2014. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014005000013>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia um percurso com Paschoal Lemme** – por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH/Editora da Universidade São Francisco-EDUSF, 1999.

COMENIUS. **Didática Magna**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 4 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011).

COSTA, Célio Juvenal; MELO, José J. Pereira; FABIANO, Luiz Hemenegildo (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

CRUZ, Maria Madalena da Silva. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. Monografia (Licenciatura em História).

DECROLY, Jean-Ovide. **Problemas de psicologia e de pedagogia**. Madri: Francisco Beltrán, 1929. In: DUBREUCQ, Francine. Jean-Ovide Decroly. Tradução: Carlos Alberto Vieira Coelho, Jason Ferreira Mafra, Lutgardes Costa Freire, Denise Henrique Mafra; Organização: Jason Ferreira Mafra. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 65-128.

DECROLY, Jean-Ovide; BUYSE, Raymond. **Prática dos testes mentaes**: tecnica da psicologia experimental applicada a educação para uso dos professores do ensino primário, normal e professional e alumnos das Escolas Normaes. Tradução: Nair Pires Ferreira. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1931.

DEWEY, John. **Como pensamos**: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição. Nova tradução e notas de Haydée Camargo. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução: Anísio S. Teixeira. Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar: Anísio S. Teixeira. Edições Melhoramentos, 1973.

DUBREUCQ, Francine. **Jean-Ovide Decroly**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. **De Emílio a Emilia**: a trajetória da alfabetização. São Paulo: Scipione, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. de; NASCIMENTO, Cecília Vi. de; SANTOS, Marileide L. dos (Org.). **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A História da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. **História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 111-125, set/1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte, MG: Autêntica, p. 89-125, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. In: _____. **A escola no movimento da cidade**: os grupos escolares em Belo Horizonte. Educação em Revista. Belo Horizonte, nº Especial, p. 89-101, 2000.

FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. **Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil**: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar).

FONTES, Juliana Santos. **Inspeção escolar em Sergipe (1932)**: difusão de métodos pedagógicos. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015. Monografia (Licenciatura em Pedagogia).

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana (Orgs). **Catálogo das Escolas municipais de Aracaju**. Aracaju: Sercore, 2000.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico**. Rio de Janeiro: Pongheti, 1925.

ITABAIANA, Prefeitura Municipal. **Sebrão Sobrinho**: Homenagem ao centenário de seu nascimento (1898-1998), 1998. IHGS: SS 0789.

ITNET. Personagens de Itabaiana: Florival de Oliveira (1889-1965). Disponível em: <<http://www.fmitabaiana.com.br/noticias.php?id=2597>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

LEAL, Rita de Cássia Dias. Implantação do primeiro Jardim de Infância em Sergipe: contribuição ao estudo sobre a Educação Infantil. **III Congresso Brasileiro de História da Educação**: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba: PUCPR, 2004.

LEGRAND, Louis. **Célestin Freinet**. José Gabriel Perissé (Trad. e Org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LOPES, Sonia de Castro. Imagens de um lugar de memória da Educação Nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 84-97.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12ª ed. São Paulo. Edições melhoramentos, 1978.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Collegio Tobias Barreto**: escola ou quartel? (1909-1946). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação).

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola**: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF: INEP, 2002.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José J.Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

MENDONÇA, José Antonio Nunes. **A educação em Sergipe**: (ano de 1956). Aracaju: Regina, 1958.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Educadores de Sergipe à luz da república 1911-1971**: (re) construindo trajetórias. Aracaju: EDUNIT, Sergipe, 2017.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Princípios e métodos de inspeção escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977.

MENEZES, W. Florival de Oliveira (1889-1965). Disponível em:

<<http://culturaitabaiana.blogspot.com.br/2010/01/florival-de-oliveira-1889-1965.html>>.

Acesso em: 8 dez. 2014.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a História da Educação Brasileira. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria I. M. (Orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006, p. 1-13.

MOURA, Abner de. **Os centros de interesse na escola**: sugestões para lições globalizadas, segundo o systema Decroly, como contribuição a uma escola brasileira renovada. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NASCIMENTO, Jorge. Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: Diana Gonçalves Vidal. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006, v. 1, p. 153-172.

NETO, João Alves dos Santos. **Grupo Escolar “Severiano Cardoso” e seu pioneirismo na educação em Boquim**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. Monografia (Licenciatura em Pedagogia).

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. A reforma educacional de 1924 em Sergipe: o apelo à renovação da escola. **VII Jornada do HISTEDBR**, Campo Grande-MS. A organização do trabalho didático na História da Educação, 2007. v. 1.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. O Ensino Primário em Sergipe na Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomaz de. História da educação no Ceará: a reforma de 1922 e o escolanovismo. In: **XI Congresso Nacional de educação - EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de 23 a 26 de setembro de 2013. p. 21647 - 21662.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. Sobre o método intuitivo analítico para o ensino dos saberes elementares matemáticos. In: **XI Seminário Nacional de História da Matemática**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, ISSN: 2236 – 4102. 27 de março a 01 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Yolanda Dantas. **Educação da criança à luz da ciência:** a contribuição de Helvécio de Andrade, em Sergipe (1911-1935). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Educação).

PEREIRA, Jéssica Coelho de Lima. **Inspeção Escolar:** uma análise das relações de poder. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação).

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade entre teoria e prática?. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n. 94, p. 58-73, ago. 1995.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção educação contemporânea).

PRATES, Maria H. de Oliveira. A Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: FARIA, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana M. Casasanta (Org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000. p. 67-83.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação.** Tradução, introdução e notas: Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do Silêncio:** espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005. Monografia (Licenciatura em História).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos 1911-1926. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a política educacional na primeira metade do século XX. **Revista Tempos e Espaços em Educação,** São Cristóvão: Editora UFS, v. 2, p. 37-52 jan./jun. 2009.

SANTOS, Vlademir Silva dos. **O livro de registro de correspondência do Grupo Escolar Barão de Maroim (1937-1944):** edição, transcrição e introdução. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. Monografia (Licenciatura em História).

SCHAFFEL, Sarita Lea. **O Instituto de Educação do Rio de Janeiro e a construção de uma identidade profissional (1930-1960).** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Educação).

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Camara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil,** vol. II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 132-149.

SCHMIDT, Valda Souza. **LEIS e DECRETOS que fazem a História do Conselho Estadual de Educação, publicados no Diário Oficial do Estado de Sergipe.** Aracaju:

agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portais/cee/historico.asp>>. Acesso em: 28 de set. 2017.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano**: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015. Dissertação (Mestrado em História).

SILVA, Márcia V. da. **O Grupo Escolar “General Valadão”**: reflexo da renovação educacional. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. Monografia (Licenciatura em Pedagogia).

SOBRAL, Maria Neide. **José Augusto da Rocha Lima**: uma biografia (1897-1969). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Camara. História, Memória e História da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Camara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**, vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 416-429.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República** – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos Métodos e Materiais de Ensino**: a escola nova e seus modos de uso. Editora: Cortez, 2010.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: ____ (Org.). **Grupos Escolares**: cultura

escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 7-19.

Relatórios, Regulamentos e Termos:

ROCHA LIMA, José Augusto. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de Sergipe pelo Professor José Augusto da Rocha Lima. Aracaju: Imprensa Oficial, 1931.

SERGIPE. Ofício de nº 378 expedido pelo Diretor do Grupo Escolar Coelho e Campo, Bruno Manoel de Carvalho, 12 de Março de 1932.

SERGIPE. Regulamento da Instrução Primária do Estado Decreto nº 25 de 03 de fevereiro de 1931. APES: Leis e Decretos. Caixa nº 18 Doc. 01.

SERGIPE. Relatório anual apresentado ao Governo Interventorial pelo Dr. Helvécio de Andrade. Aracaju: Empreza Typographica d'O Luctador, 1931.

SERGIPE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade. Aracaju: Typ. do Sergipe Jornal, 1926.

SERGIPE. Relatório do ano letivo do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, apresentado por D. Virginia Freire de Farias Almeida no dia 29 de setembro de 1932 ao Diretor Geral da Instrução Pública.

SERGIPE. Relatório do ano letivo do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, apresentado por D. Maria Amelia Fontes no dia 27 de setembro de 1932 ao Diretor Geral da Instrução Pública.

SERGIPE. Relatório do ano letivo do Grupo Escolar Silvio Roméro, apresentado por D. Enedina Cesar Santos no dia 23 de setembro de 1932 ao Diretor Geral da Instrução Pública.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 27 de abril de 1932. Escola nº 3, município de Itaporanga. Professora Fausta de Mendonça Viana.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 06 de maio de 1932. Escola nº 10, povoado Mussuca, município de Laranjeiras. Professora Maria Teles Dantas.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 12 de maio de 1932. Escola nº 3, município de Laranjeiras. Professora Maria Cicera Costa.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 15 de julho de 1932. Escola nº 21, povoado Santa Isabel, Capital. Professora Alice Maciel.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 17 de junho de 1932. Escola nº 13, povoado Barras dos Coqueiros, Capital. Professora Oliette Fontes Filgueiras.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 17 de junho de 1932. Escola nº 14, povoado Barras dos Coqueiros, Capital. Professora Maria Gertrudes Lemos Torres.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 20 de abril de 1932. Escola nº 10, povoado Colégio, município de Itaporanga. Professora Maria da Conceição Barreto.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 16 de agosto de 1932. Grupo Escolar General Siqueira.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 03 de novembro de 1932. Escola nº 9, do sexo feminino, Povoado Malhador, município de Riachuelo. Professora Maria de Lourdes Matos.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 15 de setembro de 1932. Escola nº 1, do sexo feminino, município de Nossa Senhora das Dôres. Professora Maria Hosana de Azevêdo.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 17 de novembro de 1932. Escola nº1, do sexo feminino, município de Carmo. Professora Elizabeth Meneze.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 19 de novembro de 1932. Escola do sexo masculino, Povoado Marcação, município de Rosario. Professora Eudoxia Valadão.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 20 de julho de 1932. Escola nº4, do sexo masculino, município de Riachuelo. Professora Fidelina Santos.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 21 de outubro de 1932. Escola nº 2, do sexo masculino, município de Siriri. Professora Maria Oliveira Alves.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 23 de julho de 1932. Escola do sexo masculino, município de Rosario. Professora Dalva Bomfim Campos.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 25 de julho de 1932. Escola do sexo masculino, município de Rosario. Professora Dalva Bomfim Campos.

SERGIPE. T. I. Ascendino Argolo, 27 de outubro de 1932. Escola mista, Povoado Santa Rosa, município de Divina Pastora. Professora Francisca Alves Dantas.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 05 de agosto de 1932. “Grupo Escolar Gumercindo Bessa”, município de Estância.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 19 de agosto de 1932. “Escolar Fausto Cardoso”, município de Estância.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 01 de agosto de 1932. Escola de nº 1, povoado Cabeça d’Anta, município de Boquim. Professora Joana Reis Amaral.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 04 de abril de 1932. Escola nº1, município de Itabaiana. Professora Isabel Esteves de Freitas.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 05 de agosto de 1932. “Grupo Escolar Gumercindo Bessa”, município de Estância.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 17/08/1932. Escola nº 6, povoado Urubutinga, município de Lagarto. Professora Hilda de Faro Sobral.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 18/08/1932. Escola nº 3, povoado Coqueiro, município de Lagarto. Professora Eremita Antero Araujo.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 30 de maio de 1932. Escola nº 10, povoado Capunga, município de Itabaiana. Professora Maria Tavares Meneses.

SERGIPE. T. I. Florival de Oliveira, 31 de maio de 1932. Escola nº 11, povoado Moita, município de Itabaiana. Professora Leonor Costa.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 16 a 25 de março de 1933. “Grupo Escolar Coelho e Campos”, município de Capela.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 30 de agosto de 1932. “Grupo Escolar Olimpio Campos”, município de Vilanova.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 03 de setembro de 1932. Escola nº 1, Sexo feminino, município de Pacatuba. Professora Maria da Gloria Barros.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 05 de setembro de 1932. Escola nº 2, mixta, município de Jaboatão. Professora Maria da Conceição Campos.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 09 de junho de 1932. Escola nº 5, Povoado Jacaré, município de Cedro. Professora Maria Figueiredo Guimarães.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 13 de março de 1933. Escola nº 2, município de Japarutuba. Professora Lutigard Lima de Almeida.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 22 de agosto de 1932. Escola nº 1, município de Muribeca. Professora Clara Medeiros.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 23 de agosto de 1932. Escola nº 1, Sexo feminino, município de Aquidabã. Professora Emilia Teles dos Santos.

SERGIPE. T. I. José de Alencar Cardoso, 20 de abril de 1933. Escola nº 9, município de São Cristovão, Povoado Colonia dos Pintos.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 16 a 25 de março de 1933. “Grupo Escolar Coelho e Campos”, município de Capela.

SERGIPE. T. I. José Sebrão de Carvalho sobrinho, 13 de março de 1933. Escola nº 2, município de Japarutuba. Professora Lutigard Lima de Almeida.

SERGIPE. Regulamento da Instrução Pública Decreto nº 867 de 11 de março de 1924. IHGS: SS 2195.

SERGIPE. Regulamento do Ensino Primário Decreto nº 589 de 12 de agosto de 1911. IHGS: SS 0528.

Imprensa Oficial e anuários:

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 4º - Estados do Nordeste, 1929.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1927.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1931.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1930.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1924.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1925.

ANNUARIO. Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil. **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typographica do Almanak Laemmert, Vol. 3º - Estados do Nordeste, 1926.

SERGIPE. Diretoria Geral da Instrução Pública, Ofícios Recebidos. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 3541, 09 de março de 1932. SEGRASE.

SERGIPE. Diretoria Geral da Instrução Pública, Ofícios Recebidos. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 5462, 14 de agosto de 1932. SEGRASE.

SERGIPE. Diretoria Geral da Instrução Pública, Ofícios Recebidos. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 5552, 06 de dezembro de 1932. SEGRASE.

SERGIPE. Portaria nº 11 da Diretoria Geral da Instrução Pública, expedida pelo Diretor Geral Helvécio de Andrade. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 3534, 29 de fevereiro de 1932. SEGRASE.

SERGIPE. Portaria nº 22 da Diretoria Geral da Instrução Pública, expedida pelo Diretor Geral Helvécio de Andrade. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 3571, 18 de abril de 1932. SEGRASE.

SERGIPE. Portaria nº 23 da Diretoria Geral da Instrução Pública, expedida pelo Diretor Geral Helvécio de Andrade. Aracaju: Imprensa Oficial, nº 3574, 22 de abril de 1932. SEGRASE.

